



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPGL
MESTRADO EM LETRAS/ESTUDOS LITERÁRIOS**

MARIA HELENA DAMASCENO DA COSTA ALVES

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE *REI NEGRO*, DE COELHO NETTO, E EM *CHICO REI*, FILME DIRIGIDO POR WALTER LIMA JUNIOR

**TERESINA
2017**

MARIA HELENA DAMASCENO DA COSTA ALVES

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE *REI NEGRO*, DE COELHO NETTO, E EM *CHICO REI*, FILME DIRIGIDO POR WALTER LIMA JUNIOR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração Estudos Literários, sob a orientação da Profa. Dra. Margareth Torres de Alencar Costa.

TERESINA
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

C837r Costa, Maria Helena Damasceno da.
A representação do negro no romance *Rei Negro*, de
Coelho Netto, e em *Chico Rei*, filme dirigido por Walter
Lima Junior / Maria Helena Damasceno da Costa. – 2017.
126 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade
Federal do Piauí, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Margareth Torres de Alencar
Costa.

1. Escravidão. 2. *Rei Negro*. 3. *Chico Rei*. I. Lima
Junior, Walter. II. Coelho Netto. Título.

CDD 301.636

MARIA HELENA DAMASCENO DA COSTA ALVES

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO ROMANCE *REI NEGRO*, DE COELHO NETTO, E EM *CHICO REI*, FILME DIRIGIDO POR WALTER LIMA JUNIOR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Piauí-UFPI, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração Estudos Literários, sob a orientação da Profa. Dra. Margareth Torres de Alencar Costa.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Margareth Torres de Alencar Costa – Orientadora
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Elio Ferreira de Souza
Universidade Estadual do Piauí

Dedico esta dissertação a todos que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos neste processo. Em especial a meus pais, irmãos, filhas e esposo, pois representam todo o incentivo e apoio que me foi vital para a conclusão da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a Jeová Deus em especial, pois desde o momento da tomada de decisão em participar do processo, Ele esteve orientando todos os meus passos. Segurou minha mão nos momentos mais difíceis e cuidou de mim como um pai amoroso que é.

Quem se compromete e se empenha em desenvolver uma pesquisa com um caráter tão profundo quanto é um mestrado, sabe que as dificuldades são constantes, por isso importa muito o apoio de pessoas queridas e, aquelas que ao longo da caminhada surgem, se tornam primordiais e especiais, mesmo sem pretensão.

Quando fui elaborar este texto de agradecimentos estava decidida a não especificar nomes - para não ser injusta e deixar alguém de fora - mas na medida em que ia escrevendo a vontade de citar as pessoas, que foram essenciais nesse processo dissertativo, começou a gritar em meu cérebro e tive que atender. Acho que é o momento do reconhecimento e, assim como as informações científicas aqui, os entes também devem ficar registrados. Então, em especial, agradeço aos meus pais, por serem os responsáveis principais de minha iniciação acadêmica e intelectual.

À Universidade Federal do Piauí por possibilitar meu avanço acadêmico e científico. E a todos os professores do programa do mestrado, bem como aos meus companheiros, que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão desse projeto.

Um agradecimento especial dedico à minha orientadora Dra. Margareth Torres. Nossas histórias se cruzaram de forma singular, inesperada e inesquecível. Obrigada por tudo que fez por mim. Obrigada também por tudo que aprendi com a senhora. Me fez perceber que não somos pequenos nem incapazes, quando acreditamos que podemos ir mais.

Ao meu esposo por todas as vezes que me acompanhou nas viagens, e lá ficava me esperando pacientemente, enquanto fosse necessário - às vezes o dia todo, e por acreditar em mim.

Às minhas filhas, Aline Jordana e Ana Nicole, pelas longas ausências, mesmo estando presente; peço desculpas pelas vezes em que precisaram de mim e eu não as atendi, por estar com a mente ocupada demais, ou por estar ausente fisicamente. Obrigada meus amores pela paciência, carinho e compreensão.

Aos meus irmãos queridos, por me injetarem ânimo. Vocês me motivam.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste projeto.

Muito obrigada!!!

Se houvesse um inquérito no qual todos os escravos pudessem depor livremente, à parte os indiferentes à desgraça alheia, os cínicos e os traficantes, todos os brasileiros haviam de horrorizar-se ao ver o fundo de barbárie que existe no nosso país debaixo da camada superficial de civilização, onde quer que essa camada esteja sobreposta à propriedade do homem pelo homem.

Joaquim Nabuco.

RESUMO

Esta dissertação traz como proposta pesquisar a representação do negro nas narrativas *Rei Negro*, romance de Coelho Netto e *Chico Rei*, filme dirigido por Walter Lima Junior, levando em conta o caráter opressor da escravidão como motivador de luta e resistência, naquela sociedade senhorial. São narrativas tratando da mesma temática, mas em momentos temporais diferentes, Coelho Netto, século XIX, dialogando com o contemporâneo Walter Lima Junior. O romance *Rei Negro* foi escrito no início do século XX, enquanto que a obra fílmica *Chico Rei* no final do século XX. Detectou-se um problema: os conflitos gerados a partir da dominação excessiva de um sobre o outro e as consequências advindas a partir de tais comportamentos, o qual justifica a investigação aqui desenvolvida. Por isso pensou-se as seguintes questões: como se dá a constituição familiar nas narrativas *Rei Negro* e *Chico Rei* e como esses ambientes interferem na relação entre brancos e negros? De que formas se apresentam os conflitos gerados a partir da dominação excessiva de um sobre o outro e as consequências surgidas em decorrência de tais comportamentos, nas narrativas literária e fílmica? As relações entre gêneros é um fator preponderante na narrativa, assim questiona-se: é possível examinar nas relações de gênero daquela sociedade das obras *Rei Negro* e *Chico Rei*, aspectos como: negociações, conveniência, passividade, transgressão, violência, e dominação entre as categorias masculina e feminina, bem como entre os do mesmo gênero? A cultura é um elemento intrínseco à vida do indivíduo, então de que maneiras se podem averiguar como a cultura vivenciada por escravos e senhores, no romance *Rei Negro* e na obra fílmica *Chico Rei* identifica seu pertencimento continental levando em conta elementos como religião, crenças, costumes e festas? Discutiu-se algumas temáticas relacionadas à dinâmica do escravismo; analisou-se o texto literário em comparação com a reprodução fílmica, a fim de verificar semelhanças e diferenças na postura dos heróis, diante da instituição escravidão. Teceu-se discussões acerca da vida e obra dos autores dos objetos em análise, como foram recebidos pela crítica, evidenciando a relevância deles e de suas produções para a literatura e o cinema brasileiros. Para o diálogo teórico, o qual ajudará na análise do tema, recorreu-se a Viotti da Costa (1988); Jaime Pinsky (1994); Pandiá Calógeras (1967); Lacombe (1989); Albuquerque e Fraga (2006); Chiavenato (1987) entre outros, os autores discutem sobre o período colonial e seus acontecimentos; a discussão ainda continua com a participação de Walter Benjamin (1987) teorizando sobre reprodução fílmica da arte literária e sua representatividade. A pesquisa é de caráter bibliográfico qualitativo e, tem um diálogo dinâmico com relação à dominação do homem sobre o homem e suas consequências. Percebeu-se que pesquisa dessa natureza contribui para despertar no leitor a necessidade de investigar o que há por trás dos fatos históricos, registrados na historiografia brasileira, sobre a formação de nossa história, e como ele deve se colocar criticamente, sobre o assunto, diante da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Coelho Netto. *Rei Negro*. Walter Lima Junior. *Chico Rei*.

ABSTRACT

This dissertation proposes to investigate the presentation of the black in the narratives *Rei Negro*, novel by Coelho Netto and *Chico Rei*, movie directed by Walter Lima Junior, considering the oppressive character of slavery as a motivator of struggle and resistance in that seigniorial society. They are narratives that deal with the same theme, but at different times, Coelho Netto, nineteenth century, dialoguing with the contemporary Walter Lima Junior. The novel *Rei Negro* was written in the beginning of the twentieth century, while the filmwork, *Chico Rei*, at the end of twentieth century. A problem was detected: the conflicts generated by the excessive domination of one over the other and the consequences resulting from such behaviors, which justifies the search developed here. Therefore, the following questions were considered: how does the family constitution take place in the narratives *Rei Negro* and *Chico Rei* and how do these environments interfere in the relationship between whites and blacks? In what ways do the conflicts generated by the excessive domination of one over the other and the consequences arising from these behaviors appear in the literary and film narratives? The relationship between genders is a preponderant factor in the narrative, so it is questioned: it is possible to examine in the gender relations of that society of works *Rei Negro* and *Chico Rei*, aspects such as: negotiation, convenience, passivity, transgression, violence, and domination among male and female, as well as among the same gender? The culture is an element intrinsic to the individual's life, so in what ways can one find out how the culture lived by slaves and masters in the novel *Rei Negro* and in the film work *Chico Rei* identifies its continental belonging taking into account elements such as religion, beliefs, customs and parties? Some topics related to the dynamics of slavery were discussed; the literary text was analyzed in comparison with the filmic reproduction, in order to verify similarities and differences in the posture of the heroes, before the institution slavery. Discussions were made about the life and work of the authors of the objects under analysis, as they were received by the critics, evidencing the relevance of them and their productions for Brazilian literature and cinema. For the theoretical dialogue, which will help in the analysis of the theme, resorted to Viotti da Costa (1988); Jaime Pinsky (1994); Pandiá Calógeras (1967); Lacombe (1989); Albuquerque e Fraga (2006); Chiavenato (1987) among others, the authors discuss the colonial period and its events; the discussion continues with the participation of Walter Benjamin (1987) theorizing about filmic reproduction of literary art and its representativeness. The research has a qualitative bibliographic character and has a dynamic dialogue regarding the domination of man over man and its consequences. It was perceived that research of this nature contributes to awaken in the reader the need to investigate what is behind the historical facts, recorded in Brazilian historiography, about the formation of our history, and how it should be critically placed on the subject, before of society.

KEY WORDS: Slavery. Coelho Netto. *Rei Negro*. Walter Lima Junior. *Chico Rei*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. COELHO NETTO E WALTER LIMA JUNIOR: DOIS PERFIS E UM MESMO OBJETIVO	17
1.1. A crítica fala sobre Coelho Netto.....	19
1.2. Walter Lima Junior: como a crítica o ver.....	28
2. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: CENÁRIO HISTÓRICO	32
2.1. A sociedade escravagista no século XIX: painel social da escravidão	34
2.1.1. O tráfico negreiro e suas implicações.....	42
2.2. A escravidão sob denúncia	48
2.2.1. Contraste na sociedade senhorial das narrativas	59
3. A FIGURA DO HERÓI NEGRO E O ANTAGONISTA BRANCO	65
3.1. Heróis cativos.....	69
3.2. Branqueamento: a face “oculta” do preconceito	75
4. REI NEGRO E CHICO REI: SUBMISSÃO E TRANSGRESSÃO	85
4.1. A rebeldia como resistência: rebelião da senzala.....	88
4.1.1. O minado terreno das relações	95
4.2. Aspectos culturais: do colonialismo aos dias atuais	105
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	118

INTRODUÇÃO

O processo natural pelo qual a escravidão fossilizou no seu molde a exuberante vitalidade do nosso povo durante todo o período de crescimento, e enquanto a nação não tiver consciência de que lhe é indispensável adaptar à liberdade cada um dos aparelhos do seu organismo de que a escravidão se apropriou, a obra desta irá por diante, mesmo quando não haja mais escravos.

*Joaquim Nabuco*¹

Apresentar-se-á nesta sessão os elementos constituintes desta pesquisa científica. Tratar-se-á aqui de uma questão histórica, que suscita muitas inquietações por causa do seu teor hostil. Uma instituição que se legitimou, e cristalizou o comportamento de dominação de uma categoria da sociedade em detrimento de outra, que se fez atuante em um período da história onde a formação do país estava sendo estruturada. Fala-se da escravidão de pessoas no período colonial. Quando Nabuco proferiu as palavras acima, em seu discurso abolicionista – no século XIX –, uma parcela da sociedade se inquietava com o sistema de servidão, que era o modelo social no país. Com um discurso contra o sistema escravocrata Joaquim Nabuco defendia a liberdade dos escravos, que eram mantidos cativos nos latifúndios e nas minas, para enriquecer os senhores e estender a permanência do poder governamental no país.

Uma pesquisa que aborda uma temática social tão profunda, quanto o é a escravidão, coloca o pesquisador diante de certos obstáculos existenciais, por se tratar de uma questão que envolve uso, e abuso, de poder, dominação e subjugo. Quando se lê os pesquisadores, se percebe o grande incômodo que os relatos historiográficos provocam, por causa do caráter violento do processo de colonização das Américas (CÉSAIRE, 1978). Por isso essa dissertação se justifica, e traz o propósito de pesquisar a representação do negro nas narrativas *Rei Negro*, de Coelho Netto e *Chico Rei*, filme dirigido por Walter Lima Junior, levando em conta o caráter opressor da escravidão, como motivador de luta e resistência, naquela sociedade senhorial. Diante disso traçou-se as seguintes questões, que irão nortear o desenvolvimento da investigação: como se dá a constituição familiar nas narrativas

¹ Cf. Nabuco (2003).

Rei Negro e *Chico Rei* e como esses ambientes interferem na relação entre brancos e negros? De que formas se apresentam os conflitos gerados a partir da dominação excessiva de um sobre o outro e as consequências surgidas em decorrência de tais comportamentos, nas narrativas literária e fílmica? As relações entre gêneros é um fator preponderante na narrativa, por isso se questiona: é possível examinar nas relações de gênero, daquela sociedade das obras *Rei Negro* e *Chico Rei*, aspectos como negociações, conveniência, passividade, transgressão, violência, e dominação entre as categorias masculina e feminina, bem como entre os do mesmo gênero? A cultura é um elemento intrínseco na vida do indivíduo, então de que maneiras se podem averiguar como a cultura vivenciada por escravos e senhores, no romance *Rei Negro* e na obra fílmica *Chico Rei*, identifica seu pertencimento continental levando em conta elementos como religião, crenças, costumes e festas?

Um trabalho com uma profundidade acentuada exige uma interação dialógica, que contemple toda sua estrutura discursiva, dando à pesquisa um caráter de autenticidade, por isso organizou-se o seguinte embasamento teórico: Costa (1988); Pinsky (1994); Calógeras (1967); Lacombe (1989), Albuquerque; Fraga (2006), Chiavenato (1999) entre outros. A discussão gira em torno do período colonial e seus acontecimentos; continua com Walter Benjamin (1987), que contribui falando sobre reprodução fílmica da arte literária e sua representatividade. A dissertação é de caráter bibliográfico qualitativo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e, tem um diálogo dinâmico com relação à dominação de homem sobre homem e suas consequências. Obedeceu-se alguns critérios essenciais ao desenvolvimento da investigação, como compilação de referencial bibliográfico para leituras de desenvolvimento discursivo. Percebeu-se que pesquisa dessa natureza contribui para despertar no leitor a necessidade de investigar o que há por trás dos fatos históricos registrados na historiografia brasileira, sobre a formação de nossa história, e como ele deve se colocar criticamente, a respeito do assunto, diante da sociedade.

A historiografia registra o processo escravista, com suas consequências, como sendo um dos maiores desastres sociais da história de formação do Estado nacional (PINSKY, 1994). A escravidão no Brasil foi uma instituição que permaneceu em atividade por mais de três séculos, mantendo pessoas cativas e usando-as como mão de obra em trabalhos forçados. Ela se processou acidentalmente, de início, como explicam alguns pesquisadores (CHIAVENATO, 1999), quando Portugal tentava, através das explorações marítimas, resolver sua crise social e econômica,

com as viagens para a África e a Ásia, e “acidentalmente” chegou ao litoral brasileiro. Ao pesquisar a historiografia se encontra lacunas em relação ao objetivo inicial do colonizador, quando da apropriação da terra achada, o Brasil, e o fato dos primeiros colonizadores só virem habitar o solo brasileiro trinta anos depois, reforça essa inquietação. Mas, Chiavenato (Ibidem, p. 10) informa que “o Brasil já fazia parte dos planos da expansão marítima portuguesa antes de ser ‘descoberto’ por Pedro Álvares Cabral em 1500”. O que se pode deduzir é que o novo território não chamou a atenção – de imediato -, porque naquele momento não representava prosperidade econômica para os portugueses.

Foi um período conturbado, de conflitos, revoltas insufladas pelos cativos e, pressões de parcela das camadas sociais abastadas, incomodadas com a dinâmica do escravagismo, bem como de países onde a escravidão e o tráfico de africanos já haviam sido extintos. Nesse contexto a literatura se configura como instrumento de denúncia, contra o poder e a dominação dos senhores escravocratas, a exemplo o romance *Rei Negro* (1914), escrito no início do século XX pelo escritor Coelho Netto – trazendo à discussão a relação desgastada entre senhores e escravos, no século XIX - e *Chico Rei* (1985) - que aborda questões referentes ao período de exploração do ouro no Brasil, no século XVIII - filme dirigido e roteirizado por Walter Lima Junior. Esse material faz parte do corpus de estudo desta dissertação.

Analisou-se as obras, literária e fílmica, *Rei Negro*, do escritor caxiense Henrique Maximiano Coelho Netto, e a fílmica *Chico Rei*, dirigida pelo cineasta Walter Lima Junior. A pesquisa propõe fazer uma comparação postural entre os dois heróis, negros e escravos, sendo um herói ficcional, Macambira, e o outro histórico Chico, símbolo de luta contra a escravidão. Segundo Carvalho, (1998, p. 6) expressa o homem tem a tendência natural a comparar elementos a sua volta, na íntegra ela diz que “Comparar é um procedimento que faz parte da estrutura do pensamento do homem e da organização da cultura”. Essa é a postura desta pesquisa, comparar a conduta dos dois protagonistas frente à instituição escravocrata, o que se aproxima e o que se distancia no comportamento dos heróis. *Rei Negro* conta a história de escravos cativos de uma fazenda de café. O enredo se dá na região fluminense de Vassouras e Barra do Piraí, que no século XIX era zona cafeeira, também conhecida como Vale do Paraíba. O autor classifica a obra de “romance bárbaro”, e se justifica, porque o enredo é atravessado por violência, comportamento típico do sistema escravista (CHIAVENATO, 1999, p. 41). *Chico Rei*

narra a saga de africanos traficados da África para o Brasil, para serem usados como força de trabalho nas minas em território brasileiro. Tem como protagonista o negro congolês Galanga, de estirpe real, que é raptado com a família e vendido para mineiros brasileiros. A esposa sofre violência sexual na viagem, ela e a filha são jogadas ao mar. Da família apenas ele e o filho chegam ao Brasil, e ainda assim são separados no mercado de compra e venda de escravos, indo cada um para lugares diferentes. Enquanto o herói de *Rei Negro* se mostra submisso desde o início da trama, o de *Chico Rei* se rebela contra o sistema escravista, desde sua captura na África. A temática das narrativas, o escravismo e suas consequências, foi abordada sob os aspectos literário e fílmico.

Os autores dos objetos investigados são de períodos históricos diferentes, portanto os anseios sociais também são diferentes. Quando *Rei Negro* foi publicado em 1914, o país se ajustava socialmente, ainda não havia se passado três décadas desde a “libertação” da escravatura. “A abolição não deu os meios necessários para incluir o povo negro na conjuntura econômica do Brasil”, assevera Leandro (2003, p. 161). Ele continua dizendo que, “Os negros morriam de fome e eram perseguidos pelos órgãos de segurança do estado porque a presença da massa negra nas cidades perambulando em busca de alimentos era vista como ameaça à sociedade.” Concomitante, a sociedade vivia mudanças no campo intelectual. A profícua literatura de Coelho Netto já não era tão atraente para a sociedade, que recebia influência da nova tendência literária modernista, conforme expressa Moraes ² em seu artigo sobre o escritor maranhense e a crítica dos modernistas. Segundo ele “Coelho Netto era um sobrevivente da ‘belle époque’ literária”. Na íntegra ele diz: “Manchava-lhe ainda a efígie um desabusado verbalismo, visto por muitos de seus detratores como ornamental, vazio, apenas um artifício que [...] provocava o afastamento das causas mais prementes de sua época”. Os modernistas selaram o antagonismo que iria, a partir de então, lançar Coelho Netto e sua literatura no ostracismo literário para as gerações futuras.

Rei Negro é considerado pela crítica como um romance de relevância para debates sobre a escravidão, especialmente pela forma como o negro é engajado naquela sociedade colonial. Em suas considerações sobre a obra do escritor caxiense, Leandro (2003, p. 270) comenta que, “Em *Rei Negro*, Coelho Neto atinge o ponto mais alto de uma luta renhida de dezenas de anos em defesa do povo

² <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/25415>>

negro”. E Duarte (2013, p. 147) completa o raciocínio anterior ao dizer que, em “*Rei Negro* (1914), Coelho Netto ‘entroniza’ em plena escravidão, Macambira, um ‘escravo de sangue azul’, que atua como um feitor moralista cooptado pelo senhor”.

Alguns elementos na narrativa *Rei Negro* são apontados pela crítica, como danosos para a recepção da obra pelo leitor. Coelho Netto é classificado como um escritor parnasiano, amante do preciosismo vocabular. Seu estilo linguístico é, de toda forma, apontado como um ponto negativo na escrita. Em suas considerações biográficas sobre o autor, Proença (1974, p. 171) conclui que, “O gosto pela paisagem pode ser considerado uma tendência parnasiana, [...], de perdulária ostentação vocabular”. Essa é uma das severas críticas em toda a produção literária do escritor, por exemplo, vocábulos como: achaparradas; expluindo; alcatifa; plumejavam; abobadava; alfombrado (NETTO, 1914, p. 8), atravessam toda a narrativa e se contrapõem com a linguagem simples do cativo. Proença (Ibidem) ainda acrescenta que “A narrativa é uma retrospectiva do cativo, descobrindo a miséria das relações entre amos e escravos”, o que é possível visualizar no trecho da narrativa: “Elle, às vezes, chamava-os, interpellava-os, arrogante e, ordenando que se ajoelhassem, esbofeteava-os ignominiosamente.” (Ibidem, p. 29, 30). Nesse romance o escritor conseguiu segurar a atenção do leitor para a posteridade, por causa da importância que a temática apresenta para o contexto social.

Igualmente o filme *Chico Rei* promove debates sobre o escravismo. Seu período de circulação, na mídia, percorre um tempo de mais de um século – “África meados do século XIII” (CHICO REI, 1985) -, desde o período em que os fatos do enredo se deram. Diferente da obra coelhonettiana - seu autor viveu na época em que a escravidão ainda era um sistema social presente no país -, a obra fílmica *Chico Rei* tem sua circulação em uma época em que a escravidão e a colonização do país, já não mais eram uma realidade, embora até os dias atuais o país enfrente os resquícios daquele período. Principalmente por isso, discussões dessas proporções se fazem necessárias na sociedade atual.

Por seu caráter documental o filme cumpre uma função social: aproximar o indivíduo contemporâneo de sua relação com o passado histórico, e sobre isso Benjamim (1987, p. 168) afirma que “A autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que foi transmitido pela tradição, a partir de sua origem, desde sua duração material, até o seu testemunho histórico.” O filme é baseado na tradição oral mineira, na poesia de Cícilia Meireles e na memória do negro brasileiro. O

enredo traça todo o sofrimento dos negros escravos, usados para garimpar ouro a fim de sanar dívidas de escravocratas com a Coroa portuguesa e aumentar suas riquezas. Sobre filmes dessa natureza é dito que:

Considera-se sob essa perspectiva, que os chamados filmes históricos estão circunscrito à prática da história pública, tanto pelo seu viés de divulgador da história como também de produtor do conhecimento histórico. Assim toma-se esse gênero fílmico e sua perspectiva educativa a partir da análise dos *imaginários sociais*, presentes nos filmes. (FERREIRA, 2014, p. 276, **grifo do autor**).

O filme é instigante e perturbador na sua produção, devido à incerteza que é lançada sobre a existência dos fatos narrados, ou se o herói existiu mesmo. Ele é tido como lendário, na historiografia, mas com um quê de concretude em alguns gêneros discursivos como a pintura – telas de artistas estrangeiros -, poesia, oralidade popular entre outros. Ferreira (2014, p. 280) falando dessa possibilidade de ficção ou realidade, conclui que “O filme de Walter Lima Junior é profícuo para se pensar esse processo dialógico, já que a história lendária do Chico Rei circulou desde as tradições populares em diversos suportes (poesia, literatura, carnaval, cinema)”. Para Walter Lima Junior a produção de *Chico Rei* representava um mergulho na História, por isso o envolvimento com todo o processo fílmico foi intenso e intimista, lardeado de inconvenientes na execução. “Terminar *Chico Rei* se tornaria, portanto, tão vital para Walter quanto à liberdade para Galanga”, Mattos (2001, p. 180) completa comentando sobre o processo de produção do filme. E representa, sim, um grande propagador de conhecimento histórico.

As obras em estudo trazem à discussão questões relativas ao período de colonização do Brasil, com seu percurso tortuoso, como a escravização de pessoas para uso de sua mão de obra escrava. Os conflitos que elevam a temperatura das narrativas chamam a atenção pelo nível de violência que envolve as personagens, bem como pela postura de cada categoria social e humana envolvida no enredo. Para seu desenvolvimento esta dissertação tem como ponto de partida as pesquisas historiográficas sobre o período colonial, preferencialmente o que compreende os séculos XVIII, XIX - segunda metade - e XX – primeira metade, que é onde os fatos se situam. Nesse sentido tratou-se do tráfico negreiro - com suas implicações -, da escravidão e sua manutenção durante séculos, enfatizando o comportamento das categorias colonizador e colonizado, da postura dos que eram contra e dos que

eram a favor do escravismo. E das várias abordagens dialógicas da temática, com o intuito de provocar a sociedade a se posicionar diante do problema, no que diz respeito a promover mudanças de comportamento para com o outro.

O trabalho foi organizado em quatro seções. Na primeira teceu-se considerações acerca da vida e obra dos autores Coelho Netto, escritor do romance *Rei Negro* e Walter Lima Junior, cineasta que roteirizou e dirigiu a obra cinematográfica *Chico Rei*. Serão ressaltados aspectos como a recepção de suas obras pela crítica, nos seus respectivos momentos. As informações serão cruzadas, no sentido de comparar alguns dados referentes a cada autor e suas obras. A sessão foi dividida em subseções que, respectivamente, apresentam o escritor Coelho Netto, em seguida a consideração crítica sobre o autor e, depois se aborda sobre Walter Lima Junior.

Na segunda seção tratou-se da escravidão no Brasil e seu contexto histórico, onde os diálogos giraram em torno da sociedade escravagista do século XIX, no qual se traça um perfil social da escravidão; em seguida se faz considerações sobre o tráfico negreiro e suas implicações - realçando questões como o processo escravista, seus elementos constituintes, bem como algumas medidas de extinção da comercialização de escravos-; a discussão continua em torno da temática, onde se aponta os meios de denúncia utilizados por intelectuais, momento em que se apresenta a sociedade senhorial das narrativas.

Na terceira seção deu-se um realce às personagens protagonistas das narrativas *Rei Negro* e *Chico Rei*, no que tange ao caráter heróico destas, face ao regime escravista e em contraste com o antagonista branco. Nesse espaço são apresentados os heróis, comparando a postura entre eles no que diz respeito ao aspecto liderança; fez-se considerações sobre o preconceito cometido contra a escravaria.

Na quarta seção analisou-se os aspectos comportamentais, no atinente à submissão e transgressão das personagens; tópicos como: a rebelião como resistência: revolução da senzala; o minado terreno das relações e aspectos culturais: do colonialismo aos dias atuais, são abordados nesse espaço. A seguir serão tecidas considerações a respeito da postura da crítica no atinente à vida e obra dos autores, bem como a recepção das obras em análise.

1 COELHO NETTO E WALTER LIMA JUNIOR: DOIS PERFIS E UM MESMO OBJETIVO

Propõe-se nesta seção apresentar um perfil panorâmico da vida e obra dos autores e seus objetos de estudos, sob o viés comparativo, o caxiense Henrique Maximiano Coelho Netto ³ e, o cineasta fluminense Walter Lima Junior, enfatizando aspectos como a recepção da crítica, bem como suas respectivas narrativas, *Rei Negro* e *Chico Rei*. Serão cruzadas informações sobre os dois objetos, comparando-as, para extrair semelhanças e divergências entre suas produções artísticas. Para a discussão teórica pautou-se em: Chiavenato (1999); Costa (1988); Proença (1974); Netto (1942); Silva (1999); Bosi (1978); Faria (1963); Mattos (2001); Moura (1988) entre outros que participarão dos debates.

Era o período em que a sociedade colonial estava se estruturando economicamente, isso pelo século XVIII, e posteriormente séculos XIX e XX – primeira metade –. O tempo em que se manifestavam aqueles que almejavam mudanças, sociais e políticas, e os que resistiam a elas. A luta em defesa da abolição da escravatura, eram prementes. A opressão escravocrata se intensificava sobre a comunidade escrava. As revoltas e insurreições aumentavam entre os cativos. Esse é o quadro, que comumente se encontra quando se visita a historiografia. O discurso de José Chiavenato apresenta uma visão diferente da que comumente se ver nas leituras “superficiais” que se faz da história. Segundo o autor não havia preocupação com o escravo, o humano, no tocante a livrá-lo da situação opressora em que vivia, não era prioridade. A situação do país, no cenário mundial, de fato representava inquietação, fato que promoveu debates e lutas contra o processo escravista (CHIAVENATO, 1999). No que tange às narrativas *Rei Negro* e *Chico Rei* - nas duas categorias humanas, escravos e senhores -, ver-se que os cativos só eram aceitos na vivência dos brancos porque era conveniente à

³ Não se encontra o “Neto”, com dois t’s, sobre isso se vê a seguinte possibilidade: Não se sabe se “Netto” era uma homenagem ao avô, mas a escrita com “tt” parece obra de seus pais, pois encontramos seu nome assim escrito quando da sua aprovação para o Colégio Pedro II: “Aprovados: Henrique Maximiano Coelho Netto, Joaquim José Tinoco, Alfredo Ferreira Ayres da Costa, Alfredo do Rego Duarte e Antonio Alves de Mesquita Junior”. Tinha ele aí apenas 14 anos. Foi com “Netto” que ele assinou seu nome em seus trabalhos, e é com “Netto” que seus descendentes também assinam. Mesmo assim, são muitos os que insistem em anotar-lhe “Neto”, e é justamente dessa forma, com um “t”, que se nomeiam todos os estabelecimentos e logradouros em sua homenagem (ruas, bairros, escolas, prédios, etc.), sobretudo no Rio e no Maranhão, incluindo o município de Coelho Neto - MA. (CARVALHO, 2012, p. 24).

sociedade escravocrata, eram eles que faziam produzir as riquezas das propriedades em que eram cativos (COSTA, 1988).

O escritor Coelho Netto produziu muita literatura. Uma parcela dela abordando a temática escravismo, a exemplo de *Rei Negro* (1914), em um período de transição secular, conforme salienta o biógrafo Cavalcante Proença (1974). Com uma vasta bibliografia assinalou momentos que fizeram parte da história em romances como: *A Capital Federal* (1893), *Miragem* (1895) e *A Conquista* (1899), em que o plano de fundo era as inquietações da sociedade no cenário de mudanças sociais e políticas na capital do Império, Rio de Janeiro, e conseqüentemente no país (COSTA, 1988, p. 25). O prosador caxiense escreveu em pleno vigor da chamada *Belle Époque* brasileira⁴. Apesar do vanguardismo literário já está em atuação, ainda sobreviviam entre os intelectuais “conservadores” as tendências que apresentavam os padrões da burguesia europeia e influenciavam a sociedade brasileira de *fin-de-siècle*.

Esta pesquisa apresenta objetos e autores situados em contextos históricos e sociais diferentes, mas dialogando a mesma temática: o escravismo, ocorrido em um determinado período da história. Coelho Netto viveu e respirou os ares das mudanças sociais ocorridas nos séculos XIX e XX. Foi partícipe de alguns fatos que foram determinantes para a mudança social do país. Oriundo do Maranhão, mas radicado na sociedade carioca, onde passara a viver com a família, ainda criança. Esse fato favoreceu a produção intelectual do escritor, pois pode vivenciar as duas culturas, em idades diferentes, levando impressões e vivências com as quais pode pincelar os enredos de suas produções. Portanto, o escritor tinha certa propriedade representativa ao narrar os fatos, que se deram na capital do país, Rio de Janeiro, como destaca Alfredo Bosi em sua crítica a respeito do caxiense e sua produção bibliográfica:

Em *Miragem*, o interesse pelo documento concentra-se na reprodução de uma cena a que o narrador de fato presenciou: a proclamação da República, vista pelos olhos do soldado Tadeu. É o momento mais equilibrado do livro; seguem-no a doença e o fim de Tadeu, cuja narração se insere no plano da exploração sentimental, em termos prolixos, de uma vida infeliz. (BOSI, 1978, p. 224).

⁴ Que compreende o período final do século XIX e se estende até as duas primeiras décadas do século seguinte, quando então é superada pelos movimentos culturais da época, como a Semana de arte moderna. Conferir Nadilza M. de B. Moreira, *Júlia Lopes de Almeida: resistência e denúncia na Belle Époque brasileira*. Revista Ártemis. Vol. 1, Dez 2004.

Alguns de seus romances são considerados autobiográficos, esse do excerto, por exemplo, é um deles. O escritor participou diretamente de alguns acontecimentos sociais importantes no país, como as campanhas abolicionista e a republicana, que fazem parte de seu arranjo ficcional, os quais foram representados em romances como *Miragem* (1895). Na mesma linha discursiva o cineasta Walter Lima Junior desenvolve os diálogos em torno de *Chico Rei* a partir do viés cinematográfico. A narrativa fílmica traz as impressões do roteirista sobre a escravidão de africanos no período de colonização do Brasil, colhidas de outras linguagens como a tradição popular, o poema de Cecília Meireles “Romance do Chico Rei”, extraído do livro *Romanceiro da Inconfidência* (1977). Essas interfaces textuais promovem um diálogo de fatos históricos em linguagem cinematográfica. Ambas as narrativas, a literária e a fílmica, apresentam protagonistas escravizados, com comportamentos divergentes diante da opressão, resultante da escravidão, pontos que serão discutidos à frente. Primeiramente abordar-se-á algumas particularidades biográficas a respeito dos autores e suas respectivas obras.

1.1 Coelho Netto: como a crítica o ver

A subseção propõe uma abordagem sobre alguns aspectos da vida do escritor Coelho Netto. Os teóricos: Faria (1963); Proença (1974); Netto (1957); Bosi (1967), Silva (2011) entre outros dialogarão com outros teóricos sobre o escritor caxiense. Henrique Maximiano Coelho Netto (1864-1934) saiu da cidade de Caxias ainda criança – aos seis anos de idade -, com a família, para a capital do país, a cidade do Rio de Janeiro. Filho de Antonio da Fonseca Coelho, comerciante português, com a índia Ana Silvestre Coelho. Iniciou os estudos preparatórios no colégio Jordão, passando pelo Mosteiro de São Bento e finalmente terminando-os no tradicional Colégio Pedro II. Nesse período sua vida acadêmica foi bastante conturbada. Matriculou-se na Faculdade de Medicina, mas abandonou algumas semanas depois por incompatibilidade com o curso. Em seguida viajou para São Paulo onde começou o curso de Direito. Envolvido em movimento acadêmico transferiu-se para Recife e lá conclui o primeiro ano. Voltou a São Paulo, completou o segundo ano e seguiu novamente para Recife para cursar o terceiro ano, mas abandona o curso após ter problemas com um professor. Viajou para o Rio de Janeiro e engajou-se na Campanha Abolicionista, sob a liderança de José do

Patrocínio. Em 1890 encerra os anos em que viveu a fase da *boêmia literária* ao lado de Olavo Bilac, Aluísio de Azevedo, Paula Ney, Luis Murat, Guimarães Passos, e casa-se com Gabriela Brandão, e dessa união teve quatorze filhos, dos quais apenas sete sobreviveram. Acumulou as funções de escritor, professor, diretor institucional, parlamentar, diplomata, jornalista entre outras profissões.

Quando esteve no cenário literário foi profícuo. Por causa da linguagem usada para escrever foi alvo da crítica, considerado por alguns como ultrapassado no estilo de escrita, sobretudo. Sobre a receptividade de sua obra, entre seus pares, Proença informa que Coelho Netto foi fecundo, mas combatido por causa do estilo vocabular que usava. Ele assevera que

Respingando nessa fecundidade, a posteridade vai selecionando o que deve permanecer. Escritor parnasiano, amando o idioma dos séculos passados, teria de ser combatido pelo modernismo que vinha romper, em primeiro lugar com a linguagem literária em uso. Coelho Netto era o padrão dessa linguagem; o modernismo se encarniçou contra ele, com os excessos e injustiças de todas as religiões novas. (PROENÇA, 1974, p. 167).

Com o modernismo trazendo uma linguagem despojada, despretensiosa de formalismo, próxima do povo, a sociedade começa a receber as novas tendências literárias com entusiasmo, por estas apresentarem novidades. Uma linguagem livre do rigor estético, que vigorava na época. Ademais, o gosto dos leitores estava ficando mais exigente, especialmente devido ao fomento dos modernistas, que apresentavam um estilo que oferecia às pessoas liberdade de expressão e entendimento. Contrário ao que alguns remanescentes da linguagem seiscentistas ainda adotavam. Coelho Netto se encontrava nessa categoria, e foi em seu tempo, o mais combatido. Em plenas mudanças no campo literário, o escritor conservava aquilo que viria a invisibilizar sua obra posteriormente: a linguagem. Embora sendo acirradamente combatido pela crítica, o romancista decide conservar o preciosismo vocabular, explicando depois (NETTO, 1942, p. 32), porque decide desconsiderar os julgamentos que fazem a respeito da linguagem usada em seus escritos.

Naquele contexto havia duas categorias de escritores: os conservadores e os modernistas. Segundo a crítica Coelho Netto era o representante da primeira, conforme se nota nas expressões “O mais representativo prosador academicista, aquele que mais se enquadra nas características acima descritas, é, sem dúvida alguma, Coelho Netto” (SILVA, 2011, p. 97). No segundo grupo destacam-se Oswald

de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira, como os representantes da primeira geração modernista, os fomentadores da renovação literária, da quebra com os paradigmas usados pelos formalistas parnasianos. Além da tríade modernista citada, havia outro literato que desenvolveu um profundo, e pessoal, antagonismo pelo escritor parnasiano, o carioca Lima Barreto ⁵. No caso de Barreto a crítica não faz alusão ao estilo linguístico – propriamente dito - do prosador caxiense, mas a outros fatores. É o que se depreende das considerações:

As divergências existentes entre as ficções de Lima Barreto e Coelho Neto não se dão apenas num nível estritamente formal, se por isso entendermos aspectos linguístico-estéticos da obra literária; tampouco tais divergências limitam-se, como acabamos de sugerir, a seus posicionamentos ideológicos e políticos. Também no que diz respeito aos temas e motivos presentes nas obras dos dois romancistas pode-se entrever uma franca oposição. Não, evidentemente, nos temas propriamente ditos, muitas vezes coincidentes nas penas dos dois autores, mas em particular no tratamento dado por cada um a temáticas diversas. (SILVA, 1999, p. 3).

E é em um terreno encharcado de querela intelectual, que os embates literários entre Coelho Netto e Lima Barreto acontecem. Dois escritores pertencentes à mesma sociedade intelectual carioca, mas a movimentos literários diferentes. Coelho Netto, parnasianista, era adepto do modelo europeu de escrita. Fosse por isso ou não, utilizava uma linguagem ornamentada, abusava do formalismo - uma das justificativas para a não utilização, ou não leitura de suas obras. Além do mais participava da elite intelectual daquela sociedade, sendo ele um dos principais fomentadores dessa classe, um dos motivos que inquietavam o escritor Lima Barreto, que era excluído das reuniões sociais dos intelectuais daquele grupo por motivo de preconceito racial e pela acidez das críticas de Lima Barreto.

O escritor de *Recordações do escrivo Isaias Caminha* teve uma vida cercada de dificuldades financeiras e privações. Pobre e negro vivia na pele a dor do preconceito. Todo esse estigma lhe marcou, fazendo-o virar um combatente do elitismo literário e defensor de uma literatura simples e leve, com temáticas sociais

⁵ Afonso Henriques de Lima Barreto – 1881-1922 -. Jornalista e literato. Era mestiço em uma sociedade que praticava o preconceito contra afro descendentes. Intelectual combatente das tradições literárias e da sociedade política da época. Teria problemas em se socializar com seus pares, o que o tornou um boêmio solitário. Lima Barreto foi internado algumas vezes por causa de problemas psicológicos. Morreu aos 41 anos de idade, vítima do alcoolismo. Só veio a ter reconhecimento literário postumamente.

“ditadas” pela gente simples (SILVA, 1999). Sobre esse embate entre os dois romancistas, Alfredo Bosi também tece considerações a respeito de suas divergentes concepções literárias. Segundo ele

O estilo de pensar e de escrever contra o qual se insurgia o autor do *Triste fim de Policarpo Quaresma* era o simbolizado por um Coelho Neto ou um Rui Barbosa: o da palavra a servir de anteparo entre o homem e as coisas e os fatos. Em Lima Barreto, ao contrário, as cenas de rua ou os encontros e desencontros domésticos acham-se narrados com uma animação tão simples e discreta, que as frases jamais brilham por si mesmas, isoladas e insólitas (como resultava da linguagem parnasiana), mas deixam transparecer naturalmente a paisagem, os objetos e as figuras humanas. (BOSI, 1978, p. 357).

No que tange à escrita dos autores não há correlações, segundo a crítica. Enquanto Barreto extraia do cotidiano simples a essência de vivência do indivíduo, trazendo para a ficção um estilo simples e coloquial de narrar, Netto apresentava, prolixamente, um enredo que priorizava o verbo, ao invés de o humano. O embate entre os dois autores ultrapassa o campo literário e vai para o pessoal, suas biografias e obras dimensionam essa afirmativa.

É verdade que a produção literária de Coelho Neto apresenta desgastes na recepção da crítica, o que contribuiu para o ostracismo do literato, mas também é verdade que ele foi muito respeitado por seus pares, enquanto produtor exclusivamente de literatura. Faria (1963, p. 11), um dos biógrafos do escritor, disse: “Fiquemos, portanto, com as dezenas de obras de primeira qualidade que nos legou e não nos deixemos também seduzir pelas acusações que contra elas foram formuladas, no tocante ao estilo.” Também diz parecer totalmente impossível filiá-lo a alguma escola literária, pois ele esteve sempre acima de escolas e grupos academicistas, não se prendendo a nenhuma corrente ou movimento literário.

Sua vasta obra é uma mescla de vários gêneros literários, dentre eles crônica, romance, conto, poesia, conferências, novela, história, drama, pastoral, fábula, comédia e apólogo, segundo classificação do biógrafo Netto (1957, p. 39), que o chamou de “Hércules da literatura”, pois conseguiu realizar os doze trabalhos, em gênero. O romancista foi prosador e ensaísta, e nesse campo dicotômico a categoria ficção tem maior destaque. Octavio de Faria reconhece ser impossível esquadriñar toda a numerosa obra coelhonetiana e fazer um estudo detalhado, ele diz que

A descrição dos romances básicos e das principais peças de teatro, a simples enumeração dos contos a reter, dos apólogos a isolar, das crônicas a destacar, das conferências a sintetizar, levar-me-ia tão longe que logo teria ultrapassado os limites desta simples apresentação crítica. (FARIA, 1963, p. 9)

E Proença (1974, p. 166) esclarece que “[...], a obra de Coelho Netto se divide, no que toca à ficção, em imaginativa e memorialista. Parece que dava preferência às do primeiro grupo, em que sua imaginação abriu largamente as velas [...]”. Coelho Netto atribui essa fluidez imaginativa aos anos de infância que viveu no Maranhão e teve contato com contadores de estórias e com escravos ⁶. Certa vez um de seus biógrafos falou, em tom de rebate, de críticas lançadas a respeito da legitimidade da escrita do romance *Sertão* (1896),

Quando apareceu o “Sertão”, em 1896, “sertanistas” da Rua do Ouvidor e adjacências, esquecidos de que Coelho Netto nascera no interior do Maranhão e, restabelecendo-se de uma doença da infância, passara dois meses em longínquo vilarejo com a grande selva em frente, apregoavam que o seu “Sertão”, era muito literário, era um sertão descrito por quem nunca o tinha visto (NETTO, 1957, p. 14, 15).

O próprio Coelho Netto, descrevendo o ambiente em que passara esse período de tratamento, registrou no texto *Minha escola primária*, todo “acervo” imaginativo que ele levaria para sua literatura, nas palavras: “Ali, todas as histórias que eu, até então, ouvira, desenvolveram-se-me na imaginação e eu as senti como realidades: contos de fadas, chácaras e solaus, lendas de mártires e de assombrações” (LEANDRO, 2000, p. 39). A capacidade criativa gerada na ⁷imaginação do autor é explicada pela teoria kantiana. Em sua célebre obra *Crítica da razão pura* Kant (2009, p. 13, 14) afirma que o indivíduo agrega conhecimentos adquiridos ao longo de sua vivência, o que inclui as “impressões sensíveis” até as “experiências”. Ele afirma que “nenhum conhecimento antecede no tempo a

⁶ Uma das responsáveis por alimentar-lhe o imaginário foi uma ex-escrava, que rumou para o Rio de Janeiro quando a família mudou-se para lá. Sobre ela lemos: [...] mas a D. Maria a “preta engomadeira”, talvez uma ex-escrava, é seguramente a *baba* de Henrique, que Dantas (s.d., p. 16) chama de “espécie de mãe preta”. (DANTAS, s.d., p. 16 Apud CARVALHO, 2012, p. 29).

⁷ Segundo uma revista bíblica, que traz assuntos também de cunho científico, podemos ler a respeito dessa capacidade de criar: “O que é imaginação? Uma enciclopédia a define como a capacidade de formar imagens mentais de experiências passadas ou situações que o indivíduo ainda não experimentou. Usamos a imaginação o tempo todo”. (A SENTINELA, 2016, p. 10). E graças a ela podemos realizar mentalmente o que não é possível ver, é o que Kant chama de *a priori*, quando a imaginação não provém de experiências vividas e *a posteriori*, quando provém de experiências vividas.

experiência; todas começam por ela”. Então é possível compreender que Coelho Netto possuísse uma carga cognitiva adquirida em algum momento de sua vida, - infância – guardada, e que se torna fecunda quando provocada, ou seja, quando impunha a pena e solta a imaginação criativa no papel, construindo narrativas e memórias, bem como discursos e conferências. Netto (1957, p. 39) referiu-se ao escritor como “Exemplo único de repentista da prosa em língua portuguesa”, pela capacidade de improvisar, assim como é próprio dos repentistas e suas habilidades de criar instantaneamente.

Acontecimentos históricos e sociais do final do século XIX e início do XX, vivenciados por Coelho Netto, são elementos que o escritor usou em seu fazer literário e, foram abordados em alguns romances, a exemplo *A Conquista* (1899), que se passa na transição do regime de governo Imperial para o Republicano. Narra a história de um grupo de rapazes que vivem a fase da boemia, escrevendo literatura, sem compromisso familiar, comendo e vivendo em pensões. Traz como pano de fundo a Campanha Abolicionista, experiência que dividiu com José do Patrocínio, resultando em um romance autobiográfico e sobre o qual Pinho (2009, p. 110) em seu ensaio diz: “O romance *A Conquista* expõe alguns aspectos da sociedade brasileira do final do século XIX, a visão intelectual, o trabalho e a remuneração do escritor, a militância política como temário narrativo.” O que é corroborado pelo biógrafo Netto (1942, p. 19), que classifica a obra do escritor como “um de seus melhores romances”, da época. O título bem que faz alusão à tão almejada liberdade advinda da luta abolicionista.

Outra obra em que o escritor faz um recorte autobiográfico é a narrativa *A Capital Federal* (1893), que traz as impressões de um sertanejo – Anselmo Ribas - na cidade grande. O moço se vê afetado pelos acontecimentos próprios de uma capital - Rio de Janeiro -, que era palco de mudanças sociais e políticas, sobretudo. Nesse contexto político há uma grande aversão social ao governo florianista, os militares do mar almejam o governo federal, se amotina e desenvolvem o conflito chamado *Revolta da Armada*. Tendo sido um dos escritores mais profícuos da literatura brasileira, Coelho Netto deixou uma obra numerosa para que as comunidades acadêmicas e científicas se debruçassem de forma investigativa e que a crítica dialogasse sobre seu legado literário.

Miragem (1895), assim como *A Conquista*, faz parte desse temário histórico. É considerado pela crítica como um romance de peso, por fazer referência a um acontecimento real, a Proclamação da República, evento em que o escritor foi

partícipe ativo. A narrativa é desenvolvida a partir do ponto de vista do protagonista Tadeu, um militar doente que é abandonado pela família, depois da morte do pai. Em outro romance, *O Morto* (1898) – memórias de um fuzilado -, o olhar do romancista é para os fatos recorrentes naquele espaço de tempo. O enredo trata do conflito social e político que acontecia no estado do Rio de Janeiro - a *Revolta da Armada* -, mostra o sentimento de angústia pelo qual passava a sociedade daquele período histórico, que com medo de bombardeio das forças e do governo fogem em êxodo.

Inverno em flor foi publicado em 1897. É um romance com nuances românticas e naturalistas, “Repona a curiosidade pelos aspectos mórbidos da psique”, comenta Bosi (1978, p. 225), o romance traz à tona um relacionamento incestuoso entre mãe e filho, uma temática pouco recorrente na época. Coelho Netto acendeu discussões acerca de relações familiares com uma tônica científica. Sobre o romance lemos o comentário de Péricles de Moraes:

O Sr. Coelho Netto dá-nos um estudo admirável do amor incestuoso como uma concepção justa das doutrinas e dos processos freudistas, tendo concebido e realizado o esquema psíquico do *inverno em flor* muito antes das controvérsias científicas suscitadas no pensamento moderno pelas ideias do inconsciente da literatura, expendidas e divulgadas pelo Dr. Freud (NETTO, 1942, p. 173).

Tormenta (1901) livro carregado de moralidade é mais um romance que aciona a psique humana. Conta a história de um viúvo atormentado com a “presença” da esposa falecida, que não o deixa viver as segundas núpcias. Além dessas temáticas o escritor tratou do tema de saudades em *Mano* (1924), *Canteiro de Saudades* (1927), bem como a temática mística, em *O Rei Fantasma* (1895) e *Imortalidade* (1923).

No que concerne ao *lócus* para o desenvolvimento de seus romances, Coelho Netto usou o Estado do Rio de Janeiro como cenário para os fatos enredados, para uma boa parte deles. Por exemplo, *Turbilhão* (1906), que conta a estória de uma família carioca, de classe mediana, em decadência financeira e social. O enredo aborda questões de caráter social e moral, pelas quais a sociedade daquele período histórico via-se afetada, por causa das mudanças que estavam acontecendo na estrutura da capital carioca, bem como em todo o Estado. A respeito do romance Alfredo Bosi diz que

O escritor, procurando recusar-se à prolixidade conatural a seu temperamento, pôde ser fiel à frase com que acompanhou o título da obra: 'simples como a verdade'. [...] o romancista soube contornar os efeitos melodramáticos, fixando toda a sua atenção na verossimilhança das situações e dos gestos [...] (BOSI, 2006, p. 203).

Bosi (1967, p. 81) falando sobre a postura de alguns críticos a respeito da literatura coelhonetiana, diz que em *Turbilhão* percebe o respeito que a escrita do autor merece. Em suas impressões ele diz: “Só esse livro, parece-me, bastaria para dar a Coelho Netto um lugar de destaque no ficcionismo brasileiro”. E Proença (1974, p. 169) corrobora dizendo que o “enredo é simples como as vidas miúdas que vão sendo descritas”. Os comentários se fundem. O escritor de *Turbilhão* tinha essa preocupação em agregar realidade à ficção. O próprio Coelho Netto certa vez falou, rebatendo as críticas lançadas a alguns de seus livros, desta feita o romance *Miragem*, que segundo asseveraram, não havia traços reais na narrativa:

Do episódio inicial fui testemunha, acompanhando o Dr. Lucindo à casa da vítima. Conheci Maria Augusta e Tadeu; deste vi, mais de uma vez, o sangue das hemoptises. Minha é a arte relativa à vida militar. Fi-la para aproveitar o que sabia dos pródromos da República e para fixar as minhas impressões da manhã histórica (e tão adulterada, em narrativas cerebrinas e tendenciosas) de 15 de novembro. O ferreiro Nazário é uma das tristes *verdades* da minha obra. Conversei muita vez com esse grande infeliz (NETTO, 1957, p. 14).

Uma das severas críticas a que a literatura coelhonetiana tem estado exposta diz respeito à sua linguagem. *Turbilhão* é um dos poucos romances onde se percebe um tom mais ameno nas considerações da crítica. Bosi diz que o escritor foi simples, deixando de lado o aparato linguístico, tão natural em suas composições, principalmente quando abordam elementos como os ambientes, diálogos, costumes, no enredo. Amiúde há uma crítica acre, quando se avalia a linguagem, que é caracterizada como verborrágica, comprometendo a aceitação de sua obra até os dias atuais. Colocam a questão linguística como um dos prováveis motivos para a pouca aceitação de sua literatura. É o que se comprova nos comentários:

A linguagem se impõe de maneira absorvente. Se por um lado favorece à criação da atmosfera que envolve os mundos do romancista, por outro lado sacrifica o detalhe narrativo e sobretudo descritivo, em virtude da preocupação dominante do vocábulo raro, acumulado em demasia, alongando a frase, tornando-a prolixa. Pode-se mesmo dizer, embora esse romancista esteja filiado às tendências realistas de fins do século, que o seu maior compromisso é com a linguagem, presa à tradição de prosadores seiscentistas,

donde o excessivo aportuguesamento do estilo. (CANDIDO; CASTELO, 1968, p. 286, 287).

A crítica ao prosador é dicotômica, há os que elogiam seu perfil literário, chamando-o de “profícuo homem das letras”⁸, mas há aqueles que usam um tom mais hostil e agressivo, a exemplo, a crítica feita por alguns modernistas, que usavam expressões do tipo: era “preciso descoelhonetizar a literatura” – Sérgio Buarque de Holanda, em confronto com Coelho Netto nas seções do jornal carioca *O Brasil* -; e “E o Villa em concubinação com Coelho Netto?” – Manuel Bandeira perguntando em carta a Mário de Andrade, por causa de uma conferência que Coelho Netto faria à apresentação musical de H. Villa-Lobos -. Nesse sentido Bosi, afirma que

A fortuna crítica de Coelho Neto conheceu os extremos do desprezo e da louvação, desde ‘o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual’, de Lima Barreto, a ‘o maior romancista brasileiro’, de Octavio de Faria. (BOSI, 2006, p. 198, 199).

Ainda apontam que Coelho Netto pecou quanto ao formalismo vocabular, segundo Proença (1974, p. 171), quando este afirma que “[...] na descrição dessa paisagem o autor expande o seu gosto fantasista, o virtuosismo descritivo, [...]”, referindo-se a *Rei Negro*, dessa forma o excesso acaba por comprometer, o apreço do leitor pela leitura. “O gosto pela paisagem pode ser considerado uma tendência parnasiana, posta em prosa ou verso purista, de perdulária ostentação vocabular; caracteriza o momento e o movimento literário de que fez parte Coelho Neto”, afirma o crítico. Certa ocasião o prosador veio em defesa do que ele chama de virtude, dizendo:

Querem que eu modifique o meu vocabulário, e que escreva como fulano ou sicrano; mas, se o meu estilo é este, se foi nele que escrevi a minha obra, se é êle que me dá uma individualidade, como se pode compreender que eu repudie, adotando outro? Camilo tinha o seu modo de escrever. Euclides o seu. Eu tenho o meu. Estou no meu direito (NETTO, 1942, p. 32).

A “linguagem”, o “vocábulo”, “ornamento lexical”, “estética” e outros aspectos da escrita do autor caxiense, tem sido o gancho de apoio para justificar o ostracismo

⁸ Netto (1942, p. 307) “De Coelho Netto é suficiente dizer que qualquer de seus livros faria a reputação de um autor. Comédias, tragédias, libretos, crítica, romances, episódios históricos tem êle escrito desde 1883, quando veio à luz o seu primeiro trabalho literário”. – J. C. OAKENFULL – Brazil in 1910 (Inglaterra).

a que o escritor foi relegado. Sobre isso Bosi se manifesta asseverando que depois de os modernistas atacarem os pré-modernistas, houve certo comedimento quanto às investidas críticas atiradas contra eles. Segundo o crítico agir assim é:

Muito louvável, porque justo, o cuidado de não se repetirem preguiçosamente anátemas implacáveis. Mas, quando se usa a palavra “reabilitação”, carregando-lhe o acento valorativo, também se faz mister outro tanto de ponderação e meio termo. Reabilitar em que sentido? Se em nome de uma determinada doutrina estética, então urge primeiro demonstrar a sua validade para ontem e para hoje; mas se em nome de pensamento causalista (Coelho Neto teria escrito como o exigia seu tempo), já não seria o caso de revalorizá-lo, senão apenas de situá-lo e compreendê-lo. Veja-se, pois, como é tarefa crítica delicada – bem pouco amiga de improvisações culturais e sentimentais – reivindicar glórias que o tempo foi contrastando ou esquecendo (BOSI, 2006, p. 199).

Ademais, deve-se levar em conta que o escritor Coelho Netto agregou em si, a somatória de muitas leituras eruditas, ainda em sua formação humana/leitora, e se espera que isso colabore para que ele tenha desenvolvido um estilo próprio de escrita, e como a crítica reconhece, há que se respeitar o período histórico e cultural a qual ele estava inserido. O próprio Coelho fala de pares seus, que tinham um estilo peculiar – Camilo Castelo Branco e Euclides da Cunha – e ele queria ser respeitado por isso, assim não perderia sua identidade, o que ele chama de “individualidade”. O que se nota na prosa do escritor caxiense é que as temáticas narradas têm uma inserção no cotidiano, expressa com uma linguagem um tanto formal, é verdade. Nos romances autobiográficos e em outros o escritor usou o recurso da mimese dando um caráter verossímil à narrativa. Nos cinquenta anos de produção literária Coelho Netto usou sua escrita, também, como meio de sustento da família. Foi respeitado, mas também achincalhado por seus pares. Hoje se encontra obliterado pelos ideais modernistas, que resvalam até os dias atuais, mas com um forte legado literário. Sua história se diverge da de seu contemporâneo cineasta Walter Lima Junior, embora em pouquíssimos aspectos se aproxime.

1.2 Walter Lima Junior: como a crítica o ver.

O objetivo da subseção é apresentar algumas considerações sobre a vida do cineasta Walter Lima Junior, incluindo sua projeção no cenário televisivo, como

diretor e roteirista cinematográfico. Para dar informações a respeito do intelectual e a obra analisada Mattos (2001); Vasconcelos (2007) serão as bases teóricas. O cineasta Walter Lima Junior nasceu em Niterói, no dia 26 de novembro de 1938. Atualmente vive no Rio de Janeiro, onde trabalha como professor na Escola de Cinema Darcy Ribeiro. Walter cursou Direito na *Universidade Federal Fluminense* – UFF - e acumula as funções de jornalista, roteirista, documentarista e crítico de cinema. Começou sua carreira no meio midiático escrevendo críticas para jornais. Trabalhou na criação da Cinemateca do Museu de Arte do Rio de Janeiro. Contraiu matrimônio com a atriz Anecy Rocha, mas ficou viúvo precocemente. Walter Lima iniciou a carreira como assistente de direção, com o diretor Glauber Rocha, com o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1963). Somente nos anos 70 é que se dedica à produção televisiva, produzindo documentários para a TV. Sua estréia no cinema foi com a adaptação da obra literária de José Lins do Rêgo, *Menino de engenho* (1965), seu primeiro longa-metragem. Na virada do século começa a fazer minisséries como: *Capitães da areia* (1989). Produziu *Chico Rei* como série especial para a TV alemã, sendo a produção depois reduzida para a versão cinema em 1985. E em 2015 lança seu novo longa-metragem *Através da sombra*, uma adaptação do clássico da literatura fantástica, de Henry James, *A outra volta do parafuso*.

Walter Lima Junior recebeu vários prêmios, como por exemplo: Urso de Prata, (1969); Concha de Ouro (1978); Troféu Passista de Melhor Filme, Melhor Diretor; Prêmio de Melhor Filme no IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, por *Menino de Engenho* (1965), entre muitas outras premiações. Atualmente se dedica ao ensino da Arte do Cinema para atores e produtores da cidade carioca.

Walter Lima Junior tem seus primeiros trabalhos adaptados do texto literário para o fílmico, com o livro *Menino de engenho*, de José Lins do Rêgo. O cineasta usa a autonomia que Benjamin (1987), diz ser uma prerrogativa do produtor de obras, nesse caso específico, adaptador de produções literárias para fílmicas, e ajusta o comportamento das personagens. Justificando sua atitude ele diz: “Livro é livro. Filme é filme” (MATTOS, 2001, p. 68), e acrescenta: “Posso mudar a história, alterar ganchos narrativos, posso até ser ocasionalmente infiel ao autor, mas serei essencialmente fiel se restabelecer na tela a forma como ele me atingiu”. Ao assistir ao filme *Chico Rei* em comparação com os fatos históricos (VASCONSELOS, 2007) é possível perceber essa tentativa de passar para a tela sua compreensão do que se lê e se ouve sobre a estória de *Chico Rei*. E essa capacidade de manipular a

narrativa explorando sua essência, se percebe no seguinte comentário: “Ele é diretor com gosto por contar histórias e por narrações que, além de envolventes em si, estimulam a fruição em quilates mais delicados, extrapolando a diversão.”⁹ Walter Lima Junior tem hoje sua biografia e filmografia publicadas pelo jornalista Carlos Alberto Mattos, com o título: *Walter Lima Jr: viver cinema* (2001), que, além de sua trajetória profissional, também narra todo o drama enfrentado pelo cineasta, desde a perda trágica das duas esposas, a prisão pela Ditadura, até a fase de desemprego.

O reconhecimento da crítica, pelos filmes que roteirizou e produziu, lhe rendeu prêmios como honrarias, por exemplo, o Troféu Humberto Mauro, concedido pela editora Civilização Brasileira que nas palavras de Walter foi o mais valioso que já recebera (MATTOS, 2001). Para a projeção de sua carreira profissional, Walter cita *Chico Rei* como alavanca condutora, como o próprio reconhece ao dizer: “É um filme à beira do incompleto, mas posso dizer que nunca aprendi tanto”, avalia. “Como Galanga vivi a experiência de ser ardiloso para conquistar” (Ibidem, p. 184). Sua filmografia constitui-se hoje de mais de quinze obras entre documentários, filmes, curtas, longas.

O filme *Chico Rei* possibilita ao leitor interagir com a temática, colocando-se como um autor da narrativa, para inserir sua posição através da compreensão que lhe permite o texto. Walter Benjamin em seu ensaio sobre “*O autor como produtor*” fala sobre a postura do escritor diante de sua obra literária e a inserção do leitor. E sobre o produtor, no caso do texto literário, ele diz:

Defino o escritor rotineiro como o homem que renuncia por princípio a modificar o aparelho produtivo a fim de romper sua ligação com a classe dominante, em benefício do socialismo. [...] uma parcela substancial da chamada população de esquerda não exerceu outra função social que a de extrair da situação política, novos efeitos para entreter o público (BENJAMIN, 1978, p. 128).

Walter Benjamin destaca o compromisso do escritor em se movimentar para a mudança social promovida pela literatura, no caso dessa pesquisa, as obras fílmica e literária. Ele fala dos intelectuais que produziam para a burguesia, que em algum momento mudavam sua postura de produtor. Esse comportamento não é reconhecido nessas narrativas, por se tratar de uma temática que expõe atitudes do

⁹ Cf. <http://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2016/01/25/noticias-cinema,176430/atraves-da-sombra-de-walter-lima-jr-revela-outra-faceta-da-obra-d.shtml>

sistema de governo, de um determinado momento histórico, e que se perpetrou na sociedade brasileira. Envolvendo o filme *Chico Rei* com as considerações que Benjamin tece sobre cinema, percebe-se que a obra cinematográfica, aqui, cumpre com essa função de promover mudanças, nesse caso diálogos sobre a escravidão no período colonial e suas consequências. Ao tempo em que o espectador/leitor se entretém também se inquieta e atua como crítico, promovendo diálogos reflexivos. “Ele – o leitor – é livre para interpretar a história como quiser”, afirma Benjamin (1987, p. 184, 203, grifo acrescentado), ele assevera que “A cada instante, o leitor está pronto a converter-se num escritor”, essa autonomia é legitimada ao receptor do texto.

Mas, Benjamin faz uma ressalva, para ele “É verdade que as opiniões são importantes, mas as melhores não têm nenhuma utilidade quando não tornam úteis aqueles que as defendem”, (BENJAMIN, 1987, p. 131). No caso de *Chico Rei* é evidente a preocupação de seus idealizadores em intermediar o processo interativo entre a obra fílmica e seu receptor, o público. Segundo esclarece Walter Lima Junior as dificuldades para a realização do filme foram muitas. Realizar obras de natureza histórica, sobretudo quando envolvem documentações historiográficas, registros patrimoniais, o grau de complexidade em sua execução é acentuado, geram suspeitas em sua confiabilidade ¹⁰, conforme se verifica no comentário de um pesquisador sobre filmes históricos:

Um primeiro ponto refere-se à resistência que apresentaram os historiadores a incorporar em seu trabalho o filme de abordagem histórica. Em síntese, a base dessa desconfiança remonta ao conflito inerente à representação fílmica e à ideia de veracidade histórica. (FERREIRA, 2014, p. 277).

Nos créditos iniciais do filme se encontra uma breve resenha sobre o contexto histórico da escravidão africana, incluindo estimativas numéricas, objetivo do transporte afro para o Brasil e suas consequências. São informações relevantes porque faz o telespectador inferir e abrir seu horizonte de expectativas para compreender o tema em destaque. E a partir de agora a escravidão e suas consequências serão o foco das discussões.

¹⁰ Não se fará considerações acerca desses conflitos envolvendo cinema e historiadores, porque não é proposição do trabalho aprofundar-se nessas questões teóricas, mas concorda-se com o que diz o pesquisador sobre a questão: “Asses conflitos não retiram a relevância do filme na representação e problematização do passado.” (FERREIRA, 2014, p. 278).

2 ESCRAVIDÃO NO BRASIL: CENÁRIO HISTÓRICO

Pretende-se nesta seção investigar como se deu o processo de escravização no período colonial, com enfoque nas suas implicações como o tráfico, o cativo, lutas, revoltas – destas últimas tratar-se-á em outro momento - e as aspirações abolicionistas. A discussão terá o seguinte embasamento teórico: Costa (1988); Lacombe (1989), que abordarão questões relativas à escravidão, juntamente com outros pesquisadores. A prática de humano escravizar humano é muito antiga, tanto quanto o é a humanidade e sua origem, conforme registrado na história das civilizações, no seu percurso evolutivo. Investigando sobre a constituição, estrutura, funcionamento de sociedades antigas, percebe-se que essa postura acontecia de forma natural, dentro da estrutura social de seus pertencimentos e de sua época. Por exemplo, constatou-se que nas civilizações anteriores o costume de ter escravo era comum, os motivos é que se diversificavam, segundo é possível inferir no fragmento a seguir:

A escravidão, no sentido estrito da palavra, não era uma instituição importante. Muitos dos que eram considerados como escravos, não passavam, na realidade, de servos que haviam hipotecado sua pessoa por dívidas. Não parece que formassem uma classe muito degradada. Podiam ter propriedades, trabalhar por salários quando seu amo não tinha necessidades dele e até casar com mulheres livres (BURNS, 1966, p. 103).

A partir dessa assertiva é possível ver que alguns autores concebem a escravidão como um comportamento natural e que, portanto, “aceitável” - em alguns casos -, sendo também sugerida a ideia de que essa instituição não era de todo mal. Segundo se depreende da fala desse pesquisador, escravizar alguém não era uma prática desumana, o escravizado era tratado com “dignidade”, era aceito na sociedade a que pertencia sem discriminação. É provável que ideias assim tenham sido analisadas por outros investigadores, porque Lacombe (1989) fala em “progresso” ao se referir à escravidão, em seguida ele descreve as barbáries que se faziam com os dominados nas guerras. O que se conhece por escravizar está relacionado ao subjugo total, com o uso da força e dos excessos. E nessa pesquisa se observou que o caráter do escravismo não se divide em níveis de exercício, escravidão é escravidão, a privação da dignidade humana sob o abuso do poder.

Quando se fala de escravidão tende-se a pensar na de povos africanos. Historicamente essa prática inicia-se no século XV, para o continente europeu, e para a América no século seguinte, mas a historiografia registra que desde que o humano se percebe com poder de dominar, ele vem exercitando essa prática. É o que se vê no excerto acima e corrobora-se a seguir:

Em todos os povos da Antiguidade encontramos a existência do domínio brutal do vencido. No período da caça, com o sacrifício e eventual deglutição do derrotado. No período pastoril, a captura para o pastoreio. No período da civilização sedentária, o desenvolvimento agrícola, o aproveitamento do vencido para produção da alimentação e o trabalho cansativo. Foi este um movimento universal e inevitável. Complemento dessa evolução foi o início da venda de escravos, transformados em mercadorias (LACOMBE, 1989, p. 136).

O pesquisador falou de progresso e agora, fala de evolução, “sugerindo” que a escravidão seja um processo evolutivo, no que tange à sua prática. O caráter violento do escravismo, tal como é conhecido historiograficamente, surgiu do período que data das grandes navegações e explorações europeias, quando o abuso da mão de obra escrava começou a transpor continentes, a partir do tráfico de africanos. De qualquer modo, independente da sociedade em que estava inserida a prática, sua natureza é indefensável. Era uma atividade que justificava a ambição dos traficantes, do poder e de fazendeiros ávidos de enriquecimento. Uma prática ilegal que foi questionada e “combatida” pelos abolicionistas – depois de muito tempo de existência - tanto interna como externamente, conforme assinala Costa (1988, p. 40), segundo ela era uma “realidade incômoda [...]. uma instituição ultrapassada, arcaica, símbolo do atraso do País”. No Brasil os envolvidos no mercado escravista burlavam os acordos internacionais, que haviam sido firmados com os Estados Unidos, Inglaterra e França - países que já haviam abolido o tráfico em suas colônias -, e continuavam mantendo essa instituição a custo do sofrimento daquele que era a principal vítima: o escravo.

Por muito tempo o regime escravocrata se manteve inquestionável, a sociedade aceitava, acreditando nos ditames que eram propagados pelos escravistas para tentar justificar e legitimar a escravidão. Dentre as justificativas dadas Costa (1988, p. 17) aponta o pensamento escravista, este apregoava que “graças a ele os negros eram resgatados da ignorância em que viviam e convertidos ao cristianismo. A conversão libertava os negros do pecado e lhes abria a porta da salvação eterna”. Essa ideia perdurou até que se descobriu que a escravidão era responsabilidade social e não um meio de livrar a alma do negro da “condenação

divina”, como se propalava, e com essa nova compreensão a escravidão foi exposta como “uma instituição corruptora da moral e dos costumes.” (Ibidem, p. 18). Naqueles contextos, pré e pós independência, alguns intelectuais brasileiros que se manifestavam contra a escravidão, viviam na Europa, - esses poucos trabalhavam para a coroa portuguesa -, não eram representantes legítimos contra a escravidão, por isso seus discursos se distanciavam da urgência que a situação exigia, cita-se como exemplo: José Bonifácio, Maciel da Costa e Hipólito da Costa, conforme explica Costa (1988), faziam parte desse grupo. Mas havia aqueles que se manifestavam em oposição ao regime cruel da escravidão, e “denunciavam” tal instituição, ou através de discursos parlamentares, ou da literatura.

A escravidão e todo seu legado danoso foi uma instituição malévola, que deixou um estigma na história brasileira impossível de apagar. Muitas vidas foram extirpadas para que a economia do país se erguesse e sua estrutura social se desenvolvesse. Usurpando o direito do negro de uma vida livre e digna, os senhores do escravismo foram aos extremos na prática, de subjugar o escravo, que começa na captura perpassando por todo o processo em cativeiro. Suas consequências são bem presentes na atualidade. E é possível ver através da história como a sociedade escravista se comportava dentro da instituição escravocrata. Conforme será visto nas considerações a seguir.

2.1 A sociedade Escravagista no Século XIX: painel social da escravidão

A subseção traz o objetivo de expor a dinâmica do regime escravista, faz um raio-X do processo pontuando a responsabilidade da sociedade escravocrata. Para dialogar sobre a temática os teóricos Chiavenato (1999); Peixoto (1987); Albuquerque; Fraga (2006); Calógeras (1967) farão as discussões. A memória histórica das grandes invasões continentais tem sua trajetória marcada por guerras e conquistas de povos, e como fator preponderante os aspectos políticos e religiosos estão intrinsecamente ligados nessa dinâmica. Aqui no Brasil quando as naus portuguesas aportaram na costa brasileira no século XVI, e encontraram os legítimos habitantes da terra, o indígena, o aspecto político – mercantilista – era fator prioritário. Atrás de explorar riquezas e expandir seus territórios conquistados se utilizavam da mão de obra dos nativos locais, apresando-os e escravizando-os, segundo informa Chiavenato (1999). A escravidão indígena foi o início da história de

exploração de mão de obra escrava no Brasil. Além de ser humilhado em seus domínios naturais, o índio ainda teve que conviver com os insultos, de ser, e de ter registrado na história, as características de indolente e antissocial, isso por si era justificativa para os escravistas aprisioná-lo e escravizá-lo. Apoiando a assertiva Calógeras (1967, p. 24) menciona que os índios “não resistiam [...] ao esforço aturado e duro”, e reagiam ao regime opressor a que eram submetidos. Insatisfeito com o desempenho do nativo, o europeu começa a se apropriar da mão de obra escrava do negro, mas nem por isso descartam de todo o uso da mão de obra indígena.

Com a “ineficácia” da escravidão indígena em não corresponder às expectativas dos exploradores, o europeu volta-se para a força de trabalho do escravo negro, e é nesse contexto que começa a saga do escravo africano em terras brasileiras. Foi a escravidão negra, alimentada pelo tráfico, a responsável pelo aumento da escravaria no Brasil ¹¹. O meio viabilizador para a introdução da escravidão negra foi o tráfico. E quem lucrava com essa prática? “A Coroa, a Igreja e os *próprios* traficantes” (CHIAVENATO, 1999, p. 31, grifo acrescentado), responde o pesquisador. O objetivo central dessa instituição era engrossar a economia da colônia portuguesa, sustentar e enriquecer famílias brasileiras que se estruturavam. E a Igreja, da qual se esperava que representasse os interesses do indivíduo e defendesse sua alma de abusos, escusou-se de defender o oprimido pelo regime senhorial daquele período, conforme atestam as palavras de Chiavenato (Ibidem, p. 35) “A Igreja católica no Brasil nem sequer tem a desculpa de ter sido impedida de lutar pelos escravos, [...]. Alguns padres foram cruéis proprietários de escravos e acusados de sadismos.” Quem de fato tinha a responsabilidade constituída para lutar contra a escravidão de índios e negros, a Igreja, não o fez. De acordo com o historiador o histórico de crueldade começa

Desde a captura na África, passando pelo sofrimento nos tumbeiros que os trouxeram ao Brasil, os negros foram pastos da bestialidade humana que a escravidão gerou. Negros que morriam de peste, fome, de chibata, de quem se arrancavam membros, órgãos genitais, que se aleijavam, cegavam ou que eram besuntados de mel e entregues a vorazes formigas (CHIAVENATO, 1999, p. 6).

¹¹ Faria, http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209.

A lista de maldades continua na descrição de Chiavenato, ele fala dos muitos autores que registraram em suas crônicas os horrores perpetrados contra o cativo africano. Pesquisando na historiografia brasileira sobre a escravidão, nota-se que o comportamento do colonizador, frente às duas dinâmicas, é diferente, e Peixoto (1987, p. 120) diz que havia um apadrinhamento da igreja para com o índio, quando fala que “Os Jesuítas, protetores dos índios, fechavam os olhos à escravidão negra, de que não tinham cuidado.” E sobre a questão, um dos escritores mais conhecidos da literatura colonial, Padre António Vieira, corrobora com o que Peixoto sustenta em relação ao tratar os negros, ao expor o preconceito e a diferença social quando, ao invés de usar a expressão “os negros”, usa “a gente preta”¹², com um teor depreciativo. Essa postura racista, naquela época, já era propagada. Para enfatizar o comportamento do colonizador no trato com o colonizado é necessário fazer um breve retrospecto do processo de escravização do negro, começando pelo tráfico transatlântico, envolvendo outros aspectos desse sistema.

Na época das grandes navegações o medo do desconhecido era um dos maiores problemas que os navegantes enfrentavam, a tecnologia era precária em comparação com os aparatos modernos, tinham que contar com o fator sorte, às vezes. Os mares, além de desconhecidos, eram, de certa forma, um fator que impulsionava rumo ao obscuro. Foi em situações assim que os portugueses, procurando uma rota que os levassem para a Índia, chegaram à costa marítima brasileira. Passados alguns dias, e depois de ter despertado a curiosidade do indígena ante àquela gente diferente, regressam à Europa. Trinta anos após o primeiro contato retornam com pessoas para a colonização, de fato. Porém, de acordo com pesquisas historiográficas, nesse ínterim algumas expedições vieram para reconhecimento da nova terra, e nessas viagens deixavam aqui degredados portugueses, que foram os primeiros colonizadores. Uma situação dessa natureza é mencionada na narrativa do achamento do Brasil¹³, de Pero Vaz de Caminha, além de ele relatar em detalhes o que encontraram, também fez um pedido especial a El Rei, que trouxesse de São Tomé para cá seu genro degredado, objeto de pedido pessoal de Caminha ao Rei D. Manuel I. A partir de então, do ano de 1501, começou o período de reconhecimento da terra achada, o que duraria três décadas.

¹² Cf. Vieira. Sermão Nossa Senhora do Rosário com santíssimo Sacramento <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000033pdf.pdf>.

¹³ Cf. Claret, 2003.

Passado esse tempo iniciou-se um novo ciclo de viagens com o propósito de colonizar o território. O jurista Dr. Agostinho Malheiro pesquisador da história do Brasil, considerando sobre o processo de escravidão indígena e negra, escreveu um ensaio de três tomos, nos quais esquadrinha o regime escravocrata. Sobre o índio ele diz que

É sabido que desde os primeiros tempos, a título de *resgate*, os Índios eram reduzidos á escravidão dos colonos e até transportados a Portugal (60). Igualmente os *aprisionados* na guerra eram feitos escravos por um alegado direito do vencedor (61). Mas os colonos levados pela avidez e cobiça, em breve tal latitude deram a esses princípios, que se havia convertido em regra para semelhante abuso a *necessidade* que diziam ter de braços para a lavoura e outros misteres, empregando neste intuito todas as manhas, artifícios, fraudes, e até força a fim de obterem os Índios (MALHEIRO, 1867, p. 20, grifo do autor).

Quando os portugueses chegaram aqui em território indígena, encontraram riqueza para explorar, - o pau-brasil, primeiramente - precisavam de mãos para fazer o trabalho árduo, ademais, por pertencer ao local, na teoria parecia ser mais fácil dominá-lo para que fizesse o trabalho, mas não foi bem o que aconteceu. Por diversos fatores o índio se mostrou “inapto” ao trabalho exigido, porque não é de sua cultura a fixidez territorial, trabalhar para acumular víveres, por isso não se deixou absorver pelo colonizador. Os resultados do apresamento indígena foram catastróficos, deixando um rastro de destruição cultural terrível. A historiografia reconhece que esse processo foi o responsável pelo aniquilamento de nações indígenas, um verdadeiro genocídio, conforme asseverado por Chiavenato (1999). Assim como o africano o índio também reagiu contra a escravidão, fugindo do cativo, resistindo à opressão através do suicídio, por exemplo. Na verdade, o índio deu muito trabalho para o invasor europeu, como enfatizam Albuquerque; Fraga, apontando alguns fatores que contribuíram para a desistência da utilização da força de trabalho do aborígine:

As epidemias dizimaram grande número dos que trabalhavam nos engenhos ou que viviam em aldeamentos organizados pelos jesuítas. A fuga dos índios para o interior do território provocou aumento dos custos de capital e transporte de cativos até os engenhos e fazendas no litoral (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 40).

Nesse sentido continuar usando o índio estaria acarretando prejuízos para o capital português, ademais diferente do africano o indígena não contribuía para o

lucro mercantilista, pois o índio não abastecia o comércio escravista através do tráfico. Nesse íterim o contrabando de escravos já se firmava como um dos comércios mais lucrativos, conforme veremos então.

2.1.1 O tráfico negreiro e suas implicações

A subseção apresentará algumas informações relevantes sobre o tráfico de escravos africanos para o Brasil, salientando as consequências resultantes de tal prática. Na discussão teórica contar-se-á com Albuquerque; Fraga (2006); Dias (1974); Chiavenato (1999); Calógeras (1967); Pinsky (1999), que terão o apoio de outros no diálogo. A escravidão indígena se mostrou diferente da negra sob vários aspectos, mas nem por isso menos severa, “é um estado violento de compreensão da natureza humana no qual não pode deixar de haver, de vez em quando, uma explosão”, desabafa Nabuco (2014, p. 14) em seu discurso abolicionista. E em toda a história de escravidão a luta contra seu processamento era manifestada pelo oprimido. Quando o índio foi apresado, vivia em liberdade em seu território. Diferente do africano, não passou pela humilhação da captura, de ser comercializado, sequestrado para uma terra distante, com língua e cultura diferentes e de ser obrigado a renunciar sua fé. O índio estava em seus domínios e propriedades. “A preferência pelos africanos fez com que os portugueses se voltassem para a África”, salientam Albuquerque; Fraga (2006, p. 41). Os portugueses tinham um mundo novo para explorar, com riquezas em abundância, precisavam de mão de obra para dar conta de satisfazer suas vontades e necessidades econômicas. E é a partir daí que o contrabandismo africano, que já acontecia na África de forma discreta em comparação com o ultramar, tomou uma nova rota: o Brasil.

Para expandir seus empreendimentos e estabelecer a economia da colônia brasileira, os portugueses se aliam aos africanos negociadores de escravos, e começa a conexão do tráfico transatlântico. Enquanto a escravidão indígena está em atividade no Brasil, na África os traficantes desenvolvem suas atividades no próprio continente, isso por volta do século XV, e somente depois é que o mercado pirata negreiro se consolida, conforme explica Nina Rodrigues¹⁴ em sua discussão sobre a introdução do escravo negro no Brasil. Segundo ele “De quase meio século antes do seu descobrimento – *do Brasil* – datava o comércio de africanos na Europa, e

¹⁴ Cf. Rodrigues, 2016.

Portugal era sua sede”, ou seja, a Europa há tempos já comercializava escravos para o país, somente depois essa prática se estende para suas colônias. “A escravidão negra no Brasil é, pois, contemporânea da sua colonização” completa ele.

Nina Rodrigues se refere à prática de usar o negro como serviçal, na sociedade portuguesa. E pesquisando sobre isso se encontra, nas discussões de Oliveira Martins, a postura da aristocracia lusitana frente à presença do negro naquela sociedade:

Não ha paiz onde as cousas sejam mais caras do que em Portugal. [...] A agricultura estava inteiramente abandonada, os escravos desempenhavam todos os serviços domésticos, e os estrangeiros todas as indústrias. Os portugueses viviam indolentes, luxuosa e miseravelmente. [...] e todo o serviço domestico era feito por negros e mouros captivos. Os escravos, em numero de dez mil, representavam a oitava parte da população da capital; e seus donos faziam d’elles criação para venda, como se foram bestas (MARTINS, 1882, p. 26, 27).

Desde sempre a prática escravista existiu, não era contestada nem combatida, talvez por desconhecimento de relatos de truculência, ou por conveniência social mesmo, seja como for é difícil saber, porque muito documento daquele período, de alguma maneira, se perdeu com o tempo. O que se tem em registro de ocorrências de práticas excessivamente agressivas do escravismo, está na historiografia brasileira. O excerto acima apresenta um Portugal da primeira metade do século XVI, com séria crise econômica achatando o povo, enquanto a realeza e a nobreza se refestelavam em riquezas. E a mão de obra escrava estava sempre presente no cotidiano do lusitano. Comparando as informações historiográficas de Portugal com a do Brasil, se ver que o escravo daquele país não foi tratado com a mesma severidade desse. E foi esse comportamento de truculência que despertou o incômodo de alguns, que desenvolveram e se envolveram, em lutas abolicionistas e de combate ao tráfico.

Durante os três séculos de escravidão a população negra no Brasil foi ignorada pelo governo. Os clamores de extinção do escravismo ecoavam em alguns setores da sociedade, entre eles alguns intelectuais, empresários, políticos. Mas, ainda que os novos direcionamentos sociais tornassem os colonos entusiasmados com as mudanças, havia resistência na sociedade escravocrata. Os fazendeiros

viviam uma realidade pautada no direito de propriedade sobre o escravo, outorgado pela Igreja, conforme salientado por Dias (1974, p. 170) ao tecer considerações sobre a escravidão na América. A autora diz que “A religião era o trunfo mais precioso de uma sociedade escravocrata, pois ajudava o escravo a conformar-se com a sua sorte, [...] tornando-os mais pacientes e submissos.” De repente os proprietários se veem confusos entre o direito de posse sobre o escravo, e o direito de liberdade que ele tinha, conforme apregoado pela lei.

Ademais o Parlamento já vinha apresentando um discurso abolicionista, defendendo a completa extinção da escravidão. Algumas leis foram expostas ao congresso para aperfeiçoar o processo de emancipação da escravatura como a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, a Lei do Ventre Livre, de 1871 e a Lei dos Sexagenários, de 1885¹⁵. Todos esses mecanismos legais apoiavam a causa abolicionista, mas eram barrados ao chegar ao congresso, por discordâncias tanto dos conservadores quanto dos liberais, atrasando ainda mais o desfecho da luta emancipatória.

Havia interesses financeiros envolvidos, tanto para o desfecho quanto para a permanência do tráfico de escravos. Para os fazendeiros o contrabando favorecia o sustento de suas economias (CHIAVENATO, 1999). Mas havia o interesse internacional. A Inglaterra se tornou um grande aliado no combate ao tráfico negreiro para o Brasil, mas não porque estivesse preocupada com a condição escrava do negro, ou porque estivesse preocupada com o desenvolvimento econômico brasileiro. Na verdade havia um acordo legal¹⁶, assinado, entre Inglaterra e Portugal em que o monarca português assumia o compromisso de combater o tráfico, e não admitir que os colonos portugueses trouxessem escravos de outras partes, que não fossem do domínio português. A vantagem nessa transação era totalmente inglesa, porque com a extinção do trabalho forçado, imposto aos escravos, os latifundiários

¹⁵ *Lei Euzébio de Queiroz* foi aprovada em 1850, de acordo com a lei o tráfico foi considerado ato de pirataria e como tal deveria ser punida. As embarcações que faziam a travessia seriam vendidas, com a carga encontrada a bordo, os escravos encontrados seriam reexportados por conta do governo para os portos de origem, enquanto isso não fosse feito escravo ficaria sob tutela do governo, que o empregaria; *Lei do Ventre Livre* também conhecida como *Lei Rio Branco* tinha como principal dispositivo “Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre”, mas no poder dos senhores, que teriam a obrigação de mantê-los até a idade de oito anos, depois o proprietário poderia escolher entre ficar com a criança e receber indenização do Estado, ou mantê-la até a idade de vinte e um anos; *Lei dos Sexagenários* a lei concedia liberdade a todo escravo com mais de sessenta anos de idade, o que na prática não funcionava, uma vez que morriam antes dos sessenta, em consequência da vida sofrida que tiveram, de extrema servilidade.

¹⁶ Cf. Chiavenato, 1999.

teriam que sair do regime escravo para o assalariado – essa era a ideia dos ingleses -, isso representaria um termômetro para seus negócios. E com a circulação do dinheiro na colônia, - e sendo a Inglaterra um grande empório mercantilista para o Brasil - mais produtos britânicos seriam consumidos pelos brasileiros, e mais lucros teriam. Dessa forma, sob pressão, o trono português era obrigado a limitar os abusos no processo escravista. Porém na prática não aconteceu bem assim, de acordo com o compromisso firmado.

Na Inglaterra o tráfico já havia sido extinto. Com o pacto firmado entre os dois países os ingleses tinham plenos poderes para agirem contra os traficantes, desde afundar, queimar tumbeiros até matar escravos e marinheiros, e assumiam a autoria dos ataques. Mas, mesmo com toda a pressão inglesa, fazendeiros burlavam os acordos, desconsiderando os anseios de quem lutava pela emancipação do escravo. Os traficantes negreiros, sabendo que o tráfico representava um negócio lucrativo, intensificaram as negociações com líderes tribais fornecedores de negros escravizados e, continuavam abastecendo o mercado escravista brasileiro. Investigações históricas apontam que esses escravos foram traficados para o Brasil, entre os séculos XV e XIX das regiões Costa da Guiné, África Austral e Costa da Mina, segundo afirma Sabbagh (1982). Discriminando as áreas e suas respectivas etnias, encontram-se as informações que dão uma ideia de que, dessas regiões originaram-se os negros que vieram engrossar a frente de trabalho do Brasil colonial:

Diversos grupos étnicos ou “nações” com culturas também distintas foram trazidos para o Brasil. A Guiné e o Sudão, ao norte da linha do Equador, o Congo e Angola, no centro e sudoeste da África e a região de Moçambique, na costa oriental, foram as principais áreas fornecedoras. Das duas primeiras vieram, entre outros os afantis, axantis, jejes, peuls, hauçás (muçulmanos chamados malês na Bahia) e os nagôs ou iorubas. Estes últimos tinham uma grande influência política, cultural e religiosa em ampla área sudanesa. Eram de cultura banto os negros provenientes do Congo e de Angola – os cabindas, caçanjes, muxicongos, monjolos, rebolos -, assim como os de Moçambique (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 9).

Esses cativos depois de capturados pelos contrabandistas e “depositados” nos entrepostos negreiros, recebiam o batismo católico – pois pagão, como eram chamados, não podia ir para um país cristão -, eram amontoados nos porões dos

navios, a partir daí empreenderiam uma longa viagem, de sofrimento¹⁷ para o escravo, desde a saída da África até a chegada ao Brasil. Comportamento verificado no filme (CHICO REI, 1985) e que Pinsky (1994, p. 26) denuncia: “O transporte dos escravos [...] era, sem dúvida, uma forma de reduzir o negro à sua expressão mínima, de prepará-lo para o que vinha.” Um detalhe: convenientemente o negro era poupado do terror que enfrentaria depois do embarque, enquanto aguardava, às vezes, nas feitorias, isso passava a falsa ideia de que ele não seria maltratado, embora a captura, em si, já se constituísse algo horrendo e sofrível. Mas, ainda que houvesse essa “preocupação com o bem estar” do escravo, nem sempre havia esse cuidado em relação a preservar a integridade física do negro, decorrendo disso a perda e o prejuízo financeiro, pois como bem salientado

O escravo apresado no interior africano era obrigado a percorrer longas distâncias até alcançar os portos de embarque no litoral. Muitos não resistiam à longa caminhada às doenças e aos maus tratos. Nos portos eram alojados em grandes barracões ou em cercados. Ali permaneciam muitos dias e até meses à espera de que as cargas humanas dos navios fossem completadas e os cativos partissem para um mundo completamente desconhecido (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 46).

A trajetória de vida do escravo era assinalada por muita humilhação, violência e preconceito, a partir do momento em que era capturado pelos traficantes, no continente africano. A situação era tensa para o escravagista, naquele momento, tanto quanto era para o cativo. Havia o constante medo de amotinamento e rebelião dos negros, pois eles estavam em maior número, por isso quando capturados, logo eram imobilizados e, os captores ficavam em alerta armados, para coibir qualquer possibilidade de fuga.

Como salientado anteriormente o escravo era oriundo de diferentes partes da África, com suas particularidades étnicas, sociais, culturais, religiosas e linguísticas. Providencialmente eles eram separados antes mesmo do embarque e, nos tumbeiros a comunicação ficava comprometida, embora essa medida tomada pelos mercadores não impedisse, mais tarde, de os escravos formarem uma rede de relacionamentos, criando laços afetivos e vitalícios entre eles, o que contribuiu para fortalecer os projetos de rebeliões futuras. E retirar toda a identidade era, senão a

¹⁷ O terror pestilento não atingia só os negros. Durante todo esse processo de travessia oceânica, que durou décadas, e só parou quando o tráfico foi abolido, muitos europeus também foram atingidos e mortos pelas moléstias que se propagavam pelo navio, atingindo também a tripulação dos negreiros.

maior, uma das maiores violências que se cometia contra o escravo. A viagem seguia nos tumbeiros apinhados de “mercadoria”, que ia para os portos brasileiros. As condições da viagem dentro dos porões do navio eram insuportáveis para a tolerância humana, conforme percebe-se no excerto a seguir:

Para materializar a solicitação da igreja e através da humilhação reduzir o homem negro à sua condição – de escravo – ele era, durante a viagem, marcado a ferro no ombro, na coxa ou no peito. A praxe era também colocá-lo a ferros, ao menos até se perder de vista a costa africana (PINSKY, 1994, p. 27).

Somavam-se a isso a humilhação e o preconceito praticados sem propósitos - como todas as formas de violência eram -, o próprio ambiente físico, sem ventilação, apinhado de pessoas, que faziam suas necessidades fisiológicas ali, sem condições higiênicas, colaboravam para a proliferação de doenças. Os distúrbios psicológicos desenvolvidos pela violenta situação, os açoites, a violência sexual praticada contra a mulher, toda essa agressão gratuita, na maioria das vezes, resultava na morte do agredido. Ainda havia vezes em que, para aliviar a sobrecarga da embarcação, era preferível jogar os negros – e amiúde as mulheres eram as vítimas – ao mar, do que provisões ou outra coisa, prática contemplada no filme (CHICO REI, 1985). O costume de marcar o escravo a ferro quente era uma forma de identificar a quem ele pertencia, uma vez que vários fazendeiros eram envolvidos no tráfico, conforme certificam Albuquerque; Fraga (2006, p. 48) “sinais que identificavam a que traficante pertenciam”. O escravo já vivia uma situação de completa dominação e abandono, então a atitude opressora dos piratas não se justificava. Sobre o “acondicionamento” do negro nos navios, observa-se a seguinte informação:

[...] longe de se assemelharem a cruzeiros luxuosos, como insistem absurdamente alguns autores, a fome, a sujeira, o desconforto e a morte eram companheiros de viagem dos negros. O número de escravos por navios era... o máximo possível. Uns quinhentos numa caravela, setecentos num navio menor – cerca de mil toneladas – iniciavam a viagem que demorava de trinta e cinco a cinquenta dias, a partir de Angola até Recife, Bahia ou Rio de Janeiro, numa viagem normal. Calmarias ou correntes podiam prolongar a travessia até cinco ou seis meses, tornando mais dantescas as cenas de homens, mulheres e crianças espremidos uns contra os outros, vomitando e defecando frequentemente em seus lugares, numa atmosfera de horror que o calor e o mau cheiro se encarregavam de extremar (PINSKY, 1994, p. 27).

Em condições assim o índice de mortalidade era muito alto, somado ao banzo que tomava de conta do escravo isolado de sua terra, de sua gente. Calógeras (1967, p. 30) aponta um percentual elevadíssimo de mortandade, “não raro se elevava a 30% e mesmo 40% nesses fôlegos vivos, [...] a média de 20% seria aceitável, talvez mesmo otimista”, assegura ele. A intenção do regime de servidão era inviabilizar qualquer possibilidade de interação entre os negros dentro do tumbeiro, pois assim evitaria que se firmassem alianças entre eles e causassem tumultos e rebeliões. Atitude em si já violenta. Mas, por estarem na mesma situação, nem sempre a tática do isolamento era garantia de que não interagissem entre si, pois desenvolviam mecanismos de sobrevivência em comunidade.

Uma vez no porto de destino o escravo ficava em exposição, à curiosidade e apreciação daqueles que seriam seus futuros donos e, para ficarem com um aspecto pessoal aceitável - depois de uma longa viagem transmarina, e nas condições que era – “maquiavam” o negro, limpavam-lhe os dentes, besuntavam-lhe a pele com óleo para esconder as escoriações que adquiriam na viagem por causa dos açoites e de doenças adquiridas pela falta de higiene nos porões dos navios (CHICO REI, 1985). A historiografia está repleta de informações sobre a forma cruel com que os escravos eram tratados pelo colonizador, naquele período de colonização do Brasil.

Pesquisadores da escravidão apontam estimativas numéricas sobre a quantidade de negros que foram traficados para o Brasil, mas os índices são imprecisos, porque muitos documentos foram perdidos de alguma forma. Nos registros históricos encontram-se índices numéricos divergentes. O que se sabe é que milhares de africanos foram trazidos para serem escravizados no Continente americano, isso justifica a fala de Calógeras (1967, p. 30) a respeito do tráfico negreiro, ele diz que “Lamentavelmente deficiente é a informação sobre os números importados da África.” Já outro pesquisador registra que a estimativa é de quase “10 milhões” de africanos transferidos para o Novo Mundo, e que o Brasil foi o maior importador de escravos das Américas, segundo informa o documento da Biblioteca Nacional (1988). E Peixoto (2008, p. 158) completa dizendo que nos três séculos de escravidão “muito se exagerou a importação deles em número”. Não se pode dizer que a quantidade precisa é irrelevante, porque pela natureza em que a instituição se apresenta todos os detalhes são importantes, como por exemplo, como os escravos eram aproveitados pelos senhores na faina.

Quanto à documentação que poderia ajudar no arquivamento exato da história, para ela permanecer viva com fidelidade, não há como ter um direcionamento, Calógeras (1967, p. 31) afirma que “Desapareceram os documentos relativos ao tráfico. No Brasil, não se encontram. Talvez alguns ainda se achem nos arquivos de Portugal, ou nas antigas colônias da Costa da África.” Deve haver algum lugar onde se satisfaça essa curiosidade em relação à documentação, e em algum momento, alguém realize essa necessidade de recuperar informações perdidas, ou não. Outro fator que aguça o interesse na investigação sobre o escravismo diz respeito à forma como o escravo foi utilizado no trabalho na colônia, nos ofícios a que eram designados.

Quando os mercadores negreiros negociavam com os europeus, já tinham ideia do que a clientela necessitava, portanto, as categorias de negros, por ofícios, já deveriam estar devidamente organizadas para os carregamentos nos navios (CHICO REI, 1985). Os fazendeiros financiavam o tráfico, segundo Pinsky (1994) e, quando o escravo “novo” chegava descartava-se o escravo velho, que era reaproveitado em um mercado paralelo, de escravos “imprestáveis” e, sobre o qual Chiavenato (1999) comenta com propriedade, discriminando como ocorriam os leilões e em que condições físicas os escravos se encontravam (CHICO REI, 1985). Se estavam imprestáveis, então por que eram negociados e vendidos? Não acarretaria em prejuízo ao comprador uma mercadoria inútil? Chiavenato diz que

A resposta é simples e tais perguntas assustariam o bom senso da época. Os negros pestilentos, de olhos vazados e membros comidos pela lepra, ofereciam uma boa renda. Respeitáveis cidadãos da classe média compravam-nos para explorá-los como pedintes. Compravam os negros miseráveis e os expunham à caridade pública – não os levavam para suas senzalas nem os deixavam viver nos seus porões. Eles ficavam nas ruas, pedindo esmolas, rendendo algum lucro aos seus proprietários (CHIAVENATO, 1999, p. 6)

De todas as maneiras o escravo era explorado, nas mínimas coisas, no domínio dos senhores Costa (1988). Quando em perfeitas condições físicas e de saúde o negro cumpria com a função para a qual havia sido comprado: trabalhar nas fazendas ou minas da colônia brasileira. Para a lavoura, serviços domésticos, trabalho nas minas havia escravos. Os registros históricos discriminam as responsabilidades que cada categoria tinha que cumprir:

Os negros trabalhavam na agricultura, nos ofícios e nos serviços domésticos urbanos. [...] Os negros do campo cultivavam para a exportação [...] a cana-de-açúcar, o algodão, o fumo, o café, além de se encarregarem da extração dos minérios preciosos. [...] Os negros de ofício especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria (BIBLIOTECA NACIONAL..., 1988, p. 10).

Para o escravo a lei ditava trabalho e castigos, nos ofícios a que eram designados para cumprirem. Era a Igreja quem determinava, legalmente, como os senhores deveriam tratar seus escravos. Além de tentar justificar a escravidão, aliviando as ações truculentas do senhor e com a chancela da Santa Madre Igreja, muitos senhores ainda eram mais vorazes nos maus tratos. O negro era um produto valioso na África, sobretudo, no período em que o tráfico humano se consolidava como um negócio lucrativo, por isso alguns outros proprietários se preocupavam em “cuidar do bem adquirido. Outro detalhe que chama a atenção é como o negro era concebido pelo sistema escravocrata. Lacombe (2003, p. 138) afirma que “os europeus chegaram a sustentar que os africanos não pertenciam ao gênero humano.” Isso justifica a colocação de Chiavenato (1999, p. 49) quando diz que o negro substituí a “mula”, (CHICO REI, 1985) carregando no lombo o peso de um homem, trazendo como consequências deformações físicas. A concepção de que os negros não eram seres humanos, era uma tentativa desesperada de a Igreja justificar as atrocidades que eram praticadas contra o escravo. O pensamento que a sociedade escravocrata tinha sobre o cativo, é objeto de análise de Joaquim Nabuco, no seu importante texto abolicionista:

O escravo ainda é uma *propriedade* como qualquer outra, da qual o senhor dispõe como de um cavalo ou de um móvel. Nas cidades, em contato com as diversas influências civilizadoras, ele escapa de alguma forma àquela condição; mas no campo, isolado do mundo, longe da proteção do Estado, sem ser conhecido de *nenhum* dos agentes deste, tendo apenas seu nome de batismo matriculado, quando o tem, no livro da coletoria local, podendo ser fechado num calabouço, durante meses – nenhuma autoridade visita esses cárceres privados – ou ser açoitado todos os dias pela menor falta, ou sem falta alguma; à mercê do temperamento e do caráter do senhor, que lhe dá de esmola a roupa e alimentação que quer, sujeito a ser dado em penhor, a ser hipotecado, a ser vendido, o escravo brasileiro literalmente falando só tem de seu uma coisa: a morte (NABUCO, 2014, p. 19, 20, grifo do autor).

Depois de décadas de luta contra o tráfico, finalmente em 1850, sob a chancela da Lei Euzébio de Queiroz, ele é abolido definitivamente, conforme apregoa Costa (1988). No entanto, o tráfico interno ganhou forças. Escravos eram deslocados comercialmente, de uma região para outra sem controle, por exemplo, os fazendeiros sulistas, com a alta do café, tinham vantagem de compra em relação aos do Nordeste, que amargavam as baixas do açúcar e algodão no mercado internacional. Por isso pode-se dizer que o escravo foi duplamente escravizado, intercontinental e intraprovincialmente. Nesse ínterim a alta dos preços da “peça” tinha subido consideravelmente, o que obrigou alguns fazendeiros a serem menos violentos com seus escravos. Também diante dessa nova realidade já se pensava na possibilidade – e na prática já se fazia -, de contratar trabalhadores livres para suprir a necessidade presente, esse profissional não era o ideal dos fazendeiros, uma vez que não era submisso como o escravo, tinha uma vida própria. Outra possibilidade pensada foi o uso da mão de obra do imigrante estrangeiro, que não atingiu as expectativas dos fazendeiros, então surge o projeto Vergueiro¹⁸ que idealizou a contratação de trabalhadores europeus para suprir a lacuna deixada pela extinção do tráfico. De toda maneira as tentativas de resolver o problema se mostraram ineficazes, no caso dos imigrantes gerou conflitos entre empregadores e empregados, de proporções diplomáticas.

E qual era a posição da África diante da questão, uma vez que se tratava de um assunto não aceito social e nem moralmente? Mesmo para os padrões sociais africanos, que praticavam o escravismo internamente - a princípio - a prática do tráfico externo, com o caráter bestial que apresentava, era desaprovado. No próprio continente a escravidão existia em proporções diferentes, conforme esclarece Ajayi ao dizer que

Nunca a participação africana nesse tráfico foi geral. Certos povos do interior o ignoravam. Sociedades costeiras destruíam os navios e saqueavam os equipamentos dos navios negreiros. Para outras, o tráfico agitava as estruturas socioeconômicas e políticas. Outras ainda se fortaleciam com uma gestão autoritária e exclusiva do sistema (AJAYI, 2010, p. 77).

¹⁸ Idealizado pelo Senador Vergueiro, fazendeiro paulista, cultivava café. Dono da importante firma Vergueiro e Cia. De acordo com o projeto esses trabalhadores tinham suas vindas financiadas pelos futuros empregadores, mas os imigrantes assumiam o compromisso de ressarcir a dívida imbuída de juros.

As águas do Atlântico banhadas em sangue por tantas vidas africanas que foram sepultadas ali, a violência gratuita praticada contra o negro - apenas para exercício de poder e dominação sobre quem não representava ameaça, sem chance de defesa -, representam um dos maiores crimes cometidos contra humanos, de que se tem compreensão. Alguns pesquisadores chamam as consequências da escravidão, que respingam nas sociedades atuais, sobretudo as colonizadas, de herança maldita. Nem o processo de descolonização pode amenizar o desgaste humano/social, que é um sinal negativo na humanidade. Para Fanon (1968, p. 27) esse processo, que foi necessário para o colonizado, não se deu sem a face da violência. Na íntegra ele diz que: “O colonizado que resolve cumprir êste programa – *descolonização* -, torna-se o motor que o impulsiona, está preparado sempre para a violência.” E a experiência, a historiografia estão aí a mostrar todo o saldo negativo da colonização e descolonização. E como a literatura se coloca diante de uma questão de caráter danoso para a sociedade, que é a escravidão com seus rastros?

2.2 A escravidão sob denúncia

A subseção traz como objetivo mostrar como a literatura contribui para expor os desmandos do sistema escravista, priorizando as duas narrativas investigadas na pesquisa. Como base teórica discursiva Fernandes (2008); Leandro (2003); Chiavenato (1999); Freyre (1978) farão parte dos diálogos. Os objetos que estão sendo investigados nesta pesquisa, *Rei Negro* e *Chico Rei*, a partir de agora, serão envolvidos na discussão do contexto histórico do período em que o Brasil se ajustava às mudanças de início de século. É em meio a conflitos nacionais e internacionais – foi nesse período que a Primeira grande Guerra Mundial foi deflagrada - que Coelho Netto publica seu romance “bárbaro” *Rei Negro*, em 1914. Os eventos, que no futuro motivariam o cineasta Walter Lima Junior a roteirizar e dirigir a película *Chico Rei*, também já circulavam na contação oral mineira, na literatura prosaica e poética de grandes nomes da literatura nacional.

O país passava por mudanças sociais e políticas, que já eram ensaiadas há algum tempo, e tiveram como termômetro os principais eventos ocorridos no Brasil, naquele período - final do século XIX e início do XX - a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. A sociedade se dividia entre os que lutavam por mudanças e os que reagiam contra elas. Os conflitos sociais instaurados, ainda na

primeira metade do século XIX, se estenderam para o século seguinte; as revoltas ainda eram uma realidade dolorosa. Com a abolição da escravatura muitos fazendeiros empregaram trabalhadores livres assalariados. A política de imigração já era uma realidade no país, e os imigrantes foram chegando para continuar a colonização com um “novo perfil” social brasileiro. A população negra saía do eixo rural para o urbano, depois da abolição, conforme explica Fernandes em seus estudos demográficos, e isso mudava completamente o cenário social e político do país. Essa é uma breve resenha com alguns dos principais acontecimentos que marcaram o Brasil naquele contexto histórico de transformações.

Na teoria os negros tinham sido libertados, e esperava-se que a partir de então as coisas melhorassem para eles, mas na prática o que aconteceu foi uma desorganização social, promovendo o êxodo rural. Os negros não estavam preparados para enfrentar a vida fora das fazendas, embora almejassem isso. Os responsáveis pelo processo de libertação não prepararam o sistema para lidar com a nova realidade de homens livres, que inchavam os centros urbanos, faltou logística. Sobre esse desastre Florestan Fernandes com propriedade, diz que

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre, os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivesse por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho (FERNANDES, 2008, p. 29).

Com a publicação de *Rei Negro* (1914) Coelho Netto valoriza o negro, atribuindo-lhe a importância que ele representa para a história e o desenvolvimento do país. Contrariamente a outras literaturas - como *Canaã* (1902), obra em que “o negro recebe um tratamento humilhante, assumindo sempre posição secundária”, segundo assevera Leandro (2003, p. 271) -, o enredo apresenta um negro escravizado, o herói da narrativa. O escritor aproveita o momento para reafirmar sua posição contra a escravidão negra, e mais uma vez pincela sua literatura com todo arcabouço abolicionista que introjetara em si, através das lutas contra a escravidão, que participara junto a José do patrocínio, segundo se pode comprovar nas palavras do pesquisador:

Rei Negro é um livro singular naquele contexto histórico em que o Brasil estava vivendo, e no qual poucas vozes levantaram-se em defesa do povo negro. O escritor Coelho Neto, com a sua coragem dominicana, foi fiel à causa até os últimos dias de vida. (LEANDRO, 2003, p. 272).

Prioriza a bravura do negro diante da violência a que estava exposto no cativeiro, como considera Chiavenato (1999) em seu debate sobre aspetos referentes à escravidão. Coelho Netto pertence a uma sociedade de fervilhantes mudanças, no cenário nacional, que sofria influências europeias. Quando seu *Rei Negro* foi publicado, a elite brasileira discutia a formação da nova sociedade que surgia composta por escravos libertos, homens livres, imigrantes e mestiços. Foi nesse contexto que surgiu o ideal eugenista, que tinha como propósito “limpar” a sociedade das “impurezas” raciais. A eugenia ¹⁹ seria assim a salvação social da nação em desenvolvimento. Por defender a tese de que o Brasil poderia formar uma sociedade com cidadãos disciplinados e saudáveis, em sua totalidade humana, o escritor caxiense foi compreendido, por alguns críticos, como um eugenista. Na sua vasta produção bibliográfica Coelho Netto discutia sobre o assunto através de textos cívicos, onde demonstrava sua preocupação com a sociedade jovem, compreendia que através da educação e do esporte, seria possível uma sociedade de homens fortes físico e moralmente.

O eugenismo é um conceito que está relacionado com a teoria de uma suposta supremacia racial. Esse movimento se projetou na Europa, por volta da virada do século XIX para o XX. No Brasil o ideal eugenista ganhou força, sobretudo, com a imigração de estrangeiros. Compreendendo a questão: o período era pós-abolição e, a sociedade brasileira apresentava um percentual da população miscigenada bastante significativo – aspecto presente ainda na população brasileira -. Florestan Fernandes, em suas pesquisas demográficas daquele período histórico, traz um relatório sobre dados estatísticos, que apresentam o perfil da população brasileira, de então. Analisando os dados abaixo

[...] os dados sugerem que em 1872 existiam 5.761 pardos livres e 2.090 negros livres, para 950 pardos escravos e 2.878 negros

¹⁹ Eugenia foi um movimento que surgiu na Europa no final do século XIX. Foi importado para o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Tinha como princípio extirpar os problemas sociais que impediam o avanço do crescimento social e assim melhorar a raça humana. Foi amplamente aceito pela elite daquele período histórico. <https://laboratoriodepensamentosocial.wordpress.com/2012/01/26/o-que-foi-o-movimento-eugenico-o-que-pregava-que-condicoes-sociais-propiciaram-seu-aparecimento-e-propagacao-no-brasil-quais-seus-portadores/>

escravos; e que em 1886, para 593 escravos, tínhamos 6.450 pardos livres e 3.825 negros livres. (FERNANDES, 2008, p. 33).

Pode-se deduzir que a população negra e parda, com seu aumento demográfico, começava a incomodar e preocupar a sociedade branca, por isso o processo de imigração passou a ser tratado com certa urgência pela elite brasileira. Em outro momento Fernandes (2008, p. 40) usa a cidade de São Paulo – grande centro cafeeiro - como parâmetro para indicar o aumento da população imigrante no país, e afirma que “Em função dos números arrolados ‘os estrangeiros’ entravam, ainda, com 62% do contingente da população descrita como branca e correspondiam quase a cinco vezes a população negra e escrava da cidade”. Esse aumento se processava já na última década do século XIX. Atualmente existem no Brasil centenas de etnias, o que equivale dizer que esses índices numéricos cresceram em mais de um século ²⁰.

Com o romance *Rei Negro* o prosador maranhense percorre o caminho inverso da eugenia, pois ele apresenta um protagonista negro, com estirpe real, embora escravizado, em um enredo em que o maior número das personagens é negra, em relação à branca. Em seu romance Coelho Netto usa como cenário o Estado do Rio de Janeiro, assim como faz em boa parte de seus romances. No caso de *Rei Negro* o enredo se desenvolve na região montanhosa de Vassouras²¹. Local de concentração de fazendas da monocultura do café, produto bem tolerado por ser uma região de terreno fértil, enquanto que a cultura da cana-de-açúcar era desenvolvida no Nordeste brasileiro, especialmente nas regiões de “São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão”, conforme explica Freyre (1978, p. 31). No romance coelhonettiano percebe-se a ênfase dada ao cultivo cafeeiro. Era o produto econômico da trama, como se percebe no trecho: “A lavoura não lhe dava cuidado – sentia-a medrar nos outeiros encarapinhados pelos cafesaes, [...], os negros [...] raspavam os ramos lustrosos dos caféeiros” (NETTO, 1914, p. 15, 16).

²⁰ Segundo dados atualizados no IBGE.

²¹ A cidade de Vassouras fica em uma grande região montanhosa, ocupada no século XIX por proprietários de fazendas de café - muitas adquiridas pelo sistema de Sesmarias -. Agrega desde o período colonial, belas e ricas propriedades. Foi cognominada Vale do Café. Ainda preserva a arquitetura e o estilo colonial. Entre a série de fazendas da região encontra-se a fazenda de nome “Cachoeira Grande” - o mesmo nome da propriedade do romance *Rei Negro* -. Na era do café pertencia ao Barão de Vassouras Francisco José Teixeira Leite, filho do Barão de Itambé. http://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas_vassouras.asp

A cidade do Rio de Janeiro, no período colonial, foi a sede do Império entre os séculos XVIII e XIX. O governo precisava ter o controle total sobre a região mineradora, que ficava nas Minas Gerais, - no século XVIII principal mercado consumidor do país – e essa era uma área estratégica. Das grandes levas de escravos que eram trazidos para o Brasil, o maior percentual era aproveitado nas minas (CHIAVENATO, 1999). O Rio tornou-se o centro político-administrativo do país, e por se localizar em uma região de costa marítima, era também um importante centro de escoação de café. Foi a cidade que inspirou escritores, como o prosador caxiense que escreveu *A Capital Federal, A Conquista, Miragem e Turbilhão*, romances que revelam aspectos daquela sociedade carioca emergente, com seus problemas sociais e morais.

Para ela afluíam os intelectuais que viviam a produzir literaturas nos cafés da centenária Rua do Ouvidor, tão mencionada na literatura daqueles séculos XIX e XX, assim descrita por Macedo (2014, p. 6): “A Rua do Ouvidor, a mais passeada e concorrida, e mais leviana, indiscreta e bisbilhoteira, esbanjadora, fútil, noveleira, poliglota e enciclopédica de todas as ruas da cidade do Rio de Janeiro.” Assim como é característico de cidade em desenvolvimento e estrutura social, e com a importância nacional que tinha no período, o Rio apresenta desestrutura com problemas de desemprego, habitação, falta de saneamento básico, uns morando luxuosamente enquanto outros miseravelmente apinhados nos cortiços, tão bem retratados por Aluísio de Azevedo em sua obra naturalista *O Cortiço* (1890). Frantz Fanon discute sobre a condição do escravo face à colonização e apresenta o quadro contrastante entre colono e colonizado. Ele fala da posição social entre as duas categorias humanas aqui em discussão, na íntegra ele diz:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sôbre os outros, as casas umas sôbre as outras. (FANON, 1968, p. 29).

O diálogo de Fanon transcreve a vida daquela sociedade com seus contrastes sociais. É nesse contexto, que as mudanças se projetavam no setor rural, tanto no aspecto econômico quanto no demográfico. Outro fator que assinalava as transformações sociais era o capitalismo emergente, que exigia mudanças no

sistema de transportes para a viabilização da economia. Foi nesse ínterim que surgiram as ferrovias como substituição do carro de boi, do transporte feito em mulas ou em barcaças. Costa (1988, p. 56) diz que “A construção de estradas de ferro não só permitiu a localização de fazendas [...], como também um aumento da produção, [...] e um sistema de transporte mais rápido e seguro”. Esse panorama é mostrado na narrativa. O protagonista era negro mina ²² e trabalhava como tropeiro, comandava a equipe que transportava os produtos econômicos da fazenda para comercializar na cidade, conforme se percebe em um trecho do romance *Rei Negro*:

De manhãzinha, antes da luz, partiam. E caminhavam dias, ao sol, á chuva, [...] com uma toada a que se juntavam, em compasso, o estropear das mulas e o som rythmico das campainhas.
Á vista das primeiras turmas dos trabalhadores, que andavam construindo a Estrada, dobravam-se os cuidados. Os tropeiros desviavam-se da linha, dos córtes (NETTO, 1914, p. 17, 18).

Como consequência de seu crescimento acelerado, surge um novo modelo de sociedade organizada no ideal nacionalista, em que os ares da industrialização sopram a favor do progresso urbano, e proporcional ao crescimento surgem os desajustes sociais do desenvolvimento urbano. A classe social se dividia entre os abastados, que seguiam as tendências de vida europeia, os intelectuais que militavam a favor do novo sistema de governo, República, e a emancipação dos escravos, e os carentes à margem, vivendo miseravelmente. Nesse grupo encontram-se os escravos alforriados, libertos, homens livres, que viviam pelas ruas a fazer “bicos”.

A desigualdade já era praticada naquele contexto social. Ali se encontravam os negros que viviam à margem, porque seus proprietários, ou ex, os relegavam a viver como mendigos. E não eram dispensados da obrigação de servir seus senhores, esses escravos cumpriam a função de pedir nas praças e ruas da cidade para sustentar seus donos, eram chamados de “escravos de ganho”. Da mesma forma as mulheres, desde bem jovens, eram preparadas por suas senhoras, para se prostituírem e sustentar os caprichos de suas proprietárias (CHIAVENATO, 1999). Mas havia também negros alforriados e livres, que também desenvolviam alguma

²² A Costa da Mina era uma região que compreendia o litoral africano – África Ocidental - desde Castelo de São Jorge da Mina, atual Gana, até a Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Dessa região vieram muitos escravos para o Brasil no período do tráfico negreiro. Os africanos dessa região eram considerados aptos para o trabalho com metais. E foram, em sua maioria, aproveitados na extração de minério, comportamento observado no filme *Chico Rei* quando os negros foram capturados na África e selecionados por categorias profissionais.

atividade comercial nos centros urbanos. Isso é possível observar na referência que uma revista especializada em pesquisas históricas, faz a respeito de experiências de vida da comunidade negra e, de negros escravizados no século XIX:

Durante quase sete anos, o casal vendeu hortaliças, legumes e aves em duas bancas na Praça do Mercado, também conhecida como Mercado da Praia do Peixe. Instalado á beira da Baía da Guanabara, nas proximidades do largo do Paço (atual Praça XV de Novembro), esse grande centro de abastecimento de gêneros de primeira necessidade reunia quitandeiras, mercadores e carregadores africanos, pequenos lavradores e vendedores brasileiros e portugueses (REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2010, p. 19).

Como a sociedade escravocrata era indolente, e tinha a prerrogativa de ser proprietária do escravo, chancelada pela lei de propriedade, os senhores poderiam usar o negro como achasse conveniente. Tão desigual era a situação no cativeiro, realidade em toda atividade econômica do país e sua estrutura social, em que o negro era a peça principal no desenvolvimento econômico, através do uso de sua mão de obra escrava - nas fazendas agrárias ou na mineração. Não difere da que existia no centro urbano, a Corte. O trecho da narrativa *Rei Negro*, transcrito abaixo, apresenta o contraste existente na sociedade patriarcalista, nas fazendas de café, onde as personagens viviam em servilidade:

Casa grande: A casa, antiga e vasta, acaçapada no planalto, com um largo alpendre sobre atarracados pilares, abria-se em inúmeras portas e janelas, recebendo pelos fundos o ar da matta que lhe ficava à encosta, [...]. À frente, no lançante do morro, o jardim verdejava escalonado em taludes florido e copado de arvoredos alegres. Bastas roseiras embrenhavam-se umas achaparradas, outras híspidas, expluindo em viço agreste [...]. Larga alameda de bambús, oscilando flexuosamente com estralado sussurro, abobadava um caminho sereno, alfombrado de folhas (NETTO, 1914, p. 7,8).

A opulência da morada dos senhores era uma violência, em comparação com as condições miseráveis e indignas em que os cativos viviam nas senzalas. A partir das condições a que era obrigado a viver, o negro já deveria internalizar sua posição de subalternidade e não questionar sua condição. A humilhação de viver sob os pés do patrão era degenerativa. Quanto mais o negro se sentisse indigno mais amorfo ele ia se tornar. Essa era a visão do colono. Fanon (1968, p. 29) segue discriminando a postura das duas categorias, colono e colonizado, em suas relações interpessoais. Ele fala da desigualdade social e econômica que existia naquela

sociedade de escravos e senhores. Com propriedade ele diz que o colonizado lança para o colono “um olhar de inveja”, de cobiça. Tudo que o senhor das propriedades possuía era conseguido a partir do esforço e trabalho do negro, que não tinha o direito a sequer experimentar o sabor resultante do seu trabalho. É comum ver cenas retratadas por artistas estrangeiros que, de passagem pelo Brasil colonial, observava e retratava os hábitos de negros e brancos. Por exemplo, a famosa tela de Debret, retratando escravos “espiando” a mesa do colono.

Figura 01 – Um jantar brasileiro



Enquanto o senhor e a senhora fartam-se com muita comida, os escravos passam fome e apenas olham. A senhora chega a tratar as crianças negras como cachorros, dando sobras.

Fonte: Jean Baptiste Debret, 1827.

O que muito se lê na historiografia sobre a vida dos escravos do período colonial é deveras chocante. Alguns comentam que a historiografia não registrou com exatidão todo o infortúnio do escravo no cativo. Sheila Faria²³, por exemplo, acrescenta que muito do que é informado, é sob a ótica do viajante estrangeiro, que registrava a rotina da sociedade colonial do período – esses registros são observados através das descrições em pinturas e relatos de bordo desses viajantes -. Seja através dessa contribuição, seja da literatura nacional, o que se tem é suficiente para se desenvolver um sentimento de repúdio ao sistema escravista. Com as concepções que o escravocrata tinha do escravo, - e Fanon (1968, p. 32) enfatiza descrevendo algumas expressões usadas pelo colono para se referir ao colonizado -, não deve surpreender saber que as condições de vida degradante em que este vivia eram as piores possíveis. É possível depreender no excerto abaixo,

²³ Cf. Faria http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209

na descrição que o narrador faz do ambiente do cativo, como a fala de Frantz Fanon se reflete no cotidiano imposto ao subalterno:

Senzala: Cêdo, antes do sol luzir, com a bruma ainda solta, a sineta soava a despertar. Abriam-se as senzalas [...] Portas apenas desabafavam as moradias. Era imundo e lobrego. O andito de terra escura reçumava humidade. As paredes escalavradas mostravam as ripas. Molambos trapejavam em cordas tendidas de muro a muro; tinas guardavam barrellas escuras e, empoçada em regos entupidos de lodo, onde fermentavam fezes, uma água pastosa tinha arrepios de vermina. [...] Pelos cantos cães morrinhentos dormitavam enrodilhados, [...]; leitões grunhiam fossando a putrilagem. [...]. No tempo das águas o pateo alagava-se em astacadeiro, e os negrinhos refestelavam no enxurdo espojando-se, trambolhando, patinhando no lameiro nauseante (NETTO, 1914, p. 11, 12).

A pobreza material que abarcava os cativos sufocava-lhes a dignidade humana. A preocupação com o bem estar do escravo não existia, salvo a situação que envolvia a aquisição do escravo pelo seu futuro dono ou quando da captura na Costa africana, porque era conveniente. Havia uma necessidade em preservar a integridade da “peça” (CHIAVENATO, 1999) - como o escravo era chamado no processo de compra e venda -, afinal sua boa qualidade era fundamental para atrair o comprador. Somente por causa do interesse comercial e utilitário do cativo é que se justificavam os “cuidados” com a higiene e a aparência do negro, uma vez adquirido, e em cativo, essa “preocupação” cessava. Nos novos domínios do escravo as condições em que ele era colocado eram as piores possíveis, conforme descrito no trecho acima. O historiador Jaime Pinsky descreve a habitação do escravo nas fazendas brasileiras da seguinte maneira:

As senzalas – habitações coletivas dos negros escravos – eram construções bastante longas, sem janelas (ou com janelas gradeadas), dotadas de orifícios junto ao teto para efeito de ventilação e iluminação. Edificadas com paredes de pau-a-pique e cobertas de sapé, possuíam divisões internas e um mobiliário que se resumia a um estrado com esteiras – ou cobertores – e travesseiros em palha, às vezes, e era o caso, havia também um jirau para o escravo guardar seus pertences, em algumas fazendas, nem as divisões internas eram efetuadas. Em outras as senzalas eram menores (PINSKY, 1994, p. 38).

Na teoria não se concebe que humanos possam viver em tais condições. A descrição feita pelo historiador, mais se parece com a descrição de um depósito de guardar entulho, do que o habitat de pessoas. Césaire (1978) em seu contundente

discurso sobre o colonialismo e suas responsabilidades, “coloca” a Europa no banco dos réus e faz soar o eco de milhões de escravizados, que acusam o colonizador de agir sem propósito e justificativa. Na verdade a escravidão só se justifica para o ganancioso aventureiro europeu, que por causa da ganância e vaidade se apropria de vidas e subjuga-as segundo sua vontade. Os negros escravos foram raptados e apresados fora de seus domínios. Viviam em seu continente de acordo com sua cultura, segundo o sistema social do seu pertencimento. Suas angústias começavam nos entrepostos africanos, antes do embarque. Não havia preocupação com o conforto do escravo. Em um trecho do enredo Coelho Netto descreve o ambiente africano onde vivem os negros, senhores de suas propriedades e vida, contrário ao que eram obrigados a viver aqui no Brasil, conforme se nota:

Terra d’Africa! Palmares. A areia molle, acendrada, ondula em rugas, avulta em dunas. A cacimba ergagala-se á sombra duma arvore de tronco immenso e larga, escura, espalhada folhagem – cercam-na em circulo os colmados conicos, como formigueiros enormes. Búfalos e camelos repousam deitados, ruminando em modorra. Guerreiros, com pluma na grenha, exercitam-se aos pinchos desengonçados, crianças arrastam palmas, guindam-se aos coqueiros, rolam na terra, formigam em bolo á volta d’uma gamella; mulheres á beira da cacimba preguiçam inertes. Aves gralham. Uma cegonha passa esticada no ar rutilo em vôo esfuziante. Ardem fogueiras sem chamma em turbilhões de fumo. O sol vibra, escalda (NETTO, 1914, p. 276, 277).

É possível imaginar o saudosismo na descrição melancólica dos sentimentos da escrava Balbina, ao derramar suas memórias para o negro Macambira. Na mesma proporção se percebe a tristeza de Galanga, expressa na poesia de Cecília Meireles ²⁴, “Muito longe, em Luanda/ era bom viver/ Bate a enxada comigo, povo,/desce pelas grotas!/-Lá na banda em que corre o Congo/ Eu também fui Rei”. O desalento expresso nas palavras “era bom viver” (MEIRELES, 1977, s/p) ²⁵ mostra uma pessoa profundamente abatida. Esse sentimento levou muitos negros ao suicídio, única via de escape, o que Pinsky (1994, p. 61) chama de “libertação”.

Ainda sobre a senzala, os senhores preferiam que essa construção ficasse próxima, ou ligada, à casa grande, assim teriam um melhor controle sobre suas

²⁴ Cf. [http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/Cec%C3%83%C2%ADlia%20Meireles%20-%20Romanceiro%20da%20Inconfid%C3%83%C2%AAncia%20\[Rev\]\[1\].pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/Cec%C3%83%C2%ADlia%20Meireles%20-%20Romanceiro%20da%20Inconfid%C3%83%C2%AAncia%20[Rev][1].pdf)

²⁵ O *Romanceiro da Inconfidência* é uma obra de temática social composta de vários romances e poemas pentassílabos, que preserva uma estrutura surgida na Idade Média. Não é paginado, por isso se usa a marca tipográfica s/p.

propriedades, inibiriam possibilidades de rebeliões e represálias da escravaria. Não era realmente preocupação que desassossegasse os amos, a forma como os escravos viviam. Esse pensamento coaduna com o que afirma uma pesquisadora sobre o cotidiano da escravaria:

É provável que a proximidade entre casa-grande e senzala, no Brasil colonial, se explique por outros motivos, como a defesa contra os índios, principalmente nos primeiros séculos [...]. Também é fato que a área de beneficiamento dos produtos, como no caso específico o açúcar e, posteriormente, do café, estava anexa às casas de moradas dos proprietários (FARIA, s/d, p. 80).

Esse modelo de habitação era característico daquela sociedade senhorial, independente da cultura econômica que se praticava. E no que diz respeito ao tipo as informações mais recentes dão conta de que não era regra que a senzala fosse só coletiva - excetuando-se, nesse caso, a destinada aos casais -, como salienta a pesquisadora “De todo modo, a imagem trazida por uma historiografia tradicional de senzalas coletivas e trancafiadas à chave, é cada vez menos defensável, [...]. Na verdade, havia vários tipos de senzalas” (FARIA, s/d, p. 81). E em *Rei Negro* se nota que a descrição da senzala feita pela historiografia se aproxima no tocante à estrutura física, mas se distancia quanto à distribuição dos imóveis, conforme pode ser observado no trecho transcrito:

Cabana de onde houvesse saído casamento ou batizado barulhava em pagode. [...] *No ranchinho* mais pobre havia, pelo menos, uma galinha, uma garrafa de cachaça e laranjas. *Em alguns*, porém, afogados em milho ou com a roça de mandioca em volta, a fartura transbordava em regabofe no terreiro por não comportar a sala (NETTO, 1914, p. 153, 154, grifo acrescentado).

Na narrativa não se percebe a estrutura de senzala descrita tal qual um grande galpão, mas como moradias privadas, costumeiramente vistas em modelos habitacionais convencionais, as quais eram construídas no entorno da casa grande, corroborando com a assertiva de Sheila Faria (s/d). Então se conclui que, levando-se em conta as diferentes informações sobre o modelo de morada dos escravos, não era padrão. Também que o termo senzala se aplica a morada, seja individual ou coletiva, dos escravos, e que sendo comunidade ou casa, o modelo não é o de maior importância, mas que era paupérrima e estereotipada.

Nos debates historiográficos, sobre a escravidão e suas consequências, há autores que concordam e discordam entre si no que diz respeito ao dinamismo dessa prática. A historiografia da colonização brasileira foi construída, também, a partir de muitas impressões, daí essas divergências, às vezes. De acordo com as impressões de Sheila Faria, algumas informações são tendenciosas, por exemplo, os registros feitos por estrangeiros que passaram aqui nesse período e retrataram situações um tanto quanto instável, do tratamento dispensado ao cativo, ou o próprio sistema se encarregava de rebaixar a escravaria. Ela afirma que:

Retratava-se o escravo acompanhado de correntes ou de colares punitivos ao pescoço, descalços, seminus ou em situações de castigo, amarrados a troncos e chicoteados. Também foi comum a imagem do negro no trabalho, sempre braçal, pesado, extenuante, em algumas delas, homens negros carregando liteiras, situação vil do ser humano, a de carregar como animal de carga um semelhante. Tratava-se de registrar o exótico e a inferioridade da América escravista, selvagem, composta por uma população negra e mestiça bárbara e brutal; em outros poucos casos de denunciar o sistema escravista (FARIA, s/d, p. 79).

Por essa ótica parece que todo esse registro cumpria o propósito de justificar a escravidão, bem como culpabilizar o negro por sua condição subalterna e, foi essa ideia que alguns escritores, por algum tempo, transmitiu conforme assevera a autora (FARIA, s/d, p. 78), segundo ela “Durante muitos anos, a historiografia abordou a condição escrava de uma forma estática. Interpretou-a como uma situação em que as mudanças e o movimento não ocorriam.” Todo esse material (crônicas, pinturas, etc.), virou documento histórico, que tem norteado pesquisas acadêmicas e científicas, para tentar se compreender a escravidão e seu legado. A literatura tem cumprido um importante papel nessas discussões historiográficas.

2.2.1 O contraste na sociedade senhorial das narrativas

A subseção apresentará aspectos da sociedade senhorial dos romances em análise, para mostrar o contraste entre a vivência da senzala em relação à casa grande. Para contribuir com a discussão Chiavenato (1999); Pinsky (1994); Césaire (1978); Fanon (2008); Compagnon (2012), entre outros, serão de suma importância. A ficção bebe na história e transpõe para suas páginas como o sistema escravista se processava. Em *Rei Negro* se encontra muitas situações concretas, no que tange

à relação entre os envolvidos no processo escravocrata, ou seja, entre senhores e escravos e entre os próprios escravos. É o que se percebe no trecho, a seguir, que retrata o cotidiano da escravaria nas fazendas de café em que eram colonizados. O narrador descreve que

Ao toque de matinas a negrada sahia para a forma, [...] e começava o labor na fazenda. A grande ródá do moinho ringia rolando no vão sombrio e limoso [...] os negros auxiliavam a natureza capinando as roças, lançando fogo aos maninhos, derrubando os capoeirões para aproveitar o terreno em sementeiras prosperas, ou, com um canto triste, guaiado, raspavam os ramos lustrosos dos caféiros, enchendo as peneiras de bagas vermelhas (NETTO, 1914, p. 13, 15, 16).

Era uma rotina enfadonha. A jornada de trabalho, que começava na madrugada e ia até o anoitecer, exauria o escravo. Não havia intervalos que justificassem um descanso entre um turno e outro da faina. Não havia a mínima preocupação com o bem estar físico do cativo, principalmente se se levar em conta que o patrão precisaria do empregado com boas condições físicas e psicológicas para o trabalho. Chiavenato (1999, p. 45) conta que, além das 12 horas trabalhadas, ainda trabalhavam horas extras, somando até 18 horas. Como consequência do cansaço “dormiam em pé. Caiam entre as moendas e estragavam o precioso açúcar de seus senhores.” Além disso, os acidentes físicos na moenda eram constantes, como a amputação de mãos e braços, por exemplo. O historiador Jayme Pinsky corrobora, comentando que

Nas fazendas de café eram comuns as jornadas de trabalho que iam de quinze a dezoito horas diárias, iniciadas, ainda de madrugada, ao som do sino que despertava os escravos para que eles se apresentassem, enfileirados, ao feitor, para receber as tarefas. Se as atividades fossem próximas à sede da fazenda, iam a pé; se mais distante, um carro de bois os transportava. [...]. No eito, distribuíam-se em grupos e trabalhavam horas a fio sob as vistas do feitor e embalados pela música que cantavam (PINSKY, 1994, p. 35, 36).

Nas minas a rotina não era menos estressante. Quando os negros eram “selecionados” para o despacho aos navios, a preferência pelos negros mais fortes era constante entre os negociadores, porque havia a ideia de que eles eram homens resistentes à jornada intensa que teriam que cumprir no futuro trabalho. O herói da narrativa fílmica foi capturado, com a família, para trabalhar nas minas do Brasil. No entreposto, em conversa entre os traficantes, o negro Galanga foi escolhido para as

minas, conforme se ver na reprodução do diálogo: “-E estes quem são? - São mineradores da melhor tradição. E vão dar um bom dinheiro no Brasil, por isso custam um pouquinho mais caro” (CHICO REI, 1985). Um detalhe a ser considerado, de acordo com Chiavenato, é que a organização funcional nas minas – no que tange à distribuição da mão de obra - era diferente da adotada nas fazendas agrárias. Enquanto que nestas a presença era somente de negro no trabalho (NETTO, 1914, p. 13), naquelas “havia brancos trabalhando a seu lado, autônomos ou assalariados” segundo informa o historiador (CHIAVENATO, 1999, p. 44). E eram esses brancos, sobretudo estrangeiros, que concebiam as mulatas da escravaria - que via de regra viravam mucamas da casa grande -, por exemplo, em *Rei Negro* a mucama Lucia era mulata “Filha de uma mulata com um alemão que trabalhava nas obras do engenho” (NETTO, 1914, p. 61). Também havia negros livres, naquele contexto, que trabalhavam por conta própria.

Não bastassem as condições miseráveis da travessia ultramarina. Segundo Chiavenato (1999, p. 45) as condições de trabalho e de ambientação eram as piores possíveis. “Muitos escravos morreram sufocados ou soterrados” em desabamentos, conclui ele. O escravo era obrigado a cavar, bater barrancos a procura de ouro, em condições mínimas, ou nenhuma, de segurança. As grutas eram fechadas, com pouca iluminação e ventilação, contribuindo para a proliferação de patógenos e moléstias. No filme (CHICO REI, 1985) essa é uma situação recorrente, esse era o ambiente de trabalho dos escravos da mina Encardideira. Além das deformidades e enfermidades, decorrentes do carregamento de cascalho retirado do garimpo, que também eram responsáveis por muitas mortes.

A castração do direito à vida era isso o que o colono praticava contra o escravo. O capitalismo ocidental, adestrando sujeitos para fazer crescer a economia de suas capitanias, gerou uma sociedade de pessoas revoltadas, desajustadas socialmente. Sobre isso Aimé Césaire, em seu contundente discurso sobre o colonialismo fala da classe dos oprimidos pelo sistema colonialista, que tinha sua vida anulada, na sua totalidade – e não é exagero usar esse termo, uma vez que o negro era concebido pelo colono como, coisa -, ou como comenta Sheila Faria (s/d) a respeito dos estudos darwinianos, sobre os escravos no período colonial, era uma categoria humana muito atrasada, e inferior, em relação à europeia -. Césaire se faz o porta voz da classe subalternizada. Na íntegra ele diz:

Eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, [...]. Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo. (CÉSAIRE, 1978, p. 4, 5).

Comparando o discurso historiográfico com o literário se percebe uma íntima relação com os fatos. As histórias narradas nos romances amiúde são apoiadas na realidade, em alguns casos, autobiográficas. Fanon (2008, p. 70) chega a mencionar a possibilidade de um romance ser autobiográfico, por se aproximar da “alma local”, e corrobora com a discussão desenvolvida por Compagnon (2012, p. 102) sobre as considerações aristotélicas a respeito da realidade representada pelo artista, não mais imitada como sugere Platão. Esses diálogos se entrecruzam e chegam ao ponto em que os teóricos chamam de representatividade, ou seja, a possibilidade que o artista tem de representar a realidade histórica - no caso das obras analisadas aqui – a partir de sua interação com dada realidade, a qual é materializada através da obra literária.

Nas obras em análise neste documento, seus autores lançam mão desse recurso ao construir o enredo de suas narrativas. Mas, surge uma questão inquietante neste campo discursivo: se o sujeito enunciativo tem autonomia para falar de si, ou se há alguém com legitimidade para representá-lo. A discussão é densa, porque há muitas divergências entre os intelectuais a respeito do assunto, por isso depois de algumas pesquisas sobre a pauta, chegou-se à tese de Gayatri Spivack (2010, p. 126) que, em seu ensaio sobre se *Pode o subalterno falar?* afirma a autora que nem todos estão aptos a representar a vida do outro, segundo ela não há alteridade. Mas Spivak afirma que “a representação não definiu”, um intelectual pode assumir essa tarefa de representar aquele que não pode falar de si, nem por si.

Além da representatividade outro fator levado em consideração na análise de uma obra, diz respeito à sua narratividade. E nesse processo a figura do narrador é imprescindível. Benjamin (1987, p. 198-201) tece sua crítica a respeito desse elemento da narrativa. Ele fala da história escrita e da oral, esta recontada a partir da participação de anônimos, seja o viajante que colhe experiência, ou o camponês que

a adquire a partir de suas “histórias e tradições”. Segundo sua compreensão essas duas categorias de narradores adquiriram e conservaram suas particularidades. Para ele o sujeito de cada grupo representa um “mestre na arte de narrar”. Ainda acrescenta que, a arte de narrar está intrinsecamente ligada à sabedoria, e esta “está em extinção”, por isso qualquer um não pode se dizer narrador. Ele destaca o romance como um gênero atrelado ao livro, diferente dos outros gêneros – novela, contos de fada, etc. – que estão vinculados à tradição oral. Essa diferença se percebe entre os dois gêneros aqui analisados nessa pesquisa, de um lado o romance *Rei Negro*, obra livresca, do outro o filme *Chico Rei* desenvolvido a partir da tradição oral, do conto e reconto popular mineiro. Ele diz: “O narrador retira da experiência o que conta”, ou seja, tem um vínculo com os fatos e seus ouvintes, mas, “O romancista segrega-se”, já não está essencialmente envolvido com os fatos enredados.

No caso do romance *Rei Negro*, o próprio escritor conta que conversou com pessoas que conheciam os episódios vividos pelas personagens. Isso lhe serviu de inspiração para a escrita do enredo. Outros episódios arrolados na história contam fatos reais, algumas vezes relatados pelas próprias vítimas do escravismo, em suma se lê: “os cenários e a vida dos escravos são impressões que colheu na mocidade e desenvolveu nas páginas do *Rei Negro*” (NETTO, 1957, p. 35), completa um biógrafo do escritor. Em relação ao filme *Chico Rei* muitas especulações surgem quanto ao teor verossímil do herói Chico (Galanga), mas “De qualquer maneira, lendária ou não, é certo que a história de *Chico Rei* tem vários elementos que correspondem à prática e modos de ser da sociedade brasileira no período colonial”²⁶, afirma Béatrice Tanaka.

Os dois gêneros – *Rei Negro* e *Chico Rei* - narram a mesma temática, a escravidão de pessoas, sob vieses diferentes e em períodos distintos. Dialogam entre si abarcando o contexto historiográfico da colonização do Brasil. Suscitam debates de diversas naturezas. Apresentam protagonistas escravizados que lutam contra um sistema brutal e opressor. E mesmo passados séculos de sua existência maciça, a escravidão, que impunha a seres humanos à imposição de condições subumanas, ainda faz vítimas na atualidade, através do estigma que gera uma

²⁶ Cf. TANAKA, Béatrice. A história de Chico Rei.

infinidade de ações intolerantes na sociedade, sobretudo, nos territórios colonizados. Por isso é imprescindível que se dê relevância a essas discussões, sobretudo no momento atual, em que a disposição mental das novas gerações está sedenta de diálogos que esclareçam o sentido do colonialismo e suas terríveis consequências.

3. A FIGURA DO HERÓI NEGRO E O ANTAGONISTA BRANCO.

A seção discutirá sobre o herói como elemento da narrativa e os heróis das obras analisadas, *Rei Negro*, obra de Coelho Netto e *Chico Rei*, filme dirigido por Walter Lima Junior. Além disso, abordará questões como branqueamento, preconceito, eugenia e outros relacionados. Como eixo teórico discursivo Fanon (2008; 1968); Chiavenato (1999); Carvalhal (1998); Kothe (2000); Munanga (2004), Freyre (1978) complementarão os debates. O Brasil, a exemplo de outros países que foram colonizados pelo Velho Mundo, tem em sua história a herança da escravidão, com infinitas páginas de horrores perpetrados contra seres humanos. Esse é um tema inquietante, porque traz uma carga discursiva ampla, além de revolver o “eu” profundo, devido à violência incrustada que ele apresenta. Já se passaram séculos desde que a escravidão, teoricamente, fora abolida no Brasil, um dos países escravistas que mais protelaram para eliminar o tráfico e a escravidão de africanos. E desde então há um empenho permanente em manter viva a temática, para que as gerações pós-coloniais tenham sempre presente em suas mentes o que aconteceu com seus ancestrais, que foi real e não fictício e, possam levantar debates. Variadas estratégias são adotadas para fomentar o interesse da sociedade em dialogar sobre uma temática que está sempre atual, desde a narrativa romanesca até a fílmica, objetos desta análise.

Lançar-se-á mão de dois gêneros textuais, a obra literária e a obra fílmica, trabalhando em caráter comparativo (CARVALHAL, 1998). Proceder-se-á a investigação de elementos que se aproximam e se distanciam na obra literária *Rei Negro*, de Coelho Netto, publicado em 1914, pela Livraria Chardron e na fílmica *Chico Rei*, lançado no ano de 1985, sob direção e roteirização de Walter Lima Junior, produzido e distribuído pela Embrafilme, enfatizando a postura dos protagonistas ante a condição de subalternidade, no sistema escravocrata. Este traz em seu elenco atores de renome nacional e internacional, por exemplo: Severo d’Acelino; Antonio Pitanga; Cosme dos Santos; Carlos Kroeber; Anselmo Vasconcelos; Cláudio Marzo; Maria Fernanda; Othon Bastos e outros. Confrontar-se-á os dois heróis, para avaliar a postura deles diante da dinâmica comportamental de seus superiores e, de seus coirmãos. Avaliar-se-á o nível de violência dentro das duas narrativas.

Há muitos elementos a serem verificados nessa discussão. E, embora teoricamente pareça simples proceder sob o viés comparatista, na prática há complexidade, porque o comparatismo na literatura é escorregadio. O próprio termo literatura comparada, de acordo com a professora Carvalhal (1998, p. 5), a princípio “designa uma forma de investigação literária que confronta duas ou mais literaturas”. Isso é uma compreensão primária. A autora atribui esse enredamento à diversidade dos objetos analisados e ao vasto campo de atuação da Teoria Literária e, a literatura comparada faz parte dessa extensão discursiva. Na narrativa os protagonistas assumem uma posição de destaque, são idealizados como heróis.

Dentro de uma narrativa a presença do herói é de suma importância. É em volta dele que se movimentam as ações do enredo, por essa razão escritor e roteirista quando vão construir esse elemento, levam em conta aspectos necessários à atuação dessa categoria, por exemplo, a classe social que agregará esse sujeito e suas ações em relação às demais personagens. É uma figura que, quando mencionada, faz-se compreender como um “semideus” capaz de resolver conflitos e restabelecer ou restaurar a paz, comumente desejada por causa dos conflitos incididos. Essa personalidade surgiu nas grandes epopéias. É responsável pelos feitos maravilhosos, e a literatura, desde a universal até a nacional, retrata essa figura, que pode ser histórica, nacional, épica, entre outras categorias. E ratificando as considerações sobre esse elemento da narrativa, lê-se que

A postulação teórica do conceito de *heroi* relaciona-se diretamente com uma concepção antropocêntrica da narrativa: trata-se de considerar que a narrativa existe e desenvolve-se em função de uma figura central, protagonista qualificado que por essa condição se destaca das restantes figuras que povoam a *história* (v.). Esta e as categorias que a estruturam são, pois, organizadas em função do *herói*, cuja intervenção na *ação*, posicionamento no *espaço* e conexões com o *tempo* [...] contribuem para revelar a sua centralidade indiscutível (REIS; LOPES, 1988, p. 210, grifo do autor).

A ideia de humanos com poderes além do normal e atributos excepcionais, físico e moralmente, é comum na literatura clássica. A partir daí o herói arquetípico passa a ser um elemento fundamental na construção do enredo das narrativas. Nos gêneros tragédia e epopeia, que Kothe (2000) considera como “gêneros maiores”, o herói apresenta caráter de altivez e baixeza, concomitantes. Kothe dá alguns exemplos dos clássicos literários como Aquiles, Odisseu e Édipo que, do alto de suas posições de heróis são corrompidos em sua índole e o caráter despenca,

fazendo-os praticarem baixezas. O sujeito ao mesmo tempo em que apresenta a nobreza nas ações, também sucumbe ao desejo de bestializar seu comportamento, segundo se depreende de sua discussão.

As protagonistas das narrativas *Rei Negro* e *Chico Rei* são de descendência real africana. Macambira, filho de rei guerreiro, herdara do pai os atributos heróicos, como é possível notar em um dos momentos em que o escravo ouvia as estórias sobre seu pai: “[...] Quem óia ocê vê Munza, rê di noss... E referia, com entusiasmo épico, episodios de guerras, scenas festivas e religiosas, caçadas nas florestas densas à azagaia” (NETTO, 1914, p. 42). Durante boa parte da narrativa é sorumbático, submisso, mas depois de alguns acontecimentos provocativos, resolve vingar sua honra e seu povo oprimido, conforme se constata no trecho:

- Sê não cunhece? Oia bem. Tamo aqui. Julinho recuava estarecido, com um choro tremulo, agitando as mãos túbias. O negro deixava-o ir gozando-lhe o terror miserimo. [...] avançou decidido, lançou-lhe a mão à garganta e houve um rebrilho pálido, um grito longo de angustia e o sangue jorrou a golfos. (NETTO, 1914, p. 457).

Amiúde heróis de narrativas épicas passam por esse percurso de mudança de comportamento, começam com um comportamento que é modificado de acordo com os conflitos deflagrados na narrativa, é o que Kothe classifica de alto e baixo. Segundo ele

Todo grande personagem é uma união de contrários: ele é o alto cuja grandeza está na baixaza, ou é o alto que cai e readquire grandeza na queda, ou então é o baixo que se eleva e se mostra grandioso apesar dos pesares (KOTHE, 2000, p. 13).

Essa constância na conduta dessas personagens é característica central de um herói, foge àquilo que uma “personagem trivial” evidencia, não altera o comportamento, completa Flávio Kothe. Macambira apresenta um perfil constante, submisso durante boa parte da narrativa, mas no devido tempo reage e eleva seu espírito guerreiro, apesar dos muitos infortúnios por que passara. Em narrativas da escravidão o próprio sistema cumpre o papel de vilão atingindo o herói, sobretudo nos aspectos moral e social, alterando a humanidade do indivíduo.

O herói Galanga, também de estirpe real, é guerreiro vencedor de batalhas africanas. Quando foi traficado para o Brasil trouxe consigo, na alma e na gente, as conquistas e o título real. No Brasil se torna guerreiro na luta pela libertação de sua

gente, martirizada pela instituição escravocrata. A história do rei do Congo é uma narrativa épica cheia de lutas, perdas, conflitos vividos na África e no Brasil (VASCONCELOS, 2007). Os protagonistas Macambira e Chico (Galanga) são personagens fortes, com responsabilidades discursivas determinantes nas sociedades atuais, porque acendem diálogos sobre estratificação social imposta pelo poder dominante, e suas terríveis consequências. Por apresentarem duas categorias sociais distintas - a dominante e a dominada -, os dois gêneros aqui abordados, apresentam sujeitos que estão em constantes trocas de interesses, mesmo estes grupos apresentando conjunturas divergentes (KOTHE, 2000, p. 60).

Nesta pesquisa alguns elementos são investigados à luz dos comparativismo por haver momentos em que se distanciam ou se aproximam, se diferem ou se igualam e, para se ter uma compreensão mais acurada a necessidade de buscar um aprofundamento teórico é indispensável²⁷. Carvalhal (1998, p. 7) toma como exemplo a crítica literária, que ao proceder a análise de uma obra estabelece confrontos entre outras obras “para elucidar e para fundamentar juízos de valor”, exatamente para ver esses elementos em sua natureza, se “são iguais ou diferentes”. Por exemplo, em *Rei Negro* e *Chico Rei* a incidência de acontecimentos que apresentam esse caráter é recorrente. Isso pode ser observado no perfil dos dois heróis.

Os dois são escravos, vivem em cativeiro, são de estirpe real. Nos excertos “[...] sonhando com a terra que não reconheceria por haver nascido, de estirpe de reis, no exílio da escravidão” (NETTO, 1914, p. 42, 43); “[...] aqui tem toda uma corte de reis, príncipes e rainha. [...] Quem é o rei?” (CHICO REI, 1985), nota-se os aspectos das vidas dos heróis do romance e do filme, que se aproximam, e embora não se dedique vários momentos nas narrativas para mencionar a condição de realeza das personagens – em *Chico Rei* a incidência é maior -, os que são pontuados no enredo são contundentes para dar a garantia dessa casta.

Se há no enredo elementos que são iguais, há também os que se diferem. Os dois negros cativos foram escravizados em situações distintas. Macambira nasceu em cativeiro, como salientado no trecho anterior, conhecia a África a partir de estórias que lhe contavam. Galanga foi sequestrado já adulto, chefe de família, e traficado para o Brasil. Essa diferença explica a postura de cada um diante do

²⁷ Não é propósito de a pesquisa fazer considerações aprofundadas a respeito do comparativismo e seu arcabouço. Não se aprofundará na natureza da literatura comparada. Priorizar-se-á as informações relevantes para a compreensão da simbiose dos objetos analisados.

cativeiro. O herói de *Rei Negro*, Macambira, se mostra submisso à sua condição, pois não conhecia outra forma de vivência, senão aquela de se sujeitar aos seus senhores – embora o desejo de liberdade fosse latente dentro dele, em algum momento essa vontade explodiria -. O outro herói, Chico (Galanga), desde a captura mostrou-se subversivo àquela condição cativa. Ele era líder entre os da sua gente, acostumado à liberdade, não se prostrou à escravidão. Levou consigo a determinação de nunca ceder à condição escrava, e estrategicamente no devido tempo, deixou se efetivar sua decisão e conseguiu libertar a si e aos seus.

De acordo com as considerações acerca dos estudos comparados, as novas propostas de compreensão do comparativismo trouxeram uma contribuição que os estudiosos estruturalistas chamam de “novo paradigma” (CARVALHAL, 1998, p. 40, 41). Segundo essa proposta o modelo comparatista de investigação estabelece relações entre autores, obras, “sistemas e subsistemas literários, governados por certas normas e tendências (estéticas, sociais e políticas)”, ou seja, há uma integralidade de campos discursivos, que se correlacionam entre si. Esses mesmos sofrem influências de “normas impostas pelos próprios sistemas e pela tradição.”

Ainda outro aspecto a ser considerado no processo comparativista é a recepção do texto pelo leitor, que segundo aponta Carvalho (1998, p. 44, 69) vai se preocupar, “sobretudo, com as operações receptivas, ou seja, com os procedimentos adotados pelo leitor no contato com a obra e suas consequências, na conformação do público (a receptividade da obra em sentido amplo)”. Ela acrescenta que o “leitor-criador” interage diretamente no processo literário, criando sentidos e interpretações, permitindo a reconstrução do “horizonte de expectativa” pretendido por Jauss²⁸. O tema escravidão já remete a ações de violência, independente do nível que apresenta. Em se tratando de violência tudo é excesso. E é por isso que se acredita que, por se tratar de dois objetos que despertam interesse por causa de seu teor histórico, as duas obras têm sido recebidas por seus leitores, de forma curiosa e entusiasta.

3.1 Heróis cativos.

Esta subseção objetiva apresentar alguns elementos que caracterizam os heróis em suas respectivas narrativas, salientando aspectos peculiares que ora

²⁸ Cf. Carvalho, 1988.

aproximam, ora distanciam os dois escravos, no atinente à postura diante do sistema escravista. A discussão será desenvolvida por Vasconcelos (2007); Chiavenato (1999); Calógeras (1967) entre outros. Os protagonistas das duas histórias vivem no cativeiro da escravidão. São pessoas que, pela posição que ocupam no enredo, se espera que representem liderança para seus coirmãos oprimidos pela bruteza da instituição escravocrata. Coelho Netto apresenta um herói negro amorfo não em sentido físico - porque esse atributo é satisfatoriamente preenchido -, mas em sentido psíquico comportamental, levando-se em conta a natureza do romance. Macambira é descrito fisicamente assim:

Macambira era um bello typo de raça. Trinta annos sadios, alto, entroncado, erecto como uma columna, tinha, no porte esbelto, desembaraçado, a elegancia viril e airosa dum athleta. A côr retinta luzia-lhe no rosto como um verniz lustroso. Pouca barba, dois laivos em cada face. A boca forte cerrava-se-lhe em labios grossos, os olhos grandes, severos, dum brilho fixo, explosiam domínio. A austeridade das maneiras, o ar taciturno e altivo impunham-no aos companheiros que o respeitavam e temiam conhecendo-lhe a bravura desabrida. (NETTO, 1914, p. 37, 38).

Os negros que foram traficados para o Brasil eram de diversas partes do Continente africano, segundo informam documentos historiográficos, a respeito da origem étnica dos escravos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988). Essa é uma descrição típica de um herói romanesco. A narrativa não diz claramente de qual parte da África Macambira era oriundo, mas dá pistas. Em algum momento ele é descrito como “Filho de minas falava corretamente a língua [...]” (NETTO, 1914, p. 39). Nesse trecho ele é descrito como *filho de minas*, mas não desempenhava a função específica de forjador de metais, como era próprio de quem nascia na região africana conhecida por Costa da Mina. Quando eram embarcados para o Brasil, nos portos da costa africana, os negros eram identificados não pela etnia, mas pelo porto de embarque, muitos foram embarcados na região conhecida como Costa da Mina, no golfo da Guiné. O protagonista nascera em cativeiro, era crioulo, filho da escravidão, não conhecia outra realidade de vida, segundo se depreende no trecho: “E Macambira [...], sonhando com a terra que não conhecera por haver nascido, de estirpe de reis, no exílio da escravidão” (Ibidem, p. 43). De sua parentela pouco se sabe, apenas seu pai, que poucas vezes é mencionado e, apenas com o propósito de situar sua descendência real e sua herança aguerrida, que herdara do pai, e da

qual faria jus no devido tempo. Sua identidade era construída dia a dia por Balbina que “desde pequeno, o mantivera na pátria e na raça.” O pouco tempo que vivera com o pai, deixou-lhe lembranças na memória, pois o romance diz que ele “lembrou-se de Munza, seu pai, misero rei, exilado no opprobrio, [...] trabalhando de enxada [...], sob a vigilância de um feitor”, (NETTO, 1914, p. 172) e nesse cativeiro seu pai perdera a vida.

Um detalhe entre as duas personagens das obras e, que aproxima as narrativas, diz respeito à descendência de Macambira e a origem de Chico. O pai do herói da obra coelhonettiana é identificado como rei, que assim como Galanga, fora “arrancado” da África para ser escravizado no Brasil, teve o mesmo destino servil. Munza na ficção. Os registros históricos também falam de um rei Munza, rei dos Mangbetu no século XIX, que era da região do Congo e Angola. Segundo a história, era um rei justo e respeitado por seu povo (AJAYI, 2010, p. 356). Galanga também é oriundo dessa região, pois se percebe na menção que Cecília Meireles faz em seu poema sobre *Chico Rei*: “Muito longe, em Luanda,/era bom viver./Bate a enxada comigo, povo,/desce pelas grotas!/-Lá na banda em que corre o Congo/eu também fui rei”²⁹, que o escravo era de estirpe real e da Bacia do Congo.

Galanga – cognominado Chico Rei – também fisicamente não deixava a desejar à descrição de um herói, sobretudo, na posição de líder que ocupava entre o seu povo. Quando de sua captura, junto com seus familiares, ele era rei Galanga, de acordo com a narrativa fílmica (CHICO REI, 1985) e “grande heroi da batalha de Maramara”³⁰, segundo a história. Foi um rei enérgico, mas justo, conquistando o respeito de seus súditos. Quando rezava pedindo força e paz para seu povo, “Foi surpreendido por dezenas de mercadores de escravos que invadiram o palácio real” e o levaram cativo e, toda a família palaciana (VASCONCELOS, 2007, p. 36).

Esses detalhes de sua vida não são relatados no filme, quando o herói surge em cena, já é em condição cativa, dominado pelos traficantes. Quando realiza a primeira ação, ele está imobilizado pelos capatazes, tendo sua vida invalidada pelo cristianismo católico, através do batismo “cristão”, que era obrigatório, antes de

²⁹ Cf. Meireles, 1977.

³⁰ Galanga era um jovem da nobreza do reino do Congo. Foragido em Bulá, passara e ser comandante da guarda pessoal do rei de Nizugiatambo de Bulá – região de Cacheu da Guiné-Bissau -. Sob conspiração o rei fora assassinado. “O rei que o sucedera foi Galanga, por seus direitos legítimos; e após vencer a batalha de Maramara, foi coroado no alto cargo do rei do Congo, com 27 anos, casado com Djalô (que também fora coroada). Tinha dois filhos. (VASCONCSLOS, 2007, p. 35).

serem embarcados. Às mulheres davam nome de Maria e aos homens de Francisco, (CHICO REI, 1985), de maneira generalizada. Ele não se curvou diante do medo e do desconhecido e, as primeiras impressões que passam são de rebeldia ante a opressão dos mercadores. O relato fílmico informa que os fatos se deram “em meados do século XVIII”, que corresponde com as datas das *jihads*, que aconteceram no Recôncavo baiano, no período de 1835, e outras revoltas em anos anteriores (CHIAVENATO, 1999, p. 60, 61). Não eram insurreições com motivações de liberdade, mas de cunho religioso, talvez isso justifique o fato de elas não serem mencionadas com mais ênfase, como o são as revoltas promovidas por insurgentes quilombolas.

Enquanto que, em algumas obras literárias o negro é colocado como um elemento decorativo, em *Rei Negro* o escritor conseguiu compor uma personagem que é colocada como centro das ações narradas e que “determina” o desfecho da trama. Ele fora arrojado por apresentar um herói fora dos padrões literários de sua época, início do século de mudanças na sociedade brasileira – XX-, em que, amiúde, o protagonista ou era mulato, branco ou raramente índio. Coelho Netto um mestiço, filho de português, usa seu romance para se contrapor ao sistema que acolhia o imigrante europeu que chegava para mudar a cor da sociedade brasileira. Gesta um herói negro, com espírito de liderança para seu povo, de estirpe nobre, pois é dito que “Entre os da sua raça era tido por ‘muchique’ e todos saudavam-no reverentemente [...] vendo nele um príncipe”. Outra característica marcante no escravo é sua boa índole e hombridade, que fizera granjear a confiança de seu senhor, conforme se lê:

A intimidade com que Manuel Gandra tratava Macambira – recebendo-o no escriptorio, conversando com elle, confiando-lhe todos os seus negocios: pagamentos, cobranças, ouvindo-o sobre assuntos da fazenda (NETTO, 1914, p. 57, 58).

Contrariando a imagem caricaturada com que o negro é representado na literatura, com características físicas e psicológicas disformes – aspectos notados em o *Bom-crioulo* (1895), de Adolfo Caminha, que apresenta um homem com tendências animais e assassinas (LOPEDOTE; KOVALSKI, 2014) -, o protagonista da trama coelhonettiana, além de ser caracterizado por ter um caráter de altivez e bom moço, assume posição de comando diante de seus coirmãos, segundo comenta um pesquisador do romancista:

Coelho Netto descreve Macambira como líder negro, que sabia comandar e chefiar. Quando assumiu na fazenda a condição de patrão, tratou os operários com carinho e recompensas efetivas, dando-lhes o pagamento devido e uma boa alimentação. (LEANDRO, 2003, p. 271).

Essas descrições se opõem às de um escravo submisso, pacato que são as características psicológicas expostas de Macambira. É uma personagem atípica, porque de uma pessoa com suas atribuições físicas, profissionais, condição social de líder diante de seu povo – ele herdara esse traço de seu pai -, esperava-se que fosse alguém determinado e, não se sujeitasse à escravidão sem questionar. Mas, ele acreditava que “Isravo é isravo” (NETTO, 1914, p. 68) e nada poderia ser feito para mudar essa realidade. E ao mesmo tempo a personagem traz consigo a força da luta por liberdade e pela vida. Seu pensamento é compreensível se se levar em conta que sempre vivera em condição escrava, já estava internalizado em si. A historiografia está repleta de informações sobre o tratamento vil, a que os escravos eram submetidos. Sobre a posição social da escravaria na colônia Calógeras (1967, p. 31) informa que, “Constituíam os negros a camada social mais baixa. Tão desconsiderada, que lhe discutiam a qualidade humana.” Alguns estudos sobre a inferioridade do negro em relação ao branco, no que diz respeito ao fator biológico, são auferidos dos estudos darwinianos (FARIA, s/d).

Macambira e Chico (Galanga) eram soturnos, dada a condição de subalternidade de ambos e ao sofrimento imposto pela escravidão. O herói literário era solitário, tinha uma relação achegada apenas com Balbina, sua confidente, embora vivesse no mesmo cativeiro que seus coirmãos. Era casmurro e, isso é possível perceber no trecho “Triste, concentrado, mal terminava o serviço, recebendo as ordens do senhor, recolhia vagorosamente à sua cabana solitária [...] e Balbina que, todas as noites, pisando, de leve [...] ia vê-lo, falar-lhe da pátria perdida.” (NETTO, 1914, p. 43).

Galanga também tinha esse sentimento. Ele perdeu a filha e a esposa, que fora violentada na travessia para o Brasil. Para aliviar a carga do navio elas foram jogadas ao mar (VASCONCELOS, 2007, p. 36), atitude comum nas viagens, conforme expressa Chiavenato (1999, p. 42, 43). O herói foi castrado durante a viagem. Desembarcou acorrentado pelo pescoço e pés, junto com seu filho, único parente sobrevivente, do qual fora separado no Brasil. Arrematado em leilão de

escravos, foi destinado a trabalhar nas minas de ouro de Vila Rica (CHICO REI, 1985). Com tantas perdas, privações e sofrimento é compreensível que desenvolva comportamento apático.

Apesar de todos esses infortúnios Galanga conservara os costumes reais e, isso chamava a atenção das pessoas de seu novo convívio (Ibidem). Despertava o interesse feminino, mas, “passava o tempo pensativo na senzala; só saía para as minas, onde trabalhava com afinco” (VASCONCELOS, 2007, p. 36), seu propósito era conseguir comprar sua liberdade e de seus irmãos e, se dedicou a isso. A narrativa não mostra seu envolvimento amoroso com alguma mulher. Em questões do coração Macambira também era arredio, isso era curioso, levando-se em conta o fato de ser solteiro, ter condições financeiras de sustentar uma família e de ocupar uma posição privilegiada na escravaria. Isso era um aspecto que impressionava “a sua irreduzível antipathia com a mulher. Não se lhe conhecia um apego amoroso. [...] Em verdade o negro, [...] evitava as raparigas tratando-as d’alto, à distância, como enojado”. Mas, afora isso era “Solidário com a gente negra, sempre e em tudo por ella, só não lhe soffria as immundicies da luxuria” (NETTO, 1914, p. 44, 52).

Os autores das duas narrativas evidenciam líderes em situações de conflitos sociais, vivendo na escravidão, com responsabilidades de serem para sua gente, a esperança de livramento do medo e da opressão. Ambos eram recebidos no convívio íntimo de seus senhores, granjeando a confiança deles. Galanga por sua dedicação ao trabalho, suas maneiras bondosas de tratar seus irmãos de cor, e outros companheiros, ganhara prestígio e respeito junto a seus superiores e, conquistara a simpatia e amizade de alguns brancos. Isso foi conveniente para ele, porque auxiliou seus planos de alforria (CHICO REI, 1985).

Macambira também conquistara a confiança de seu senhor, mas seu interesse era pessoal, não coletivo. Era feitor da fazenda. Com o trabalho honesto que executava na propriedade, ganhara a confiança do patrão, mas desenvolvera antipatia de seus coirmãos, por causa de certos privilégios, conforme se nota no trecho: “Quando, por falta grave, algum escravo era castigado, toda a gentalha assanhava-se atribuindo a pena a Macambira [...] e rogavam-lhe pragas, amaldiçoavam-no, jurando vingança.” (NETTO, 1914, p. 57-59). Nota-se um comportamento avesso ao escravo. Se por um lado ele era respeitado por seus companheiros de jornada, e outras pessoas na fazenda, por outro era rechaçado por alguns outros enciumados. No filme Francisco (Galanga) tem uma relação achegada

com o senhor, major Seixas, proprietário de escravos e da mina Encardideira, onde o escravo extraía e bateava ouro. De acordo com a História o Chico tornou-se amigo de um padre que o ajudou na negociação da Encardideira. Como consequência ele conseguiu comprar sua liberdade e de seus coirmãos (VASCONCELOS, 2007, p. 36, 37). Na ficção ele se associou à irmandade e com a ajuda de um confrade negociou a compra da mina (CHICO REI, 1985). Essa atitude apadrinhadora dos amos para com seus escravos era revestida de intencionalidade, no caso de Francisco (Galanga) foi positivo para ele e os outros escravos, mas, para Macambira a tentativa do patrão de branqueá-lo era revestida de interesse pessoal, do patrão. E é essa discussão que se fará a partir de então.

3.2 Branqueamento e a face “oculta” do preconceito.

Nesta subseção discutir-se-á sobre a suposta teoria da “democracia racial” brasileira, que tem como tese o branqueamento do negro. Para desenvolver a discussão teórica os estudiosos Munanga (2004); Rodrigues (2016); Freyre (1978), Fanon (2008); Glissant (2005); Ribeiro (1995) entre outros, endossarão o debate. Termos como: *mestiçagem*, *democracia racial*, *eugenia*, *racismo* serão recorrentes nessa discussão, por serem elementos constituintes da temática. Alguns aspectos referentes ao processo escravista serão referidos neste diálogo, bem como a postura crítica de antropólogos, historiadores, sociólogos, filósofos entre outros especialistas em discussões acerca da temática em pauta.

As questões raciais no Brasil têm suas raízes no conturbado processo de colonização, ou seja, quando do povoamento do território e o entrecruzamento dos povos indígenas, europeus e africanos, que deram origem à mestiçagem étnica, conforme ratificado por Nabuco (2003, p. 128), ao dizer que “Das três principais correntes de sangue [...] Temos [...] o cruzamento dos caracteres da raça negra com os da branca [...] a mistura da degradação servil de uma com a imperiosidade brutal da outra”. E esse encontro biológico, cultural e étnico não se processou pacificamente, pois a ideia de dominação sempre foi o fator principal no estabelecimento das relações entre o colonizador e o colonizado.

De maneira similar Édouard Glissant, em suas pesquisas a respeito do fenômeno de crioulização nas Américas, se posiciona sobre essa miscigenação, tomando como ponto de referência o Caribe – local pioneiro em migração de

escravos traficados, segundo ele -. Glissant (2005, p. 16, 17) expressa que houve três tipos de “povoadores” nas Américas. O “migrante armado”, que chega preparado para se constituir em o “migrante fundador”, este se refere ao explorador de territórios, o aventureiro europeu; o “migrante familiar”, que são os colonos que recebem da Coroa portuguesa lote de terra para colonizar e cultivar culturas, processo chamado de Sesmaria; por fim o terceiro grupo, que ele chama de “migrante nu”, este se trata do escravo, ou segundo expressa o ensaísta francês, “aquele que foi transportado à força para o continente e que constitui a base do povoamento”, que ele compreende como sendo o Caribe primeiramente. Foi um processo mutilador como explica Frantz Fanon, nos debates que desenvolve a respeito do preconceito propalado sobre a sociedade negra.

O ensaísta em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* aborda, entre outras coisas, as consequências deixadas pelo processo de colonização europeia, em algumas partes do mundo -. Fanon (2008, p. 93, 94) analisa o posicionamento de um psicanalista francês Octave Mannoni, que usa um discurso contaminado de preconceito racial, em que tenta atenuar a responsabilidade do europeu no processo de colonização de territórios africanos, sobretudo. Na íntegra ele diz que “O branco, ao desembarcar em Madagascar, provocou uma ferida absoluta”. E as consequências instauradas por causa dessa ação foram de natureza “psicológica”, “econômica” e cultural. Ampliando o pensamento de Fanon para além da ilha de Madagascar, devem-se incluir as demais áreas territoriais colonizadas, onde o comportamento do colonizador foi de dominar não importando as consequências. É evidente o tom incisivo com que o martinicano analisa o parecer do psiquiatra francês, em detrimento da sociedade negra, refutando o posicionamento de Mannoni de que o povo negro – seu objeto de pesquisa eram os negros malgaxes – tinha complexo de inferioridade, nato da etnia negra, sugerindo assim que foi esse sentimento o responsável pela colonização do negro e, não o contrário.

Insinuar que o europeu – português, sobretudo - não foi de todo o responsável pela severidade nas relações sociais entre negros, índios e brancos, foi sugerido por Freyre (1978, p. 190, 191) em seu ensaio sobre a formação do povo brasileiro. Ele usa um tom conciliador para se referir ao branco, por exemplo, ao dizer que “Não é pelo estudo do português moderno, já tão manchado de podre, que se consegue uma ideia equilibrada e exata do colonizador do Brasil”. Ele infunde que a miscigenação racial foi positiva para a formação da cultura nacional e, que os

elementos étnicos, indígena e africano, foram importantes na formação da cultura nacional. E nesse contexto discursivo se evidencia a intolerância racial, que é um legado da escravidão - institucionalizada pelo colonizador -. Por algum tempo se difundiu a ideia de que no Brasil, mesmo ante a miscigenação, não se presenciava preconceito entre os grupos étnicos. Que as relações entre as “raças” formadoras da brasilidade se firmavam pacificamente, sem conflitos. Pelo menos é essa concepção que a crítica combate e que se atribui a Gilberto Freyre, seu grande divulgador. Essa ideia acabou gerando o mito da democracia racial, que propalava a igualdade entre as “raças”.

O Brasil, por ser um país de população diversa, despertou a atenção de estudiosos brasileiros e estrangeiros, acendeu, e acende ainda, debates na tentativa de se entender esse processo de miscigenação, de povos diferentes, com culturas diferentes. Como exemplo cita-se Darwin ³¹, que aportou no Brasil no século XIX, década de trinta, para realizar pesquisas científicas sobre a exuberante natureza do Brasil, e encontrou mais do que esperava, viu a escravidão. Ficou chocado com a violência com que os escravos eram tratados, essas observações acrescentaram-lhe nos estudos sobre a população humana. Ainda outro pesquisador observa que “os estudos científicos sobre as raças americanas começam apenas no Brasil [...]” ³², corroborando assim com o que se diz sobre esse “atrativo” populacional, segundo registros de Sílvio Romero em suas pesquisas sobre a literatura brasileira. Na mesma ótica de observações outros estudiosos demonstraram interesse na miscigenação brasileira.

Nesse sentido os estudos freyreanos são referências para as discussões acerca desse processo. A contribuição para os debates é de todo positivo, apesar de sofrer pesadas críticas por causa de sua concepção sobre as relações entre as três “raças” formadoras do povo brasileiro, que ele concebe como democracia racial. Gilberto Freyre aponta o aspecto social e, não o biológico, como sendo o vetor responsável por esse processo. De forma equivocada Freyre especula sobre a superioridade das culturas, uma em relação à outra. Insere que a cultura africana é

³¹ Charles Darwin em excursão pelo mundo por quase cinco anos - nos anos de 1830, chega ao Brasil e aporta no Rio de Janeiro. Passa a observar a natureza exuberante, daquela parte do País, ao mesmo tempo estuda o comportamento das pessoas da época. Foi um misto de fascínio com horror, segundo ele relata. Observando a escravaria ele demonstra incômodo diante do tratamento bestial que os escravos recebiam de seus senhores. http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/darwin_no_brasil_encanto_com_a_natureza_e_choque_com_a_escravidao.html

³² Cf. ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**: fatores da literatura brasileira.

superior à ameríndia, que por sua vez é inferior à europeia. Usa alguns aspectos como o físico, o biológico e o cultural como comparativo para evidenciar o nível de superioridade entre os povos (FREYRE, 1978, p. 285-290). Em outro momento Abdala Junior (2008), em seu estudo sobre a obra de Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, comenta a crítica que Ariano Suassuna faz às impressões de Freyre, sobre a possível superioridade do colonizador em relação ao colonizado, ou seja, que o europeu, em todos os aspectos, supera o indígena e o africano.

De todo modo essas discussões de caráter fenotípicas, ao que parece, apresentam um “conteúdo mais ideológico do que biológico”, segundo compreende Munanga (2004, p. 18, 19), para ele “a noção de mestiçagem parece mais ligada à percepção de senso comum do que ao substrato genético”. E aí ele ressalva que seria importante, “antes de qualquer análise” fazer um estudo de como esse processo de mestiçagem é compreendido em outras partes do mundo, onde as categorias humanas “negra”, “branca”, “mestiça” são presentes e inseridas no contexto sociopolítico.

Seguindo a análise do pensamento de Suassuna, Abdala Junior (2008, p. 58) diz que o ensaísta sugere que alguns intelectuais tentaram “escamotear os valores dos negros”, a partir de atitudes racistas, quando em suas produções, críticas ou literárias, tentam branquear a figura do negro, anulando suas contribuições biológicas e culturais. O próprio Suassuna reconhece ter caído nessa armadilha. “Ele faz uma autocrítica quando diz que também se colocou nessa perspectiva ao valorizar o *povo castanho* em suas produções, vindo a conscientizar-se depois de que essa era uma maneira de apagar as *manchas negras*” (Ibidem, grifo do autor), deixadas pelo processo escravista, é o que assevera o pesquisador.

A tentativa de anular a contribuição biológica e cultural do negro na sociedade brasileira remonta ao período da invasão europeia com a introdução do africano no território brasileiro, através da escravidão. Quando o negro, traficada, era obrigado a vir, a uma terra desconhecida, uma das primeiras providências tomadas pelo colonizador era o batismo católico, tentativa de anular a cultura, religião e identidade do negro, conforme se ver no início do filme (CHICO REI, 1985). Outra atitude, não menos castradora, era a tentativa de branquear o escravo. Para aquela sociedade senhorial escravocrata admitir “aquela gente de cor” era um incômodo, por isso, também, eram mantidos a certa distância do convívio convencional em comunidade, uma espécie de isolamento social.

Essa desigualdade “exigida” pela escravidão passou pelo crivo do escravocrata e foi sustentada no século XX, por pesquisadores que defendiam o branqueamento da população brasileira, ideia importada da Europa de final de século XIX, chamada de *eugenia*. Segundo seu idealizador Francis Galton (1822-1911) “a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana pela seleção dos genitores, tendo como base o estudo da hereditariedade” (MACIEL, 1999, p. 121). Com o avanço das discussões esse entendimento se ampliou para outros campos, além do biológico, contemplando também o social e cultural. Como a “raça” branca era concebida como superior – pensamento racista -, essa seleção era adotada erroneamente, resultando no extermínio de milhões de pessoas, em vários momentos da história da humanidade, o Nazismo é um forte exemplo.

No Brasil as ideias eugênicas foram tão bem recebidas que leis como restrição à imigração, de planejamento familiar - esterilização – e de controle do casamento, foram pensadas na tentativa de purificação da “raça”, além de pensamentos extremamente racistas como “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”, de Renato Kehl (COTRIM, 2014, p. 4), ou a afirmação europeia de que “os africanos não pertenciam ao gênero humano” (LACOMBE, 1989, p. 138). O movimento eugenista no Brasil, apesar de ter adeptos – Renato Kehl (1889-1974), Octavio Domingues (1897-1972) e Miguel Couto (1865-1934) – não se solidificou como em algumas outras partes da terra, por exemplo, na Alemanha de Adolf Hitler (1889-1945).

Na sociedade escravocrata a relação afetivo/social entre negros e brancos era tolerada porque era conveniente para o usufruto do colonizador, e aí se mencionam as relações afetivas entre senhor e escrava, que amiúde aconteciam ou para desfrute de prazer não gozado com a esposa (FREYRE, 1978), ou porque era uma forma de exercer o poder de dono. Dessa forma a mulher, além de escrava, por ser negra, também era escrava sexual, ou então na hipótese de gerar indivíduos de cor mais branqueada, aí entra em jogo a questão da supremacia racial, defendida por Gilberto Freyre. Refutando essa compreensão freyreana Chiavenato salienta contundentemente que

A mestiçagem no Brasil, ao contrário do que se afirma em alguns compêndios clássicos, nunca expressou uma política de *democracia étnica e social*. Antes representou uma opressão a mais, impondo-se

a “superioridade” do branco sobre o negro, refletindo o direito das classes dominantes de usufruir das mulheres negras. Os mulatos, originalmente “crias” do “cruzamento” de senhores, feitores e outros brancos com as escravas, não constituem exemplos de confraternização sexual, mas de submissão dos oprimidos. [...] A democracia racial no Brasil é um mito, nascido da violentação sexual contra os negros escravos e sustentada pela hipocrisia da sociedade. (CHIAVENATO, 1999, p. 52, 53, grifo do autor).

A sociedade tem tentado camuflar o sentimento atingido dos africanos e afro-descendentes com medidas paliativas de organização social, para que o negro “não sofra” o preconceito imposto pela sociedade. Munanga (2004, p. 102) entende que eles “Foram, pela coação, forçados a alienar a sua identidade, transformando-se, cultural e fisicamente em brancos”. E esse complexo de inferioridade era reforçado por intelectuais, como Freyre (1978, p. 89) ao sugerir que a desorganização social no início da colonização foi de responsabilidade indígena, “principia a degradação da raça atrasada ao contato da adiantada”, insinua ele valorizando o colonizador em detrimento do colonizado. Essa concepção se arrasta desde o período da violenta colonização brasileira.

A literatura está repleta de narrativas com práticas de promiscuidade pelos sinhozinhos, que iniciavam sua vida sexual com uma rapariga negra e, em alguns casos impúberes ainda (FREYRE, 1978). Situação recorrente no romance *Rei Negro* em que o filho do senhor usava o direito de dono e, abusava sexualmente das escravinhas, sob a chancela dos pais, que achava muito natural (NETTO, 1914, p. 29-36). Esse é um comportamento machista legitimado pela sociedade patriarcalista. O sinhozinho do romance *Rei Negro* reproduzia o comportamento do pai – de pai para filho – conforme se nota no fragmento:

Velhas negras resmungavam quando o viam de tocaia nos caminhos ou encostado á porta dos quartos espiando as mucamas em camisa, chamando-as e cainhando como cão ao cio. “Isso, ahn! Isso vai sê pió qu’o pai!” (NETTO, 1914, p. 30).

Na sociedade há um mito em relação à sexualidade da mulher negra, de que ela é quente sexualmente. Comportamento originado na sociedade senhorial (FREYRE, 1978). Nesse caso o racismo é acentuado, no uso da negra como objeto sexual. E para ela a situação era ainda mais tenebrosa, porque era abusada sexualmente. Com a escrava, se entendia, que “se podia fazer tudo” (CHIAVENATO, 1999, p. 54). O pesquisador segue discutindo sobre o controle social na sociedade

colonial. Menciona algumas situações em que, o branco contaminava a escrava com doenças sexualmente transmissíveis, e alegava o contrário, reclamando uma “pureza racial”, na sociedade.

A igreja não admitia o casamento entre uma negra e um branco. Embora na prática muitos senhores, ou seus filhos, preferissem as escravas para as relações sexuais, conforme observa Freyre (1978) ao discutir sobre a postura do homem branco nessas questões. A prática do racismo se evidenciava, quando o branco se amancebava com a mulher negra, ao invés de contrair matrimônio com ela, e sobre isso Chiavenato (1999, p. 50, 51) diz que “As negras, porém, foram mais discriminadas, que as índias. Alguns portugueses casavam-se com as índias, mas nunca com as negras.” Segundo ele era admissível filhos bastardos, mas não mulatos, pois isso quebraria a “harmonia social” e a instituição família seria abalada. Os homens também eram vítimas do sadismo senhorial. Eram comuns os negrinhos de estimação que os sinhozinhos ganhavam quando criança, da mesma idade – era a iniciação do exercício de poder que se firmava naquela relação infanta - que lhes serviam de brinquedos, “objeto de tortura”, segundo Chiavenato (Ibidem, p. 54)

Kabengele Munanga, em considerações sobre a mestiçagem como aniquilação da identidade negra e afro-brasileira, analisa o posicionamento do professor Carl Degler sobre as relações raciais entre os negros brasileiros e os norte americanos. Torna evidente que para os da segunda categoria, na condição de mestiços libertos, a situação era favorável em relação aos da primeira. Segundo Munanga (2004, p. 93), para o professor a aceitação da posição de filho bastardo passava a ideia de ser “um mulato que tem um lugar especial na sociedade”, e que o faz acreditar que tem privilégios em comparação com outros negros.

De certa forma isso apazigua a possibilidades de formar protestos entre os negros, compreende o pesquisador estrangeiro. Diferentemente dos Estados Unidos, não havia intermédio no “esquema biológico”, ele conclui que na sociedade estadunidense a pessoa ou era “negra” ou era “branca”. Munanga ainda esclarece, sobre esses filhos mestiços, que havia um interesse representativo. Segundo sua análise, das considerações do antropólogo Marvin Harris (1927-2001), esses “mestiços livres” eram a única alternativa que os senhores tinham de produzir mão de obra para atividades econômicas e militares que, para eles, não poderiam ser executadas por negro.

Na literatura as mulheres negras branqueadas, as mucamas, eram colocadas na casa grande, pelos senhores, para servirem a família branca, eram claras não somente na cor, mas nas maneiras, eram educadas para se “parecerem” o mais próximo com os senhores. Em alguns casos eram preparadas para serem vendidas. E havia todo um interesse comercial por trás do branqueamento daquela sociedade negra, como salientado anteriormente, processo que ainda persiste na atual sociedade, com dimensões diferentes. Hoje a imagem da mulher brasileira é representada pela beleza da mulata e da negra, que é vendida como produto nacional para o exterior. Sua imagem é explorada, sobretudo, na grande festa brasileira, o carnaval. Da mesma forma ela é explorada na indústria do sexo, principalmente por causa do estereótipo que recai sobre ela, de mulher “quente” sexualmente. Ainda havia os capatazes e os negros que cuidavam dos afazeres da casa, e estes recebiam também a denominação de escravo doméstico.

Hoje o espaço do negro na sociedade é demarcado por regras de conduta e competência, para justificar sua manutenção no meio da branquitude. Darcy Ribeiro tece críticas a respeito da situação do negro e mestiço na sociedade brasileira. Ele fala da “confusão” que gira em torno da miscigenação brasileira. Quando faz seu estudo sobre a formação da sociedade brasileira, observa que o “racismo brasileiro” não é formatado pela posição social do indivíduo, mas pela cor da pele. Ele diz que “Nessa escala negro é negro retinto, o mulato já é o pardo e como tal meio branco, e se a pele for um pouco mais clara, já passa a incorporar a comunidade branca” (RIBEIRO, 1995, p. 220, 223). Desde sempre o negro cumpre o desafio de lutar por sua identidade e dignidade, luta contra o racismo imposto pela escravidão. Darcy Ribeiro ressalva que “a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi, ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo da sociedade”. Outra face do racismo presente na sociedade é identificada por Frantz Fanon como a tentativa de desqualificação do negro, e acrescenta-se aí o mestiço e o afro-descendente. Quando se infunde na cabeça do indivíduo que ele é inferior ao outro, ou que não é humano, até ele internalizar essa ideia. Na íntegra ele diz

Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente o mundo branco, “que sou uma,

besta fera , que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnante, fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo”. Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer minha humanidade. (FANON, 2008, p. 94).

O sentimento expresso nas palavras acima mostra um tom revoltoso daquele que carrega o estigma do complexo de inferioridade, que sente na pele o peso da discriminação racial e do estereótipo, que desencadeiam o preconceito contra pessoas negras ou afrodescendentes.

Chiavenato (1999) aponta outra maneira pela qual se observa a prática do branqueamento na sociedade brasileira, no período colonial. Um costume que pertence à tradição folclórica do país e que, teve seu início na colonização brasileira, que são as congadas³³. Para o pesquisador a entronização do rei Congo era um malogro, uma vez que nas primeiras manifestações, no período colonial, a realeza era escolhida por policiais. Ademais, o festejo se parece com um arranjo da igreja católica, “permitir” aos escravos manifestar sua adoração, para evitar maiores revoltas da escravaria ante ao regime opressor em que viviam. Chiavenato afirma que o rei do Congo era escolhido dentre os “negros de alma branca”.

Com a “entronização” da realeza o senhor controlava a escravaria, alimentando entre os escravos o desejo de ser coroado, e ao mesmo tempo controlava a senzala impedindo possíveis rebeliões. Nesse caso o escravocrata usava a fé associada ao desejo da entronização. A figura mais emblemática na Congada é Chico Rei. Conta a lenda que Chico “fez uma grande festa com seus alforriados e patrícios, em 6 de janeiro de 1747, na capela do Rosário³⁴ na qual apareceram fardados e trajados como na terra natal” (VASCONSELOS, 2007, p. 37). No filme *Chico Rei* a festividade de Congo acontece nas cenas finais da reprodução fílmica (CHICO REI, 1985). As formas de tentar branquear a população brasileira assumem várias faces, algumas consideradas aqui nesse momento. Depois de

³³ Manifestação cultural e religiosa de origem africana celebrada em algumas regiões do Brasil. Inicialmente manifestada no Congo e Angola em celebração aos reis congoleses. Na cerimônia o rei e sua rainha eram coroados, por isso é sempre acompanhada de danças e músicas. Além disso o festejo traduz o sincretismo religioso, no culto à Santa Ifigênia (ou Nossa Senhora do Rosário), padroeiras católicas, com os ritos tradicionais de religiões africanas.

³⁴ No filme *Chico Rei* (1985) a santa mencionada é Santa Ifigênia. Segundo a História três santos são homenageados na Congada São Benedito, Nossa Senhora do Rosário dos pretos e Santa Efigênia ou Ifigênia. Uma igreja foi construída no cume de um morro, em homenagem a santa. Que também é chamada de Igreja.

muita luta ao longo de séculos, a questão da miscigenação tem figurado nos grandes debates em torno de questões raciais. Junto com essa temática há outras, que também estão inseridas na temática escravidão, que serão debatidas a seguir.

4. *REI NEGRO E CHICO REI: SUBMISSÃO E TRANSGRESSÃO*

A seção traz como proposta fazer uma análise, sob o viés comparativo, entre as narrativas *Rei Negro*, do escritor Coelho Netto, e a obra fílmica *Chico Rei*, dirigida pelo cineasta Walter Lima Junior, no atinente à atitude do herói escravo diante do domínio escravocrata. Para tanto aspectos relativos à vida da escravaria e seus senhores como: família, cultura, religião, bem como questões relacionadas, serão evidenciados. Para fundamentar a discussão teórica Fanon (2008; 1968); Chiavenato (1999); Munanga (2004); Del Priore (1999) além de outros estudiosos participarão dos diálogos sobre o tema e seus afins. Em todas as sociedades colonizadas, mundo afora, o uso da força e da dominação foi elemento essencial no comportamento do colonizador como afirma Fanon (1968) em suas considerações sobre a violência incrustada no processo colonialista. A colonização europeia deixou um rastro de destruição na estrutura social e cultural das nações colonizadas, que se reflete até os dias atuais. Segundo compreende Freyre (1978), representa um desarranjo na estrutura da sociedade indígena - a primeira organização social encontrada pelos portugueses no Brasil -, que tinha uma estrutura social e política simples em relação à europeia e à africana, embora com formação semelhante no tocante aos elementos formadores. Esse processo, violento por sua natureza, nunca se deu pacificamente, sem insurgência do colonizado, quer na categoria escrava indígena, quer na africana. Apesar de às vezes parecer que o oprimido se prostrasse ao sistema opressor, ele sempre reagiu de alguma forma.

A relação ambivalente entre proprietário e propriedade era estabelecida sob conflitos. Essa convivência foi primordial na estruturação da organização social de uma das mais antigas instituições do mundo, que é a família. E no período da colonização essa instituição foi fundamental para estruturar e solidificar a sociedade patriarcal vigente, moldada pela miscigenação das três “raças” formadoras da nação brasileira. É nesse núcleo que os aspectos religioso, cultural e social, sobretudo, são vivenciados pelas categorias humanas daquela sociedade. O modelo tradicional de família tal qual a conhecemos até os dias de hoje, foi trazido da Europa junto com os colonizadores. Um modelo de família centrado na figura do pai, dando-lhe um caráter patriarcalista, conforme asseverado por Del Priore (1999, p. 6) “um modelo de família constituído de pai e mãe ‘casados perante a Igreja’, que correspondia aos

ideais definidos pela Igreja Católica no Concílio de Trento”. E nesse eixo todas as relações se processam.

É a família a grande protagonista na história da sociedade humana. É nessa instituição que o indivíduo estabelece as relações com seus semelhantes, ou para bem ou para mal, seguindo as normas regulamentadas por suas lideranças. A historiografia e a literatura fazem abordagens sobre essas ligações interpessoais que têm a figura do patriarca como o eixo central, em torno da qual se submetem os demais indivíduos. Sob a chancela da Igreja Católica, que segundo Del Priore (1999, p. 8, 9) utilizou a família “como instrumento” para cumprir e difundir suas “normas e valores”, os senhores podiam agir com seus escravos como lhes conviessem. Eles tinham a garantia - como justificativa para o tratamento que dessem aos seus escravos -, de que a hostilidade da escravidão era uma forma de “salvar-lhes a alma” (CHIAVENATO, 1999, p. 25). A autora caracteriza a família patriarcal brasileira como

Uma grande família reunida em torno de um chefe, pai e senhor, forte e temido, impunha a sua lei e a sua ordem nos domínios que lhe pertenciam. [...] cuidava dos negócios e tinha absoluta autoridade sobre a mulher, os filhos, os escravos, empregados e agregados. (DEL PRIORE, 1999, p. 8).

Toda sociedade, desde as mais antigas, tem sua organização familiar, com sua cultura, suas normas de funcionamento específicas, de acordo com a época e a região a que pertencem. A historiografia reconhece diferenças nas estruturas familiares do período colonial, que não se diferem da atualidade, “famílias pequenas, famílias de solteiros e viúvos, famílias de mães e filhos sem pais, famílias de escravos” (Ibidem, p. 9). Instituição hoje sob mudanças em sua estrutura constituinte. Capistrano de Abreu, em suas considerações a respeito dos costumes da sociedade colonial, menciona como era a disposição habitacional dos indivíduos, afirma que “Nas proximidades *da casa grande*, moravam agregados, livres e dedicados” (ABREU, 1998, p. 203), corroborando assim com as ideias da formação familiar colonial. E sobre essa organização Sérgio Buarque de Holanda também revela que,

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e

das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com eles, a autoridade imensa do pater-famílias. (HOLANDA, 2014, p. 95, 96).

Ele ainda afirma que essa organização familiar “em tudo se comporta como modelo da Antiguidade”, ele esclarece que a palavra ‘família’ – do latim *famulus* – “se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão”, pois significa escravo doméstico. E é nesse contexto social que os conflitos se instalam, independente de tempo e espaço em que estejam inseridas. O modelo tradicional de família, trazido ao Novo Mundo pelos europeus, denominada família patriarcal, é o padrão das famílias dos objetos desta pesquisa. As famílias da obra *Rei Negro* apresentam estruturas diferentes. Apenas uma apresenta formação convencional da família patriarcal, que é a família branca. A sociedade do romance é composta por senhores, escravos e agregados. A escravaria, submissa à casa grande, a família do proprietário da fazenda e senhor de escravos. Essas categorias se organizavam economicamente em torno da cultura do café, que era a principal, somada a outras culturas, como cana e milho (NETTO, 1914, p. 10, 11).

Dos núcleos mencionados no enredo, quando as pessoas eram apresentadas nas cenas apareciam de maneira isoladas dos demais membros que têm uma convivência pessoal achegada, e as quais são definidas como membros familiares. Igualmente na obra fílmica *Chico Rei* a estrutura familiar é caracterizada pelo patriarcalismo. O eixo da instituição é a família branca, mas essa dentro da narrativa tem uma participação não tão significativa, em relação à da obra literária. No enredo é a família negra quem tem um destaque marcante. A estrutura familiar convencional é mais percebida na categoria escrava. Na branca apenas uma família se apresenta e, formada apenas pelo marido e esposa. Nas primeiras cenas da trama, que mostram a captura dos escravos, aparece uma família com seus membros constituintes – consanguíneos e não-consanguíneos -, formada pelo pai (rei Galanga), a mãe (rainha Djalô), uma filha (princesa Itulu), um filho varão (príncipe Muzinga) e seus secretários reais, que no Congo viviam no palácio fazendo parte da família real (VASCONCELOS, 2007), característico do sistema familiar ocidental. Assim como muitas famílias que eram capturadas na África e vendidas no Brasil, a da obra *Chico Rei*, também teve esse destino e, assim como tantas outras, teve seus membros separados ainda na travessia do Atlântico, interferindo assim em

sua estrutura. No caso de Chico, perdeu a esposa e filha na viagem. Ao chegar aqui no Brasil foi separado do filho, indo para destinos diferentes.

Para o branco era justificável qualquer tratamento hostil que fosse dispensado ao escravo, uma vez que se criou a ideologia de que o negro era “inferior”, isso conferia ao escravocrata o “direito ético de usar o negro sem considerar sua condição humana”, segundo salienta Chiavenato (1999, p. 73). Esse comportamento pautado no “direito” sobre o escravo, cravado de violência, é recorrente nas duas obras estudadas nesta pesquisa. A própria escravidão, enquanto instituição, já é em si uma violência, sem ser necessário esquadriñar o processo. Mas, quando se mergulha na escravidão, com todo seu rigor, se tem uma dimensão concreta do que foi essa instituição. E esse comportamento foi determinante para a inter-relação naquelas sociedades.

4.1 A rebeldia como resistência: revolução da senzala

A hostilidade nas relações entre senhores e escravos foi, sem dúvidas, um dos maiores responsáveis pelos conflitos sociais vividos entre essas categorias humanas. Esta subseção se propõe investigar nas famílias das obras *Rei Negro* e *Chico Rei* conflitos gerados a partir da dominação excessiva entre os indivíduos da narrativa, como esses desentendimentos interferem na inter-relação entre aquelas pessoas. Para apoiar as discussões pesquisadores como: Nabuco (2003); Fanon (2008; 1968); Pinsky (1994); Freyre (1978); Moura (1988); Chiavenato (1999); Del Priore (1999), Netto (1914) entre outros, também palestrarão sobre a temática.

Um dos aspectos que marcou o relacionamento dos indivíduos, nas respectivas narrativas, foi a violência incrustada, de todos os níveis e em todas as facetas da vida do escravo. Quando Fanon, em sua abordagem sobre *Os condenados da terra*, expressa sua posição a respeito da violência presente no conturbado processo de descolonização, insere que a hostilidade foi de todo destrutiva. Tanto para o indígena quanto para o africano a opressão determinou “a destruição das formas sociais” (FANON, 1968, p. 30), modificando também a sua condição de humano. Isso fazia o escravo viver temeroso e submisso à sua condição cativa, não porque aceitasse passivamente, mas porque vivia sob constante vigilância e ameaça lhe acendendo o sentimento de revolta, porque

embora submisso, era latente o desejo de rebelar-se contra aquela ordem estabelecida.

É quase que unânime se ler entre os pesquisadores da escravidão, que ela, por si só, é a personificação da violência. A escravidão é injustificável, embora os escravocratas tenham tentado justificá-la sob a aprovação da Igreja Católica³⁵. Pinsky (1994, p. 47) tenta realizar o sufrágio do escravo brasileiro nas suas impressões a respeito dos abusos dos senhores sobre sua “propriedade”, “Desprotegido, longe de sua terra de origem ou já nascido cativo. O negro ficava sujeito às explosões de gênio de feitores e senhores, às taras e aos sadismos, além de terem qualquer ato de protesto reprimido com violência”. Uma das consequências da escravidão era o sentimento de tristeza que tomava conta do escravo. As personagens das duas obras, *Rei Negro* e *Chico Rei*, conviviam com o sentimento de melancolia. A condição cativa a que eram submetidos confinava-os a viverem saudosos da África. O continente simbolizava liberdade e, se percebe isso na tristeza de Macambira “sonhando com a terra que não conhecera por haver nascido, [...] no exílio da escravidão” (NETTO, 1914 p. 42) e na expressão de Chico Rei “Muito longe, em Luanda,/ era bom viver” (MEIRELES, 1977, s/p.), por isso uma das formas de protestar contra a escravidão eram as fugas, segundo se compreende na afirmação de Edison Carneiro, sobre as insurreições, de acordo com ele

O movimento de fuga era, em si mesmo, uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O quilombo, por sua vez, era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos. (CARNEIRO, 1958, p. 13, 14).

A sociedade do romance *Rei Negro* era composta pela casa grande com a escravaria em seu entorno, típico das sociedades senhoriais nas colônias, segundo se percebe nas considerações de Sheila Faria, (s/d, p. 80) sobre a vida dos escravos nas fazendas agrárias daquele período, ela diz que “sempre as senzalas estavam localizadas muito próximas das casas de moradas dos senhores”. Os negros da fazenda Cachoeira – propriedade da narrativa – viviam distribuídos na vizinhança da fazenda, pois é possível perceber nas informações “Vizinhas da casa,

³⁵ Segundo Chiavenato (1999, p. 33) “A Igreja católica no Brasil defendeu os índios capciosamente [...] Os jesuítas deram a impressão de proteger os índios ao denunciar – com exagero, quando lhes convinha – os abusos dos escravistas. Os padres tutelavam os índios para ‘reluzi-los’ à fé católica”. Mas com o escravo africano a postura dos jesuítas foi diferente. Eles aprovaram o uso do regime opressor contra os negros.

[...], espalhavam-se as construções agrárias: paiões e tulhas, o moinho, o engenho d'água, chiqueiros, o aprisco e, ao alto o curral murado de taipa” (NETTO, 1914, p. 10). Eram escravos que cuidavam das obrigações da fazenda, nas roças, e da casa grande, nos afazeres domésticos, onde as negras desempenhavam, todos “humilimos, submissos como animaes” (Ibidem, p. 13). A menção de cidade é breve. A Barra onde a produção de café era vendida. Espaço com estrutura típica das cidades de romances daquele período: o armazém, o cemitério.

Na obra fílmica *Chico Rei* a sociedade é mais ampliada, formada por escravos negros, donos de minas, militares, o governo, em um entrecruzamento que impulsiona as ações das personagens, *Chico Rei*. A figura do herói negro se projeta, desde o início da trama, no núcleo dos conflitos. Em todas as facetas da narrativa, ações regadas à violência são recorrentes. A captura dos negros na África, o confinamento no porão do navio, a humilhação e os açoites praticados pela tripulação, os abusos sexuais, a castração do negro Galanga, a humilhação pública na exposição dos escravos à venda, são algumas formas de crueldade exercidas contra seres humanos já totalmente dominados.

As impressões do filme são narradas pelo akpalô – contador de estórias - Quinderê, que aparece nas primeiras cenas do filme e, segundo se sabe “sobreviveu a Chico”, e o padre da tripulação do tumbeiro que trouxe Chico e sua família. Este faz uma reflexão crítica da escravidão, questionando os atos da Igreja nos tratos com os escravos. Rompendo com os ideais do colonizador junta-se aos escravos fugidios e vai viver no quilombo. Outra atitude violenta praticada pelo colonizador é o preconceito que inferioriza o escravo. Preconceito tão combatido por Fanon (2008) em *Pele negra, máscaras brancas* – o escritor martinicano foi leitura obrigatória de Walter Lima Junior, em pesquisas sobre a relação do colonizado e colonizador para a elaboração do roteiro de *Chico Rei* -. Dentro da narrativa há uma atitude que se assemelha à postura de alguns racistas da atualidade, de chamar negro de “macaco”, estereotipando o escravo Muzinga, dessa forma inferiorizando o negro violentamente, na sua humanidade. O jovem teve que fugir e lutar por sua sobrevivência, uma vez que sua relação com seu dono foi problemática desde o início do convívio (CHICO REI, 1985).

Sheila Faria infere que muito do que se encontra na historiografia a respeito da vida do escravo, é sob a ótica do viajante estrangeiro que viajava pelo Brasil no período colonial e, que, portanto, sugere ela, com caráter tendencioso. As obras

mostram que os excessos eram desnecessários, fosse de que natureza fosse. Por exemplo, a pesquisadora diz que em alguns registros, textuais ou pictóricos

Retratava-se o escravo acompanhado de correntes ou de colares punitivos ao pescoço, descalços, seminus ou em situações de castigo, amarrados a troncos e chicoteados. Também foi comum a imagem do negro no trabalho, sempre braçal, pesado, extenuante, em algumas delas, homens negros carregando liteiras, [...] carregar como animal de carga um semelhante. (FARIA, s/d, p. 79).

Na obra fílmica é assim que o escravo é apresentado, completamente dominado pelo sistema escravocrata, acorrentados e tocados como feras, sob constantes ameaças de feitores, contrabandistas, descalços, seminus, amarrados e chicoteados no tronco. Também tratados como mulas, carregando nos ombros os senhores, trabalho dispensados a animais de cargas. Nas minas a vigilância dos feitores era acirrada. No interior das grutas os escravos trabalhavam cantando, para evitar esconderem ouro dentro da boca e, ao término do turno de trabalho eram revistados na saída, para saber se estavam roubando ouro em algum orifício do corpo. Foi dessa forma que Chico conseguiu ajuntar ouro, que o tornou depois um homem de fortuna. Conduta do congolês, expressada por Meireles (1977, s/p) “guarda na carapinha, negra, /o véu do ouro em pó!”, e citada por Chiavenato (1999, p. 44), “Nas minas, os escravos furtavam bastante. Furtavam pedras preciosas e ouro em pó”, segundo ele o objetivo não era comprar liberdade, mas alimento. Contrário ao objetivo do roubo do congolês, que com o ouro escondido na carapinha, acumulou certa fortuna, que no devido tempo usou para se associar a uma Irmandade³⁶ de negros e comprar a alforria de muitos escravos. Além disso, conseguiu comprar a mina Encardideira, de seu senhor, que fê-lo ficar rico, tornando-se o primeiro escravo dono de mina (CHICO REI, 1985).

Em *Rei Negro* a rotina da fazenda agrária não era menos severa e humilhante que a da mina. Os escravos cumpriam o ritual típico das fazendas dessa categoria, daquele contexto. No trabalho braçal, na roça, ou na casa grande,

³⁶ As Irmandades negras são instituições religiosas que, no Brasil, surgiram no século XVIII, na região mineira. Desvinculadas do catolicismo acolhiam pessoas, sem exigência genérica ou étnica. Era um espaço de sociabilidade e onde os africanos podiam praticar sua cultura e religião. Acolhiam vários santos padroeiros como, por exemplo: Rosário, Ifigênia, Benedito, Conceição, Carmo, Mercês, Francisco, Gonçalo, José, entre outros, sem o controle da igreja católica e intervenção do Estado. As irmandades dos negros tinham autonomia adquirida para libertar escravos - desde que à venda -. Era também um espaço em que os negros podiam praticar sua cultura e adoração livremente. Para o estado era uma forma de manter o controle sobre os negros e evitar revoltas.

cumprindo funções ligadas à casa, como a de Balbina que era “Encarregada do chiqueiro”; Macambira, que cumpria as funções de feitor e tropeiro (NETTO, 1914, p. 19, 20, 39), todos tinham obrigações delegadas pelo amo, e as cumpriam como uma espécie de troca pelo espaço em que viviam. Embora as duas obras tenham sido idealizadas por não escravos, não negros, mas a representação da realidade é verossímil.

Outro aspecto que vale ressaltar nesta pesquisa diz respeito ao campo inter-relacional, no qual os conflitos desencadeados entre os indivíduos, daquelas respectivas sociedades, determinam a convivência entre eles. A dinâmica das relações era hostil, na maioria das vezes. E existia uma razão – justificável para o escravo - para ações de rebeliões e hostilidade contra seus senhores, pois estes munidos de direitos, excediam no tratamento dispensado ao escravo. “Para o proprietário de escravos, estes eram vistos antes como propriedade do que como seres humanos. [...] no sistema escravista era permitida aos proprietários práticas de coação física para fazer com que o escravo ‘cumprisse a sua obrigação’”, objeta Pinsky (1994, p. 46, 47). Em *Rei Negro* são inúmeras as cenas de violência física, psicológica e moral, que cerceia o valor humano do escravo. Retomando o que já fora mencionado, escravidão em si já se constitui uma das maiores violências praticadas contra seres humanos, esquadrihá-la aqui se faz necessário, por causa da proposta da pesquisa.

A desigualdade social, na sociedade escravocrata do romance, não é um capítulo à parte, é de fato o principal. A família branca morava ricamente bem, em uma casa belamente descrita, rodeada de jardins floridos (NETTO, 1914, p. 7-9), cozinha farta com gordas e suculentas “guloseimas, desde os sequilhos, em fôrma de amendoas, até os gordos, abananados bolos de mandioca puba” (Ibidem, p. 14). Esse costume de fartura e gula na colônia portuguesa brasileira é comentado por Freyre (1978, p. 250), que mostra a influência das três “raças” na culinária brasileira. Naquele período a diferença na mesa já era bastante acentuada. O escravo preparava as delícias da cozinha, mas quem se refestelava eram os senhores. Para os que trabalhavam na roça, que desempenhavam as tarefas mais pesadas no beneficiamento, a alimentação para a faina era um “café aguado” com “broa ou mandioca” (NETTO, 1914, p. 13). Pinsky descreve com autoridade a rotina que começava de madrugada, com a revista do feitor ou do dono para então seguirem rumo à plantação. O cardápio do almoço, por exemplo, “constava de feijão, angu de

milho, abóbora, farinha de mandioca, eventualmente toucinho, ou partes desprezadas do porco – rabo, orelhas, pé, etc. – e frutas da estação como bananas, laranjas e goiabas.” (PINSKY, 1994, p. 36). Enquanto o escravo trabalhava duro para prosperar a propriedade,

Manuel Gandra, de brim, botas de couro crú, chapéu de palha de largas abas, descia vagarosamente as escaleiras de jardim, com olhares de dono, [...] E ali ficava até a hora do almoço, interessado nas flores, abençoando velhos negros que passavam arrastando os pés inchados e esponjosos ou moleques que lhe saíam à frente com ar idiota, maltrapilhos e sujos, ramelentos, estendendo a mão magra em gesto simiesco, com o corpo negro gisado d’arranhaduras. (NETTO, 1914, p. 14, 15).

A cena descrita mostra a disparidade social entre as duas categorias. Mostra também o sentimento de inferioridade, muito reclamado por Fanon (2008), que pesava nos ombros do cativo, o qual literalmente lhe curvava a postura física. A presença do senhor informava ao escravo que ele era sua propriedade, portanto, tinha a obrigação de ser humilde e submisso.

Em *Chico Rei* o comportamento hostil, igualmente, era recorrente nas relações entre senhores e escravos. Assim como na estrutura social da obra literária, na sociedade da narrativa fílmica os papéis dos indivíduos eram bem definidos. Mas, o eixo espacial das ações tinha uma dimensão mais expandida, incluindo a costa na África, onde os escravos eram embarcados - com entreposto e travessia ultramarina -, mercado de vendas de escravos, a vila, com suas respectivas repartições públicas – o banco, o governo, a irmandade - a mina, a fazenda e o quilombo. Nas duas obras a incidência de violência é dominante. No filme há várias formas de repressão que é peculiar ao regime escravocrata, bem salientadas por Pinsky, quando aprofunda suas pesquisas nos mais diversos meios usados, pelo escravocrata, para castigar o escravo, ou simplesmente para exercer o poder que, hegemonicamente lhe era conferido. O pesquisador dá uma dimensão da barbárie praticada contra o escravo, ele revela que “As descrições dos crimes registrados [...] dão-nos uma ideia de quão bárbaros podiam ser os senhores no seu poder sem limites sobre outros seres humanos” (Pinsky, 1994, p. 52).

No filme a presença da violência verifica-se nas cenas iniciais, que são desenhadas na narração de Quinderê. Negros fugindo acorrentados e encapuzados; famílias escravizadas sendo tocadas para entrepostos acorrentadas, açoitadas,

encurraladas por cães e sob mira armada de traficantes; o batismo católico; o porão do tumbeiro apinhado de cativos, sem condições humanas de estadia, sob a violência dos açoites, embora acorrentados sem condições de reagir contra; as humilhações dos marujos imposta aos homens e a violência sexual contra as mulheres; a castração do herói; a separação dos escravos no mercado de vendas e leilões; a coação como meio de repressão; o estigma e o preconceito contra o escravo; perseguições em fugas de escravos são algumas formas de violência presentes na narrativa *Chico Rei*.

Para estruturar a narrativa com elementos que desse um caráter verossímil e, para que pudesse agregar outros que impulsionassem o enredo, Walter Lima Junior recorreu a alguns elementos factuais do período colonial, segundo informa Mattos (2001). E esse fato deve ser observado, porque há algumas cenas no filme que mostram, nas relações entre os brancos, episódios com forte presença de violência. A sociedade de Vila Rica enfrentava problemas por causa do declínio do ouro nas minas gerais. Os pesados impostos cobrados pela Coroa portuguesa, os ideais revolucionários começam a se proliferar entre a sociedade política, que já estava dividida. Assassinato de líderes revoltosos e os mineradores que se sentiam extorquidos pelo governo, são alguns dos graves problemas que desorientavam a sociedade mineira da época. Meireles (1977, s/p) expressa essa situação nos versos iniciais do “romance VIII” de seu *Romanceiro da Inconfidência*: “Vamos cavar a terra, povo,/ entrar pelas águas:/ O Rei pede mais ouro, sempre,/ para Portugal”. Esse foi um dos estopins que deflagraram os conflitos, que barraram aquele sistema escravocrata, resultando na tortura do major Seixas dono da mina Encardideira e senhor do herói da narrativa – fazendo referência à Ditadura Militar– e, a execução do líder branco Felipe de Freitas, acusado de conjurar contra El Rei (CHICO REI, 1985).

As dinâmicas dos fatos, no enredo das narrativas, se correlacionam, apresentam a mesma temática, no entanto, cada uma com suas especificidades. A relação entre as personagens da obra coelhonettiana é, em toda a sua extensão, marcada pela hostilidade. Agressividade, provocações são algumas tendências violentas comum na sociedade do romance, ocasionadas principalmente pela condição escravizada em que viviam. No que tange a esse aspecto percebe-se uma divergência entre as duas obras. No filme não se observam cenas de violência entre negros, mas entre brancos. Em *Rei Negro* a relação entre os negros se processava

em “campo minado”. Macambira, soturno sempre a reclamar com sua gente, não porque não gostasse dela, pois, “Solidário com a gente negra, sempre e em tudo por ella, só não lhe soffria as immundicies da luxuria. Revoltava-se contra a raivação damnada que a bestialisava” (NETTO, 1914, p. 52), mas porque não admitia o comportamento promíscuo de sua gente.

4.1.1 O minado terreno das relações

A subseção tem o objetivo de fazer uma abordagem sobre as relações interpessoais entre a casa grande e a senzala, ressaltando os conflitos que determinam a dinâmica das relações. Para teorizar as discussões Pinsky (1994); Fanon (2008); Chiavenato (1999); Viotti (1988), juntamente com outros pesquisadores, também farão considerações acerca da temática. Em *Chico Rei* os insultos provocativos são dirigidos de branco para negro e de branco para branco, com exceção do episódio da travessia, em que alguns membros da tripulação do navio humilham os negros, porque tal comportamento é típico do sistema escravocrata. Em *Rei Negro* essa postura é costumeira entre os escravos da fazenda Cachoeira, e em algumas cenas descritas, os senhores também se envolvem em tais comportamentos, como será visto em outro momento. Expressões como: “muxiba”; “negro perrengue”; “capão”; “pamonha” (NETTO, 1914, p. 54, 55) eram dirigidas a Macambira pela negra Donaria - alcunhada de *Vaca brava* –, além de gestos obscenos, como forma de provocar o escravo à briga. Às vezes ele não aceitava a provocação e ignorava, “Macambira sentia-se melindrado com a bruteza, [...]. Era sua gente, os da sua raça que se depravavam” (Ibidem, p. 56), outras vezes ele retaliava às humilhações e provocações de sua gente. As reações à rigidez do cativo eram diversas, mas mesmo quando parecia que o escravo aceitava, por não retaliar, de alguma forma ele reagia contra a opressão e os maus tratos.

O cativo e a condição escrava colaboravam para endurecer ou amofinar aquelas pessoas, como é possível notar no desabafo da escrava Balbina: “Sentou-se muito encolhida, com os cotovellos nos joelhos, o rosto encravado nas mãos e ficou sorumbática. [...] Ah! tempo... Um suspiro levantou-lhe o peito. Poz-se a resmungar um canto triste” (NETTO, 1914, p. 276, 277). Balbina e Donaria reagiam de maneiras distintas à crueza da escravidão. Pinsky (1994, p. 49) salienta que “Mais uma vez a condição a que o negro foi submetido e os hábitos adquiridos a

partir disso aparecem como vícios inatos ou característicos da raça”, a estereotipação do negro também contribui para esses comportamentos.

As personagens de ambas as narrativas são vítimas do essencialismo, do preconceito, da estereotipação que canalizam as impressões do indivíduo para a violência, às vezes bloqueando a relação entre eles. O processo de colonização promoveu o genocídio, sobretudo, da essência humana, como bem o disse Fanon (2008, p. 94) “O homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me expira qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo”. Na narrativa coelhonettiana são poucos os momentos em que se percebe a suavidade nas atitudes e compreensões das personagens. São muitas as cenas em que a violência é costumeira. Na cena

O pequeno esganiçou, mas a negra, frenética, levantando-o nos braços, esfregou-lhe o rosto pelo corpo como a farejá-lo gulosa. [...] E triunfante, levantou a criança nas mãos, como para mostra-la ao sol, aos montes, ao arvoredo, á natureza toda numa necessidade perversa de testemunhas para sua vingança. (NETTO, 1914, p. 316, 317).

É possível sentir o ódio da escrava pelo negro, a sensação doentia de descobrir onde atingir o outro, mesmo que para satisfazer-se ela passe por cima da decência e, inescrupulosamente usa um incapaz para provocar o escravo. Na mesma intensidade de perversão ela agride a escrava Balbina, com ódio voraz as duas entram em embate físico

[...] vendo Balbina [...]. Quiz recuar, esconder-se, mas a negra descobriu-a, rugiu assanhada:
Sê! Sê aqui, sô diabo! Qu'é qu'ocê tá chêrando ni casa dos ôtro, muafa? É cachaça qu'ocê ta caçando, vagabunda? [...] Ruma d'ahi, sua ladrona [...], sem dar tempo á negra de defender-se atirou-lhe ás mãos ao peito derrubando-a. [...] A negra gania empastada em lodo, aos reboleios, com os braços pela cabeça defendendo o rosto [...] agachou-se e, ajoelhando-se-lhe no peito magro poz-se a esbofeteá-la e esmurra-la ás punhadas. (NETTO, 1914, p. 318-320).

Em outro episódio, em que a presença do conflito entre os escravos é acentuada, o leitor consegue sentir a deterioração da dignidade do negro em detrimento da escravidão. Depois da morte da esposa o escravo passou a ser ridicularizado na senzala, “vozes, risos” eram constantes quando viam Macambira. A choça que as negras faziam aumentava a fúria no negro. Em uma dessas ocasiões as agressões verbais e físicas fizeram o triste espetáculo. Um grupo de escravas,

quando viram o rapaz começaram a cochichar, mas com medo da reação dele cessaram. Mas, Donaria aproveitou o momento para troçar o rapaz com provocações “Antonce a gente não podi ri? [...] Como para afrontar ao negro adiantou-se ao bando, apanhou no chão um galho e, agachando-se, [...] desatou a rir. As outras não se contiveram e espocaram á gargalhada” (NETTO, 1914, p. 366, 367). Vendo que conseguira seu objetivo, de caçoar e irritar o negro, a escrava continua com os insultos, mas o escravo reage

- Sês fugiu p'ra ri? Uai! Sinhô não se importa qu'a gente ria quanto mais... O negro arfava seguindo, com o olhar em fogo, os movimentos da cabrocha. De repente, arrancando-se de onde estava, a passo largo e decidido, enfrentou-a interpelando-a com desabrimento:

-Sê qué tomá pagode cummigo? qué? Sê ta mangando? diz! Sê não s'imenda mêmo, sua porquêra? Q'ué qu'ocê tem di ri? A negra encarou-o, mediu-o dos pés à cabeça retorcendo os beiços com desprezo:

- S'a genti ri é porqui tem di quê,

- Cumu é? Indagou em tom de fúria, corcoveado e, sem mais, abotoando-a pela camisa, sacudiu-a aos sacalões, rasgando-a e a cabrocha, aos boléos, injuriava-o, cuspiu-o, mas atingida por uma bofetada, atordoou, perdeu o equilíbrio, rolando sobre um canteiro. Macambira levantou o pé e tel-a-ia açacanhado se ella, com ligeireza de cobra, não escapasse agil insinuando-se no bambual. [...] O negro mirou-a com desprezo [...] e disse-lhe com a voz em silvo, um dedo hirto, quasi a espertar-lhe a cara:

- Oia, sê vai inchendo, vai inchendo até um dia. Tanto faz cadeia cumu senzala, ta uvindo? Assumpta bem no qu'eu to dizendo. Eu t'estripo! Eu t'acabo c'a raça! Vai rindo! Porquêra! (NETTO, 1914, p. 368, 369).

São pessoas que viviam “no limite de sua resistência”, nesse caso, psicológica, conforme salienta Pinsky (1994). Um sofrimento que ia além dos maus tratos físicos, a própria condição escrava justificava o infortúnio do escravo. A deterioração das relações entre os escravos era motivada pela opressão da escravidão. A exposição dos escravos à hostilidade dos senhores, ao ritmo servil do sistema escravocrata, ao isolamento e o banzo – para aqueles que viveram na África, principalmente – eram, sem dúvidas, os principais responsáveis por esse processo corrosivo. Chiavenato (1999, p. 114) explica o porquê dessa postura ácida entre os escravos. De acordo com suas considerações “A escravidão deturpou a consciência crítica do escravo, que passou a agir e a ser estritamente o que era: escravo massacrado física e psicologicamente pelos padrões das classes dominantes”. Nas duas narrativas o contexto predispunha a esse problema.

O escravo do romance virou peça descartável na sociedade da fazenda Cachoeira. Enquanto o negro alimentava o ego do patrão, ele era tratado com diferença em relação aos demais escravos. Essa postura era comum entre os senhores de escravos do período colonial. Na película *Chico Rei* há uma cena no mercado de leilões de escravos, em que o proprietário de escravos vai a procura de um escravo jovem, a quem chama de “macaco”, para substituir um escravo já idoso e, sugere ao leiloeiro a compra do novo deixando o “velho” no negócio. O negociante avaliou o velho escravo e disse que “ainda dar pra enxada” (CHICO REI, 1985), situação mencionada por Chiavenato (1999). Enquanto tivesse em condições físicas de trabalho, o negro era incluído naquele sistema escravista. Uma vez que não pudesse mais cumprir com a função de força de trabalho, o escravo era de alguma forma, “eliminado”.

Na fazenda Cachoeira, Macambira era o homem de confiança do fazendeiro. Era feitor e tropeiro, fazia despacho do café na cidade. Era líder respeitado no grupo e, convenientemente, considerado pelo patrão. Quando Gandra percebeu que poderia perder o escravo, que administrava as finanças da propriedade, “começou a se preocupar, com receio de que o negro lhe falasse em liberdade, propondo-lhe o resgate”. O fazendeiro sabia que o negro tinha uma “vaga fortuna”. Pensou que se recusasse por meios legais corria o risco de ter problema com fuga do escravo, ou mesmo na “intervenção da justiça”, por isso “foi para evitar um de tais desenlaces que, depois de muito pensar, decidiu-se astuciosamente pelo casamento do negro, prendendo-o pelo coração” (NETTO, 1914, p. 59, 61). Aí começou um processo de negociação que o senhor “propôs” ao negro e à mulata, pois o escravo relutou à ideia do casamento, embora gostasse da mucama.

- Vamcê vai vê a caçoada qui vão fazê.

[...]

- Elles sabem com quem se metem e conhecem-me. [...] E eu não vou forçál-a, Ella ha de ir por sua vontade, e contente. [...] Entendo-me com o vigario e arranjamos a coisa na primeira missa de Abril.

[...]

- Qual pensar! Pensar quando não se conhece a mulher.

[...]

- Então que é isto? Vocês perderam a fala? E tu, rapariga...? A mulata deu d’hombros mollemente, com um sorriso contrafeito.

- Eu sei... O que meu senhor fizer está feito. Meu senhor manda. (NETTO, 1914, p. 70, 71, 72, 98).

Depois de conseguir com que o escravo concordasse, e de pressionar a mucama a aceitar, o patrão finalmente satisfeito, fez todos os arranjos da cerimônia, deu a casa e a festa de casamento de presente para os nubentes. Mas, esse clima de “bondade” foi passageiro, acabou junto com a morte da mucama.

Depois de um tempo o escravo começou a faltar no trabalho, se ausentar do convívio habitual na fazenda. “A mata era asylo de Macambira, [...] passava os dias errante, batendo estradas” (NETTO, 1914, p. 394). Relapso, passava o tempo maquinando o revide contra os senhores. Usou sua fortuna para preparar sua vingança. O fazendeiro já não se incomodava, para ele o negro não representava ameaças.

Ainda, por vezes, apresentou-se na fazenda, postando-se á porta do escriptorio, á espera de ordens, mas diante do desprezo de Manuel Gandra e sabendo que Tiburcio fora chamado para substituil-o, nunca mais apareceu,

- Macambira ganhô mundo, diziam na roça.

- Quá nada. Ta hi mêmo. Sinhô é qui não qué pegá elle, sabe qui ta maluco, i p'ra quê?

[...] Gandra, convencido de que o negro ensandecera, desistira de perseguil-o e, se falavam n'isso, dava d'hombros, resignado com o prejuízo. (NETTO, 1914, p. 395, 396).

Todo esse processo de desconstrução da identidade do negro, cumpria o propósito de desqualificá-lo como humano. O negro, antes altivo, embora submisso, de repente vê sua estrutura física, moral, social ser destruída por causa de interesses alheios. Essa postura não é percebida com a mesma proporção na outra narrativa. Em *Chico Rei* o interesse gira em torno da adesão de Chico à Irmandade e à compra da liberdade dos escravos. Com o ouro afanado da mina Encardideira o escravo usa para se filiar à confraria e depois comprar a alforria de seus irmãos. Esse costume era recorrente nas minas, conforme informa Chiavenato (1999, p. 44). Segundo ele “Nas minas, os escravos furtaram bastante. Furtavam pedras preciosas e ouro em pó”, além de manterem um comércio clandestino nas minas com o produto do furto. Talvez o costume desse tipo de negócio, nos garimpos atuais, remonte a essa época. Além das negociações feitas por Chico e membros da irmandade outro momento em que se ver essa postura entre as personagens é quando o padre tenta persuadir o jovem Muzinga a deixá-lo ir para o quilombo, pois

o religioso estava a fugir das responsabilidades que o obrigavam a cumprir com os sacramentos que anulava a fé e a cultura dos africanos (CHICO REI, 1985).

Em *Rei Negro* Coelho Netto preserva o costume da descrição ao detalhar as ações violentas nos gestos, nas palavras e na postura física das personagens. Essa é uma diferença observada nas narrativas, uma em relação à outra. Walter Lima Junior não aprofunda as cenas de violência, fica por conta da imaginação do telespectador realizar os detalhes de agressão. Um fato semelhante ocorre nas duas obras, envolvendo violência sexual, cada narrativa explora o episódio de forma peculiar, aproveitando o espaço narrativo específico. Em *Rei Negro* a mulata Lucia é tocada pelo sinhozinho no caminho de casa,

Bateu-lhe o coração pressago. Estacou indecisa, encarada no moço que sorria cynicamente vergastando o matto com uma vara de goiabeira.

Olharam-se um momento e Ella, sem pinga de sangue, tremula, desamparada num ermo como aquelle [...]

- Eu quero passar, nhô Julinho. [...]

- Que é, sua porca? Não queres que te vejam commigo por causa de Macambira? E desprezível, com asco: Não tem vergonha... uma rapariga quasi branca casar com um negro...

Julinho tomou-lhe a frente, deu um safanão ao casaco, sacou da cava um punhal. [...] ameaçou-a com voz surda, apontando-lhe a arma ao peito: Olha Ignacia...! Olha Ignacia! Ella recuava espavorida, a boca aberta em hiato, batendo as mãos num frenesi de medo, gaguejando um choro de criança.

[...] Voltou-se lesta, afogueada, em attitude de defeza, mas estarreceu vendo luzir a lâmina.

[...] por fim, raivoso, subjugando-a, Julinho poz-lhe um joelho no ventre, apertou-lhe a garganta com furor homicida. [...] Debateu-se em escabujamentos evitando-lhe os beijos, cuspidando-lhe á face, ameaçando mordel-o, mas a vista turvou-se-lhe nublada, o coração cresceu-lhe no peito, sentiu uma angustia mortal... (NETTO, 1914, p. 180-183).

No romance o leitor consegue sentir a angústia da luta da escrava tentando se livrar da força do sinhozinho, à medida que avança na leitura. A cena de violência sexual, na reprodução fílmica, praticada pelo atravessador contra a escrava rainha, se configura uma das mais intensas da película, por causa da carga emocional que

extraí do telespectador, embora as cenas visualizadas não sejam detalhadas, quanto o é a do romance. Primeiro ele debocha e a humilha tentando branqueá-la – tentando vesti-la com vestidos e botar peruca loira em sua cabeça -. Tenta dominá-la com um chicote, mas ela reage tomando-lhe o instrumento das mãos e com ódio voraz investe tentando açoitá-lo. Há uma luta corporal, na qual ele sai vencedor e consome o crime hediondo, e para intensificar o nível de violência, ela é jogada ao mar juntamente com outras mulheres, para aliviar a carga da embarcação (CHICO REI, 1985).

Outra cena reproduz a humilhação da exposição do corpo feminino à curiosidade pública, quando no mercado de vendas de escravos, o leiloeiro exhibe a escrava com os seios nus e tocando-os, mostra ao propenso comprador que ela é uma mercadoria de qualidade. Talvez a brevidade da cena se justifique pela diferença nas abordagens das narrativas, pelo propósito de não aprofundar a questão, ou pela natureza da escravidão, que já é violenta por si só, dispensando assim os detalhes chocantes. A reprodução fílmica aproxima a realidade ao indivíduo, através do visual e do sonoro (BENJAMIN, 1985), a literária pela tradição do descritivismo.

A relação entre senhores e escravos era mantida pelo interesse da categoria dominante, o que às vezes fazia parecer ao escravo que o patrão era alma boa. Interesses pessoais circulavam entre a casa grande e a senzala. O interesse da outra parte era sufocado pelo preconceito e exercício de poder do colonizador. Costa (1988, p. 84) ressalta que “relações ambíguas e contraditórias uniram senhores e escravos”, e acrescenta ainda que “se os senhores conheceram a revolta do escravo, também conheceram exemplos de devoção e lealdade aos quais procuravam recompensar generosamente”, pois isso estimularia outros escravos a serem submissos. Se depreende de suas palavras, que nessa relação conflituosa se salvam algumas raras situações de relação amistosa entre as duas categorias. Situação similar à mencionada por Costa é recorrente no romance coelhonettiano. O herói cativo respeitava a hierarquia, como se percebe no trecho “O escravo entrou respeitoso, pediu a bênção” (NETTO, 1914, p. 66). E mesmo quando fora ferido na honra, pelo filho do patrão e, se esperava que deixasse de lado o respeito, fazendo fluir a revolta de homem e de escravo, ele age tomado pela emoção da notícia da morte da esposa e, de maneira resignada procura o senhor, em clima tenso:

- Suns Christo!

- Entra. Olharam-se em silêncio, a fito.

[...]

- I Lucia, sinhô! O fazendeiro encarou-o um momento interdito; deu d'hombros e, pondo o charuto à beira da mesa, suspirou:

- É verdade! Quando Balbina procurou-me já ella estava morta. Uma pena!

[...] O negro mantinha-se cabisbaixo, immovel.

[...] – I sinhô viu? perguntou o negro, como desconfiado. Gandra levantou a cabeça de golpe, encarou-o severo, affirmando em tom energico:

- Sim, vi! Como não!? Porque?

[...]- E não comes?

- Não tenho vontade. Sinhô não quer mais nada?

[...] Então vamcê dê licença. Benção!

Macambira sahiu lentamente, como vergado a um grande peso e foise. (NETTO, 1914, p. 338-341).

Não se pode afirmar que o escravo não tinha, fervendo em si, um imperceptível e latente desejo de vingança, contra o sistema servil que oprimia a ele e seus irmãos. Que quando fosse provocado, essa vontade tornar-se-ia fértil e ele vingaria a si e sua gente. Isso de fato acontece. Depois que fica sabendo as circunstâncias da morte da esposa, o comportamento do escravo, antes submisso, muda radicalmente. A conduta de empregado aseado, dedicado aos afazeres da profissão, muda para um Macambira em “desalinho, tão mudado nas feições que parecia ter vindo de esforçado trabalho ou de luta renhida. [...] Uma mulatinha suspendeu o serviço, espantada d'arrogancia do parceiro, que olhava d'alto, carrancudo” (NETTO, 1914, p. 358). Ele se isola do convívio habitual com os demais escravos, se refugia no mato e passa a viver solitário, na fronteira entre a sanidade e a loucura. Começa a apresentar um comportamento tresloucado, observado na descrição da cena:

Macambira caminhava a passo, abstrahido, deixava-se ir como um somnambulo. [...] o negro descia resmoreando, gesticulando. Por vezes parava cabisbaixo repuxando um galho d'arvore, arrancava folhas e ficava a enrolal-as sorrindo ou de cenho fechado. (NETTO, 1914, p. 366).

O estrago que a pressão e opressão da escravidão fazia no escravo era previsível, comprometendo sua estrutura psicológica. E como resposta – estimulada

pela opressão – o escravo transgride com a ordem imposta pela instituição escravista. Entre as várias formas de resistência³⁷, ao cruel sistema escravista, as fugas do cativo eram uma das mais comuns, conforme salientado:

No Brasil, tal resistência assumiu diversas formas. A desobediência sistemática, a lentidão na execução das tarefas, a sabotagem da produção, e as fugas individuais ou coletivas foram algumas delas. Fugir sempre fazia parte dos planos dos escravos (ALBUQUERQUE; FRAGA, 2006, p. 117).

Essas fugas, em sua maioria, tinham como destino os quilombos³⁸, que até os dias atuais representam o símbolo de resistência à escravidão, conforme salientado por Moura (1988). No aspecto resistência a dinâmica é diferente nas

³⁷ A historiografia está repleta de registros sobre a prática da violência na escravidão do período colonial. A truculência e os excessos no trato com os escravos eram chancelados pela igreja Católica. A legislação portuguesa vigente foi fraca, porque apenas exortava aos proprietários que evitassem os excessos (PINSKY, 1994, p. 46-48), não fiscalizando e punindo energeticamente os infratores, que desconsideravam e exageravam nos maus tratos. Os castigos, fugas, repressão e vinganças são ações caracterizadoras do sistema escravista. Desnecessariamente os senhores cometiam violência física, psicológica, social, moral contra o escravo cativo. O historiador expõe as formas de castigos cometidas contra os escravos e os instrumentos usados: “Correntes, gargalheira, tronco, algemas, peia, máscara, anjinho, bacalhau, palmatória, golilha, ferro para marcas, além do calabouço e a pena de morte”. E Chiavenato (1999) também denuncia as práticas de violência e a reação dos escravos. Os opressores usavam: correntes, calceta, vira-mundo, açoitamento com salmoura depois, escravos besuntados com azeite ou mel e jogados às formigas, abelhas e marimbondos. Como reação os escravos cometiam suicídio comiam terra, enforcavam-se, afogavam-se, jogavam-se de montanhas; mães matavam os filhos para não serem assassinados pelos senhores, abortavam forçadamente além de revoltas, fugas, assassinatos de senhores entre outras.

³⁸ Moura (1988, p. 103) salienta que “O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. [...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. [...] Constituíam-se um fato normal dentro da sociedade escravocrata” Ele ainda afirma que “Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.”

A esse respeito Pinsky (1994, p. 56) também coloca que os negros fugiam, por vários motivos, pó exemplo, por causa dos maus tratos, ou porque quisessem gozar de liberdade por algum tempo – porque sabiam que a qualquer momento poderiam ser capturados -. Nem sempre os fugidios se aquilombavam, segundo ele há notícias de “alguns negros fugidos ficassem rondando a fazenda de origem, a qual às vezes assaltavam para conseguir comida, roupa e até companhia”.

O quilombo mais importante da história da escravidão foi o de Palmares, segundo o pesquisador Carneiro (1958) sustenta e que representou uma unidade nacional com sede governamental e que era símbolo de liberdade para os negros fugidos de fazendas agrárias. Em seu estudo ele descreve outras insurreições tão importantes na história quanto foi palmarina, por exemplo, as *revoltas malesas*, que tiveram um caráter religioso, das etnias hauçás – 1807, 1809, 1813, 1816 -, dos nagôs – 1826, 1827, 1839, 1835 -; *A Guerra da Balaia* 1838-1841, (ou insurreição de Manuel Balaio), incida no Maranhão. Um movimento social com adeptos de vários setores da sociedade - não apenas escravos -, insatisfeitos com a governança da época. O movimento fez surgir vários quilombos. O objetivo central do conflito não eram as fugas, mas insurgir contra o monopólio político de fazendeiros da região. Carneiro chama de “uma caçada ao branco”. Outra revolta que teve formação quilombola foi a de *Manuel Congo* 1839 eclodida na região de Vassouras – RJ, na região de Paty do Alferes, por escravos africanos e crioulos, trabalhadores domésticos e lavradores de fazendas cafeeiras, liderada por Manuel Congo e sua companheira Mariana Crioula. Considerada a mais importante insurreição do meio rural a desestruturar o sistema escravocrata fluminense. O objetivo era libertar os escravos das fazendas da região. O levante foi frustrado pelo então oficial Luis Alves de Lima e Silva.

duas obras. Na narrativa cinematográfica há fugas, aquilombamentos, quilombos com estrutura como as descritas na historiografia. Há cenas de fugas quando Muzinga, filho do protagonista, se refugia no quilombo erigido logo no início da narrativa, em que seu pai é um dos líderes. Nas cenas iniciais da projeção fílmica há negros fugindo acorrentados e encapuzados, que encontram uma área e começam a erigir construções, o futuro quilombo. Nesse mesmo espaço eles festejam a liberdade com danças e sons de instrumentos (CHICO REI, 1985).

Ainda havia as fugas chamadas reivindicatórias, quando o escravo se ausentava durante dias para forçar o amo a melhorar as condições de trabalho, moradia, alimentação ou “dispensar um malvado feitor” segundo preconizam Albuquerque; Fraga (2006, p. 177). Os destinos das fugas definitivas eram frequentemente os quilombos, que eram formados em lugares de difícil acesso e, de ser achado pelos senhores e feitores. Segundo pesquisadores as formações quilombolas eram feitas por negros nascidos na África e não negros crioulos, nascidos no Brasil. Alguns pesquisadores concebem essas estruturas sociais como Estados africanos, segundo postula Carneiro (1958, p. 14).

Na obra literária, a fuga do herói é um símbolo de protesto e resistência à escravidão e humilhação impostas pelo sistema escravista. Fanon (2008, p. 90) inquirindo a postura do senhor em relação ao escravo, por causa da truculência no trato com os cativos, levando-se em conta a desproporção numérica das categorias - fazendo uma se sobrepôr à outra violentamente - diz que “Há na Martinica duzentos brancos que se julgam superiores a trezentos mil elementos de cor. Na África do Sul, devem existir dois milhões de brancos para aproximadamente treze milhões de nativos”. Pensamento expresso nas palavras de Quinderê: “- Nós somos muito mais do que os brancos” (CHICO REI, 1985). Tomando como referências Martinica e África do Sul Fanon provoca o sistema escravocrata e a sociedade em geral para repensar a postura discriminatória no contexto social racista. Por isso todo pesquisador da escravidão deve manter a conduta questionadora diante do regime opressor do sistema escravocrata.

Nas obras analisadas – a exemplo do que acontecia em toda sociedade escravista – havia uma disparidade no número de indivíduos, entre as categorias negra e branca, assim sendo, pela lógica, eram os brancos quem deveriam temer os negros e, não o contrário. Ademais, quando o branco trata o negro com hostilidade ele está reafirmando seu direito de posse sobre o escravo (PINSKY, 1994), como se

percebe na atitude de Gandra para com Macambira “Vais-te embora! e avança contra o negro encolhido, [...] – Eu estou aqui para ouvir intimações ou para dar ordens? [...] - Com quem estás falando? O negro explicou-se humilhado” (NETTO, 1914, p. 363, 364).

De todas as maneiras os escravos reagiam contra a situação opressora em que eram obrigados a viverem. Muitos levantes, grandes e pequenos, foram perpetrados, mas foram denunciados e frustrados, a curto, médio ou longo prazo. Porém, apesar de não terem o êxito pretendido, como resultado, as insurreições incomodaram e sacudiram as estruturas do poder. Muitos donos de fazendas e escravos foram mortos, algumas alforrias foram assinadas. Nunca desistiram frente ao medo ou à repressão. E embora tendo o poder da instituição escravista nas mãos, os opressores eram inseguros e tinham medo de represálias como vingança, por causa do tratamento que dispensavam aos escravos.

A escravidão está sempre relacionada a práticas de violência. O processo nunca se deu pacificamente. E os desgastes ocasionados a partir dos conflitos relacionais deixaram como herança severos danos imateriais irreparáveis. Os povos Indígenas e africanos foram vítimas da ganância de humanos preocupados com o lucro fácil e, com a necessidade mórbida de exercerem poder e autoridade sobre o outro, que reagiu insurgindo-se contra o sistema opressor. Com a conquista do território brasileiro – isso implica na mistura dos três povos formadores da brasilidade -, os elementos constituintes de cada povo como, religião, cultura, costumes, por exemplo, se entrelaçaram formando a sociedade miscigenada que conhecemos hoje, com seus ajustes e desajustes sociais e culturais. Esse processo de aglutinação cultural e étnica, que tem prioritariamente o colonialismo como responsável, será o tópico discursivo abordado a seguir.

4.2 Aspectos culturais: do colonialismo aos dias atuais

A escravidão representa um dos maiores genocídios cometidos na humanidade, com propósitos injustificáveis e danos imateriais irreparáveis. Dentro da instituição práticas perversas foram desnecessariamente exercidas, em nome de ideais de desenvolvimento econômico, usando para isso, a força de trabalho escrava. A subseção traz como objetivo averiguar como a cultura vivenciada por escravos e senhores, nas obras *Rei Negro* e *Chico Rei* identifica o pertencimento

continental das personagens, levando em conta aspectos como religião, crenças, costumes e festas. Para fundamentar o tema abordado dialogaremos com Glissant (2005); Pinsky (1994); Freyre (1978); Chiavenato (1999) e outros. A historiografia descreve o desenvolvimento do Brasil do período colonial e todo o seu progresso ao longo dos séculos. Nesse percurso muito foi agregado ao processo cultural³⁹, com elementos trazidos de outros continentes, sobretudo, o africano e o europeu, que são os lugares de origem dos povos estudados nesta pesquisa.

O Brasil é um país multicultural, assim afirmam estudiosos da cultura, como por exemplo, os pesquisadores Gonçalves; Silva (2001), que dentre outras temáticas do campo social, abordam sobre o preconceito, um dos grandes problemas que atravança as sociedades atuais e força as categorias atingidas, negros, sobretudo, a lutarem contra a marginalização perpetrada pelo sistema patriarcal dominante. A diversidade de tipos humanos que se mesclam, entrelaçando culturas e etnias, é responsável pelas mais diversas culturas, que vão se estabelecendo no cenário social. Glissant (2005, p. 72, 73) faz uma abordagem a respeito desse encontro de elementos culturais que se entrecruzam. Do ponto de vista de alguns pesquisadores, esse processo é compreendido como “culturas compósitas”. O que vem a ser cultura compósita? Segundo Glissant há dois tipos de culturas: a atávica e a compósita. A primeira é como que hermética, não permite que elementos culturais se entrelacem - como uma raiz rizomática que “vai ao encontro de outras raízes” para se processar as trocas de elementos que darão surgimento a outras raízes -. Ele usa como exemplo o México, que apresenta as duas culturas em seu território. O atavismo ele percebe na “cultura dos ameríndios do México”, que se mantém fechada às influências externas de outras culturas. A segunda, cultura compósita, é aquela que agrega outras culturas, surgindo dessa mistura o processo chamado de *crioulização*, que é a fusão de vários elementos que se harmonizam em sua existência. Ele faz essa aplicação para se compreender como se dá o processo da cultura compósita. É essa cultura que interessa a essa dissertação, pois é em torno de aspectos, como costumes, religião, comida, festas, etc. que a discussão será desenvolvida.

Nas narrativas *Rei Negro* e *Chico Rei* a existência de aspectos culturais é bastante significativa. Os dois heróis vivem em sociedade brasileira, mas com costumes dos continentes africano e europeu, que se mesclam e formam uma

³⁹ Não é propósito da pesquisa, fazer um estudo elaborado sobre cultura, apesar de ser o mote do tópico discursivo. Priorizar-se-á informações relevantes sobre cultura para se perceber esse aspecto nas obras analisadas nesta pesquisa.

terceira cultura. Na obra literária a sociedade senhorial gira em torno da casa grande de uma fazenda de café. Escravos vivendo em regime de senzala, com a roça de café, a pedra de moinho, carros de bois, a capela, a rotina dos escravos tudo minuciosamente descrito para situar o leitor. E os tipos físicos, típicos da sociedade colonial. A escravaria, por exemplo, composta por mucamas, crioulas, negras velhas, além de homens e crianças, com seus hábitos e costumes, cada um com suas características peculiares, também recebem uma atenção especial do autor. Outros aspectos que merecem destaque são a comida, que em alguns momentos aparece como “coadjuvante” na narrativa e colabora para compor o cenário do enredo e, a religião, que mostra os ritos bem marcados (NETTO, 1914, p. 10-14).

Quando discutiu sobre a formação da sociedade brasileira, em *Casa grande e senzala*, Gilberto Freyre abordou, entre outras questões, a respeito de costumes, crenças, festas, aspectos inerentes à vida humana. Ele fala da “singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata”, que o colonizador consegue fundir as duas culturas europeia e africana. E sugere que o africanismo se sobrepõe ao europeísmo ao afirmar que “A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requinte à vida sexual, à alimentação, à religião”, aspectos expressivos na narrativa coelhonettiana, sobretudo. Também ressalta que essas influências se alternam liberando comportamentos adormecidos e latentes ao mesmo tempo, nas duas culturas, (FREYRE, 1978, p. 5) o que, também, justifica algumas condutas anteriormente mencionadas.

O aspecto alimentação da família colonial é um item que povoa a imaginação. Acredita-se, a partir do que se ler na ficção – às vezes na historiografia -, que as mesas das casas grandes eram fartas, por exemplo, esse detalhe se lê na obra literária “E assim, distraído, saboreava o café levado por aceiada mucama, em bandeja de prata sortida de guloseimas, desde os sequilhos, em fórmula de amêndoas, até os gordos, abananados *bolos de mandioca puba*” (NETTO, 1914, p. 14, grifo acrescentado). Costume recorrente nas mesas de muitas famílias brasileiras hoje. Merece menção especial o tipo de bolo, destacado pelo autor, comum no interior da Região Nordeste. Essa fartura da narrativa se contrasta com o que Gilberto Freyre informa, segundo ele

Os próprios senhores de engenho dos tempos coloniais, que [...] nos habituamos a imaginar uns regalões no meio da rica variedade de frutas maduras, verduras frescas e lombos de excelente carne de

boi, gente de mesa farta comendo como uns desadorados [...] nutriam-se deficientemente: carne de boi má e só uma vez ou outra, os frutos poucos e bichados, os legumes raros. (FREYRE, 1978, p. 36).

Contrariando o pensamento que existia, e existe ainda, a fartura só acontecia esporadicamente, mesmo com bastante terra cultivável, “davam-se eles ao luxo tolo de mandar vir de Portugal e das Ilhas, [...] carne, cereais e até frutos secos, depreciados nos seus princípios nutritivos, quando não deteriorado pelo mau acondicionamento” (Ibidem). Freyre conclui a respeito do país dos colonos, que era “terra de alimentação incerta e vida difícil é que foi o Brasil dos três séculos coloniais. [...] Os grandes senhores rurais sempre endividados” (Ibidem, p. 38). Certamente essas dificuldades interferiam na manifestação da cultura da casa grande e da senzala. Particularidade não observada na obra cinematográfica. Walter Lima não contempla o item alimentação na narrativa, não se vê cenas de refeições. As cenas que se passam na casa da fazenda e, que lembram momento peculiar de alimentação, é de negros pilando alguma coisa no pilão, o que se acredita ser alimento (CHICO REI, 1985). Vale observar que em muitas sociedades brasileiras, sobretudo na zona rural de algumas regiões, o costume de pilar – pisar na linguagem coloquial do dialeto caipira maranhense (MARTINS, 2008, p. 154) -, faz parte da cultura do lugar. Em outro momento no romance um costume comum em algumas partes do Nordeste, pode ser notado no excerto abaixo:

- Tá hi nu qui dá casamento.

[...]

E agradecia os presentes que lhe davam: esta, uma *galinha gorda para o primeiro caldo*; aquela, uma dúzia d’ovos encamisados em palha de milho, um pouco de “puba” para mingau e as devotas ofereciam-lhe orações, bentinhos. (NETTO, 1914, p. 231, grifo acrescentado).

O autor contemplou alguns aspectos da cultura brasileira, de presentear a futura mãe e o bebê com mimos. Sobretudo, na região Nordeste o hábito de introduzir na alimentação da parturiente o “pirão de parida”⁴⁰ – Maranhão - ou “pirão de mulher parida” – Sergipe – é cultural. Também na culinária a menção da típica

⁴⁰ Pirão de parida é uma comida típica de algumas partes da região Nordeste, “é um pirão escaldado, preparado com o caldo da galinha-de-parida, *ou caipira*, feita com pouco tempero e destinada à alimentação das mulheres paridas e em resguardo” (MARTINS, 2008, p. 154) (Grifo acrescentado), pois acredita-se que seu valor nutritivo ajuda no aleitamento materno. Faz parte da culinária típica de restaurantes nordestinos, sendo também consumida nas casas, em almoço de famílias, ou em datas especiais. Comida da região angolana e brasileira.

feijoada brasileira é contemplada na narrativa, “A feijoada era servida no próprio caldeirão em que fôra feita. [...] Havia-os a comer em testos, em tampas de latas, sentados no chão com o codório ao lado numa tijella e laranjas” (NETTO, 1914, p. 154). Esse hábito de sentar-se e refestelar-se comendo, em ocasiões como essa, é mencionado por Del Priore (1999, p. 23), “Os convidados sentavam-se no jardim em esteiras em torno das quais colocavam-se comes e bebes”. O momento de banquete com fartura de comes e bebes citada no romance, se deu por ocasião de casamentos e batizados.

Era costume entre os fazendeiros no século XIX realizar cerimônias de casamentos e batizados coletivos, conforme expressa Del Priore (Ibidem): “Os senhores mais ricos costumavam casar seus escravos no mesmo dia em que batizavam as crianças nascidas no engenho. Assim, chamava-se um padre, que realizava as duas cerimônias”. Em *Rei Negro* houve essa ocasião. O casamento do escravo com a mucama e outros casais, além de batizados – costume do século XVIII, segundo Del Priore -, deu-se com grande festa, gente da redondeza presente, com todos os arranjos apadrinhados pelo senhor, como se vê na breve descrição:

O casamento foi em meados de março, domingo, depois da missa. [...] A capella, a um dos estaremos da casa senhorial, enfeitada [...] ficou atupida de gente. [...] os negros muito risonhos, empavonados, estadeando a roupa de brim d’Angola, a distribuírem apertos de mão aos parceiros e bênçãos á molecada.

A tarde da véspera fora trabalhosa [...] abatera-se um boi gordo, [...] matara-se um porco; cabritos, gallinhas [...] a cosinha refervera em alegre azafama com o preparo das carnes.

Um decimo de cachaça sahira do paiol. [...] Negros traziam ás costas grande tambores, experimentavam-nos aos burunduns á soalha num precipitado rebater de mãos; outros sobraçavam violas ennastradas, ponteavam cavaquinhos.

[...]

É que além de Macambira e de Lucia, outros casaes recebiam-se e innumeradas crianças baptizavam-se. (NETTO, 1914, p. 137-142).

A mescla cultural é muito significativa na sociedade brasileira. As marcas culturais da diáspora negra estão muito presentes no dia a dia dos brasileiros. Às vezes criando ambiguidades momentâneas, na compreensão da origem do elemento cultural. O aspecto religioso é uma dessas marcas. A imposição do catolicismo – que era mais uma maneira de controlar o escravo, do que lhe apresentar uma nova fé, por preocupação com o outro - foi uma das maiores violências cometidas contra o escravo (CHICO REI, 1985).

Para sobreviver à nova realidade cultural, o escravo criou mecanismos que lhe possibilitassem viver sua fé, dentro do sistema escravocrata, preservando seus ritos e credos, foi aí que surgiu o sincretismo religioso, que é a mescla dos cultos religiosos europeu e africano. Sobre isso Pinsky (1994, p. 43), em seu estudo sobre a escravidão no Brasil, corrobora que “O chamado sincretismo religioso é uma das formas que distinguem a religião dos escravos daquela dos senhores”. Os padres, que deveriam proceder com humanidade com o escravo, contrariamente eram insensíveis aos maus tratos. Muitos freis foram senhores de escravos e procediam tão brutalmente com o negro quanto os senhores fazendeiros, “A igreja foi o primeiro grande proprietário de escravos” denuncia Chiavenato (1999, p. 37) e Freyre (1978, p. 207) corrobora falando da posição do alto clero nas relações com o colonialismo, chama essa ligação de “colonização semi-eclesiástica”.

Não podia se esperar que a religião permitisse ao escravo viver sua fé livremente- esse era o pensamento do sistema escravista -, o impedimento vinha, sobretudo, através de castigos, que eram uma das formas de violentar o negro. Não havia ânimo do clero no trato com o cativo, é o que informa Pinsky (Ibidem) “Quando, excepcionalmente, a cerimônia religiosa ocorria, os sacramentos eram cumpridos pelo padre como formalidade desagradável e não como ato de fé. Considerava-se o ato como um luxo e não como decorrência da formação religiosa”. Em *Rei Negro* uma situação semelhante aconteceu na cerimônia religiosa coletiva, como se percebe no fragmento:

O padre apareceu e logo o burburinho cessou. Mas com a ancia de ver houve empurrões e repulsas, [...], o tumulto agitou a multidão.
 [...] Gandra poz-se de pé no estrado do altar, severo, varreu a turba com olhar reprehensivo e o silencio restabeleceu-se.
 [...]
 Celebrando o ultimo casamento o padre, postando-se entre os casaes, fez uma breve predica em tom severo e, falando do amor, da virtude, dos deveres entre conjuges, da obediencia aos senhores e dos beneficios da religião de Christo, era tal a aspereza da sua voz, tal o seu aspeito carrancudo que os negros curvavam-se estarrecidos como sob a violencia de anathemas. Findando esbofado despediu-os “com Deus” como se os enxotasse. (NETTO, 1914, p. 145, 146).

Buscando uma maneira de cumprir com sua devoção sagrada e, impossibilitados de vivê-la, os escravos viviam uma dualidade religiosa. É o que se observa na narrativa. Depois da cerimônia católica e da recepção na fazenda, “dispersou-se a gente, despedindo-se à porta da capella, seguindo cada qual a seu

rumo pelas trilhas da roça, começou a festança. Cabana de onde houvesse saído casamento ou batizado barulhava em pagode” (NETTO, 1914, p. 153). Macambira completou sua felicidade praticando a religião dos seus ancestrais, junto com Balbina. O rito é descrito com detalhes que permitem, sensorialmente, perceber a necessidade do escravo de alimentar-se espiritualmente.

Pouco a pouco o cariz das nuvens foi descorando [...]. Abriram-se limpidamente estrelas infinitas e o misticismo dos serenos astros como que se acendeu a tudo, numa doçura beata. Os Mattos amarellejam lançando faíscas, atassalhando a sombra de labaredas fulvas; dentre as frondes douradas espirravam faíscas e Macambira, de pé á beira da barranca, orientando-se pelo clarão das fogueiras, que abria flabellos no ar.

- Oia Chico... Ali é Valentim. Naquele claro é Zé carreiro. Lá em cima os Combe; ta fervendo no samba. E ria expansivo. U, coqueiro fez-se todo escarlate, esbraseado; o matto fusco, em volta, reluziu; parte da cabana resaltou da sombra em mancha sanguinea e no terreiro acceso vultos negros, esguios, como carvões pulando em labaredas, tismavam a fulguração em fremitos macabros. [...]

Balbina saracoteava no terreiro empunhando um facho.

[...] o negro falava com arrogancia e a velha trefega, bambaleando como ébria, a sacudir o facho que creptava, respondia aos ganidos, com o rosto encarquilhado em esgares, brilhando ao reflexo da chamma. (NETTO, 1914, p. 162-164).

O rito religioso descrito na narrativa faz parte de religiões de matrizes africanas, muito praticada em regiões brasileiras, classificada como profana, por alguns. O colonizador tentou converter o colonizado ao cristianismo, impondo à força sua fé católica, mas a hostilidade estimulou a resistência do negro. Freyre (1978, p. 315) afirma que “o africano foi muitas vezes obrigado a despír sua camisola de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil”. O batismo “cristão” acontecia, na maioria das vezes, antes do embarque, porque a Igreja não admitia “não cristãos” entrando no país sem receber o sacramento. Ela pregava que o negro não era humano, portanto, usava um discurso eclesiástico, alicerçado na “fé cristã”, para justificar as atrocidades cometidas contra os africanos escravos (PINSKY, 1994). Esse processo de fusão religiosa recebeu a denominação de *sincretismo religioso*, um fenômeno social e cultural com traços religiosos e culturais que se entrelaçam e ao mesmo tempo se interdependem.

As fugas e aquilombamentos, bem como a resistência à imposição católica, eram maneiras de protestar contra a opressão escravocrata, como já dito anteriormente. Na narrativa fílmica o sincretismo aparece nas palavras de um dos

representantes da irmandade, Sr. Hermes, que quando inquirido por Chico sobre a religião, fala que trouxe todos os orixás para a igreja transformados nos santos católicos (CHICO REI, 1985). Da mesma forma as manifestações religiosas, como a descrita nas cenas acima, eram uma forma de manter viva a fé, cultuar os ancestrais, resistir ao aculturamento e, ao mesmo tempo celebrar feitos entre o povo. Segundo Freyre Portugal sofreu influência de povos mouros e moçárabes, conquistados pelo colonizador português, que por sua vez influenciou africanos colonizados no Brasil. Em outras palavras, a mistura cultural mais se parece um processo circular, em que um povo contamina outro povo, que contamina outro, até se misturarem a ponto de se ter dificuldades de identificar a raiz da cultura. Sobre essas influências o ensaísta da formação da sociedade brasileira comenta que

Os negros maometanos no Brasil não perderam, uma vez distribuídos pelas senzalas das casas-grandes coloniais, o contato com a África. Não perderam-no aliás os negros fetichistas das áreas de cultura africana mais adiantada. Os Nagôs, por exemplo, do reino de Iorubá, deram-se ao luxo de importar, tanto quanto os maometanos, objetos de culto religioso e de uso pessoal. (FREYRE, 1978, p. 313).

Uma das contribuições culturais africanas muito presente na sociedade brasileira é a Capoeira ⁴¹, manifestação praticada pelos escravos fugitivos da obra *Chico Rei*, quando se veem fora do alcance do colonizador. Momento em que também erguem o quilombo da narrativa, na presença do membro da irmandade no quilombo. Na mesma direção cultural aparece a dança de tambores na narrativa fílmica, *Tambor de Crioula*⁴² Outra manifestação cultural presente no enredo é a congada, manifestação cultural e religiosa proveniente do Reino do Congo. Na África a festividade cumpria o objetivo de saudar os nobres vencedores que retornavam das guerras. Os súditos coroavam o rei e a rainha. Na solenidade havia o desfile com cavalgada, músicas e danças, bem como o levantamento do mastro.

⁴¹ Manifestação cultural tipicamente brasileira, importada de Angola, junto com escravos que vieram daquela região, que também era colônia de Portugal, no século XVI. Os angolanos manifestavam apenas como dança, ao som de instrumentos musicais, mas ao chegar no Brasil, sentindo a necessidade de se defenderem dos algozes escravistas, usaram-na como proteção contra a violência a que eram vítimas. Acabou se tornando uma estratégia de luta para enganar os senhores.

⁴² É uma dança tipicamente africana, trazida pelos escravos da Guiné, Costa da Mina, Congo e Angola, que desembarcaram no Maranhão nos séculos XVIII e XIX. Incorpora elementos católicos e afro-brasileiros, sem, contudo ser necessário o processo de transe ou possessão, comum no Tambor de Mina. O Tambor de Crioula apresenta variações no modo de tocar, dançar ou vestir, de acordo com o costume da região. Traz em sua composição musical reação sutil com o Bumba-meu-boi, a música popular e o Carnaval. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/ao-som-dos-tambores>.

No Brasil a expressão cultural preserva os elementos constituintes da festa do Congo – o rei, a rainha, os cavaleiros, bandeira, mastro -, que surgiu da lenda de Chico rei, escravo congolês que fora traficado com a família para o Brasil e, virou escravo mineiro. Teria economizado durante um tempo de trabalho, em que adquirira condições de comprar a falida mina Encardideira. Associou-se a uma irmandade ⁴³ e, com a fortuna acumulada, teria comprado a liberdade do filho e de seus coirmãos (VASCONCELOS, 2007). Tornara-se o único escravo, mineiro, rico da história da escravidão, segundo a lenda. As irmandades mineiras têm uma relação achegada com a lenda de Chico rei. Segundo conta a lenda depois de conseguir alforriar seus co-patrícios ele comemora com grande festa, como pode-se perceber em Cecília Meireles:

Olha a festa armada:
é vermelha e azul.
Canta e dança agora, meu povo,
livres somos todos!
Louvada a virgem do Rosário,
vestida de luz. (MEIRELES, 1977, s/p)

A irmandade do Rosário, que agremiava os negros, cumpria duas funções: primeiro permitia aos negros manifestarem sua cultura e religião, não porque se preocupasse, de fato, com o negro, mas – e aí entra o segundo motivo – era uma maneira de controlar os negros e evitar rebeliões, pois essa era uma possibilidade latente entre os escravos. No filme Galanga tem uma aparição de Santa Efigênia, depois de ter descoberto ouro na gruta, ele procura a irmandade para se associar e começar seu projeto de libertar seu povo, começando pelo seu filho Muzinga. (CHICO REI, 1985). A fé na santa levou o negro a construir uma igreja para sua adoração. De acordo com o que documenta a história, não se sabe se ele voltou para o Congo ou se ficou no Brasil, o que se sabe é que ele libertou todos os escravos de Vila Rica e voltou a ser rei –“Rei da congada”, são as considerações finais do negro Quinderê.

⁴³ Segundo Vasconcelos (2007, p. 38) As irmandades das confrarias, criadas, em Minas Gerais, pela igreja do Ciclo do Ouro, nos séculos XVII e XVIII, pois a Coroa portuguesa havia proibido a entrada das ordens religiosas. As confrarias eram entidades independentes da Igreja Católica. Os próprios devotos escolhiam o santo que representaria a irmandade e, havia uma separação social entres as agremiações, por exemplo: Irmandade s de São Francisco de Assis (homens ricos); Irmandade de Santo Antônio de Catejeró (homens pardos) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (homens pretos, negros cativos, negros libertos).

As duas narrativas apresentam um espaço cultural riquíssimo, com elementos que se entrecruzam formando um mosaico social, provocado pela mistura de povos e suas contribuições materiais e imateriais. Muito do que o colonizador e o colonizado trouxeram consigo, no princípio da formação da sociedade brasileira, permanece no dia a dia da população. Alguns outros aspectos sofreram influências, e ainda sofrem, e se modificaram – e ainda continua, não é um processo estático -, fazendo surgir uma sociedade multicultural (HALL, 2003). As obras ficcionais cumprem uma função importante na exposição e manutenção desse processo, a exemplo as obras aqui analisadas nesse texto, que por sua vez tem a função de promover debates sobre a temática em pauta, escravidão.

CONCLUSÃO

A história atesta a trajetória do processo de escravidão brasileira. São páginas cheias de horrores, massacres de pessoas que, injustificadamente, foram impedidas de viver. Sociedades inteiras foram dizimadas em nome de um ideal egoísta e do exercício de poder, motivado pelo desejo de enriquecimento e vaidade. Desenvolver pesquisas que trate de questões relativas a relações entre indivíduos é um desafio inquietante, sobretudo quando se trata de genocídio, e esse é o caso da escravidão. Foi deveras incômodo realizar a pesquisa por causa do teor de violência, totalmente injustificável, que a temática apresenta, mas ao mesmo tempo é um momento que o pesquisador tem para aprender sobre sua história e pensar maneiras de não deixar a memória histórica se apagar na sociedade.

Para construir o pensamento e estruturá-lo no papel foi necessário buscar várias informações que sustentassem as discussões e, isso não representou uma tarefa sem complexidades, especialmente por se tratar de questões históricas e às vezes as informações não precisarem, ou se desencontrarem. O desafio se intensificou ainda mais quando surgiu a proposta de fazer uma abordagem sob o viés comparativo, principalmente porque os objetos estudados são gêneros discursivos diferentes em sua constituição, dinâmica de apresentação e períodos de publicação distintos, com autores de épocas divergentes, com poucos aspectos semelhantes, o mais notável sendo a temática escravismo.

Os objetos abordados são a obra literária *Rei Negro* do escritor caxiense Coelho Netto, publicada em 1914 e a obra fílmica *Chico Rei*, dirigida e roteirizada pelo contemporâneo Walter Lima Junior, filme lançado em 1985. Ambas as obras abordam sobre a escravidão de pessoas no período em que o território brasileiro estava em processo colonização. As narrativas tratam de pessoas que foram trazidas do continente africano para trabalhar, como escravos no Brasil.

O romance de *Rei Negro* apresenta as relações desgastadas entre senhores e escravos, de uma fazenda agrária do século XIX, que tem como principal produto econômico o café, situada na região do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro. São pessoas que viviam espremidas pela violência do sistema escravista. A narrativa *Chico Rei* retrata a vida de africanos traficados para o Brasil no século XVIII – período denominado Ciclo do Ouro -, a fim de serem usados no trabalho escravo,

nas minas brasileiras. Tem a figura de escravo Chico, um dos maiores símbolos de luta contra a escravidão.

A análise efetivada tratou da representação do negro nas duas narrativas, priorizando o aspecto relacional entre as categorias senhores e escravos. Mostrou que o processo se dava mediante a coação, a violência que os senhores praticavam contra seus servos, tratando-os como objetos de posse. A hostilidade era o termômetro que impulsionava o comportamento do colono, provocando a reação do escravo, que nunca aceitou passivamente a opressão do regime escravocrata. Pontuaram-se também questões referentes à vida nas sociedades das obras, relacionadas à vivência entre si, no que diz respeito à inter-relação, racismo e a cultura de europeu e africano, como elas se misturam e, sua influência em cada categoria humana. Oportunamente se apresentou informações relevantes acerca dos autores dos objetos estudados.

Dentro das narrativas alguns pontos referentes ao período escravagista são recorrentes na atualidade, como por exemplo, a violência contra o subalterno presente em questões trabalhistas, no trato de patrão com empregado; na relação pessoal com o próximo; na violência contra a mulher; nos excessos das autoridades no trato com seus subordinados; na predominância cultural de elementos trazidos por colonizador e colonizado, quando do período da formação da sociedade brasileira, entre outros.

Os diálogos desenvolvidos neste trabalho apresentaram fatos sobre a sociedade colonial brasileira, que demonstram como o colonizador, apropriando-se de um direito a ele outorgado por si mesmo, usou a mão de obra escrava para crescimento econômico da colônia portuguesa brasileira entre os séculos XVI a XIX. Mostraram também que durante séculos o genocídio contra o negro foi responsável pelo massacre e extermínio de comunidades inteiras de seres humanos, em nome de ideais injustificáveis; que a escravidão deixou o legado da discriminação e do preconceito contra a população negra, que durante séculos de tentativas de apagar esse estigma pouco se avançou em resultados positivos.

Outro fato notável foi o desafio de proceder a uma análise em caráter comparativo, sobretudo porque se investigou objetos com pontos muito divergentes, em questão de estrutura discursiva, por exemplo, mas o desafio apresentou a possibilidade de se ampliar o terreno da pesquisa para além da temática abordada, contemplando outros elementos que não foi possível destacar nesse momento

discursivo. Sabendo da importância que discussões sobre o escravismo, têm para a sociedade, de modo geral, espera-se que esta dissertação promova outros diálogos relacionados à escravidão no Brasil e suas consequências, uma vez que as sequelas deixadas na sociedade brasileira resvalam até os dias atuais, interferindo nas relações interpessoais e estimulando a intolerância e o preconceito racial.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. **História da literatura brasileira, de Sílvio Romero. Veredas – Associação Internacional de Lusitanistas**. Santiago de Compostela, 57-85, 2008. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34469/1/Veredas10_artigo5.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 06 dez. 2016.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf?sequence=4>> Acesso em: 19 dez. 2016.

AJAYI, J.F. Ade. **História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO; São Paulo: UFSCar, 2010. Disponível em: <<https://escrevivencia.files.wordpress.com/2011/04/volume-6-c3a1frica-do-sc3a9culo-xix-c3a0-dc3a9cada-de-1880.pdf>>. Acesso em: 08 jun.2015.

ASPERTI, Clara Miguel. **A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 7, 2006.2. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2016.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <<http://acbantu.org.br/img/Pdfs/livro03.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

A SENTINELA ANUNCIANDO O REINO DE JEOVÁ. **Use a sua imaginação para agradar a Jeová**. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 30 maio – 26 jun.2016.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaias Caminha**. São Paulo: Ática, 1995. Disponível em: <<http://stat.correioweb.com.br/arquivos/educacao/arquivos/LimaBarreto-RecordaesdoEscrivolsaasCaminha0.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre Literatura e Historia da Cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em:

<http://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BEZERRA, Nielson Rosa. **Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)**. Niterói: UFF, 2010. 215 f. (Tese de doutorado em História.). Disponível em:

<<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1235.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução: Myrian Ávila et al. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

- BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006. _____ . **História concisa da literatura brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BRANCO, Renato Castelo. **Senhores e escravos: a Balaiada**. São Paulo: LR Editores, 1983.
- BRITO, Marília Barbosa de. **Estudos da família colonial no Brasil**. In: V Encontro Nordestino de História; V Encontro Estadual de História. 2004. Recife. Anais eletrônicos, Recife: ANPUH-PE, 10-15 out. 2004. Disponível em: <<http://www.pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/01-imaginario/Artigo%20de%20Mar%EDlia%20Barbosa%20de%20Brito.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.
- BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica**. Tradução: Lourival Gomes Machado et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1966. Disponível em: <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/burns-historia-da-civilizacao-ocidental-vol1.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016. [197?
- CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. **Presença da Literatura brasileira II: Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- CARVALHAL, Tania Franco. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 1998. Série Princípios.
- CARVALHO, Claunísio Amorim. **O insigne pavilhão: nação e nacionalismo na obra do escritor Coelho Netto**. São Luís: UFMA, 2012. 217 f. (Dissertação de Mestrado Acadêmico em História Social). Disponível em: <<http://www.ppghis.ufma.br/wp-content/uploads/2015/05/Dissertacao-Claunisio.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999.
- CHICO Rei. Direção: Walter Lima Junior. Intérpretes: Severo d’Acelino; Antonio Pitanga; Cosme dos Santos; Carlos Kroeber; Anselmo Vasconcelos; Cláudio Marzo; Maria Fernanda; Othon Bastos e outros. Roteiro: Walter Lima Junior. [S.l.]: **Embrafilme**, 1985. (113 min), son., color. Longa metragem.
- CLARET, Martin. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel I sobre o achamento do Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: EdUFMG, 2012. Disponível em: <<https://dialogosliterarios.files.wordpress.com/2012/04/compagnon.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2016.

CORDIVIOLA, Alfredo (Org.). **As marcas da letra: sujeito e escrita na teoria da literatura**. João Pessoa: Ideia, 2004.

CORTEZ, Ana S. R. Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: A família escrava no Cariri Cearense (1850-1884)**. Fortaleza: UFC, 2008, 245 f. (Dissertação de Mestrado em História Social). Disponível em:

<http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2894/1/2008_Dis_ASRPCortez.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Global, 1988.

COSTA, Marta Morais da. **Teatro de Coelho Netto: uma leitura conteudística**.

Letras, Curitiba (23): 153-164, jun. 1975. Disponível em:

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome_instant&ion=1&espv=2&es_th=1&ie=UTF8#q=TEATRO+DE+COELHO+NETTO:+UMA+LEITURA+CONTEUD%C3%8DSTICA+4+MARTA+MORAIS+DA+COSTA>. Acesso em: 18 abr. 2015.

COSTA, Ricardo da. **A expansão árabe na África e os Impérios Negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI)**. In: NISHIKAWA, Taise Ferreira da Conceição.

História Medieval: História II. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009, p. 34-53.

Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/expansao-arabe-na-africa-e-os-imperios-negros-de-gana-mali-e-songai-secs-vii-xvi>> Acesso em: 28 jul. 2016.

COTRIM, Aline de Sá. **Miguel Couto: educação e eugenia**. In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 2014. Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, Rio de Janeiro: ANPUH-RIO, 28 jul.-01 ago. 2014.

Disponível em:

<http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400205580_ARQUIVO_TextoparaaANPUH-RJ-AlineCotrim.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2016.

COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. **A literatura no Brasil: era realista, era de transição**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Antologia brasileira de literatura**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1967.

DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil colonial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DUARTE, Eduardo de Assis. **O negro na literatura brasileira. Navegações**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/16787/10936>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo: **Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda**, 1987.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tradução: José Laurêncio de Melo. Disponível em:

<http://kilombagem.org/wordpress/wp-content/uploads/2015/07/Os_condenados_da_Terra-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARIA, Octavio. **Coelho Neto: romance**. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

FARIA, Sheila do Castro. **Cotidiano dos negros no Brasil escravista**. Disponível em: <http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000209> Acesso em: 22 mar. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. São Paulo: Globo, 2008. Disponível em: <https://yadi.sk/i/vX6Hy_TAsAphu>. Acesso em: 23 ago. 2016.

FERNANDEZ, Renato Lanna. **Coelho Netto: um intelectual a serviço do esporte**. **Mosaico**, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, p. 1-17, [2009?]. PPHPBC-FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=printpdf/artigo/coelho-netto-um-intelectual-servi%C3%A7o-do-esporte>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

FERREIRA, Luciana da Costa. **A biografia e o biografado: reflexões sobre Afonso Henriques de Lima Barreto**. **Travessias**, ed. 05, ISSN, 1982-5935. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3261/2574>. Acesso em: 27 set. 2016.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **História pública e cinema: o filme *Chico Rei* e o conhecimento histórico**. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 54, p. 275-294, julho-dezembro de 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/27014/41262>>. Acesso em: 28 set. 2016.

FIGUEREIDO, Carmem Lúcia Negreiros de. **Lima Barreto e o romance: crítica e crise**. **Teresa** revista de literatura brasileira, São Paulo, p. 141-166, 2014. Disponível em: <www.revistas.usp.br/teresa/article/download/99461/97948>. Acesso em: 05 out. 2016.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1978.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução: Enilce Albergaria Rocha. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HABERT, Angeluccia Bernardes. **Chico Rei: quem é rei sempre será; Chico por ser brasileiro e negro, depende do olhar histórico**. **Alceu**, v. 5, n. 10, p. 18-29, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n10_angeluccia.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

HOLANDA, Cristina Buarque de. **O futebol no imaginário da intelectualidade brasileira de inícios do século XX: o embate teórico entre Lima Barreto e Coelho**

Netto. **ENFOQUES – on line – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ**. Disponível em:

<<http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/ojs/index.php/enfoques/article/view/33>>. Acesso em: 30 set. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ITABOAÍ, Nathalie Reis. **A família colonial e a construção do Brasil**: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **ANTRHOPOLÓGICAS**, a. 9, v. 16(1), p. 171-196, 2005. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/53/50>>. Acesso em: 05 set. 2016.

JÚNIOR, Araripe. **Teoria, crítica e história literária**. São Paulo: EdUSP, 1977.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução: Lucimar A. Coghi Anselmi, Fulvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KOTHE, Flávio R. **O herói**. São Paulo: Ática, 2000. (Princípios).

LACOMBE, Américo Jacobina. **Ensaio brasileiro de História**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

LEANDRO, Eulálio de oliveira (Org.). **O negro na obra de Coelho Neto**. Imperatriz: Ética, 2003.

_____. (Org.). **Educação ambiental no pensamento de Coelho Neto**. Imperatriz: Ética, 2000.

_____. (Org.). **O exercício da cidadania no pensamento de Coelho Neto**. Caxias: Caburé, 2000.

LOPEDOTE, Maria de Lourdes; KOVALSKI, Josuel. **A literatura e a imagem afro-brasileira**. [s.l.: s.n.], 2014. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-uniaodavitoria_port_artigo_maria_de_lourdes_lopedote.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

LOPES, Joyce Souza. **Branco(a), mestiço(a)**: problematizações sobre a construção de uma localização racial intermediária. **Revista da ABPN**, Florianópolis, v. 6, n. 13, mar.–jun. 2014, p. 47-73. Disponível em:

<abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/download/464/302>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **As vítimas-algozes**: quadros da escravidão. São Paulo: DCL, 2006.

_____. **Memórias da Rua do Ouvidor**. São Paulo: Poeteiro Ed. Digital, 2014. Disponível em:

<<http://www.projetolivrolivre.com/Joaquim%20Manuel%20de%20Macedo%20-%20Memorias%20da%20Rua%20do%20Ouvidor%20-%20Iba%20Mendes.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MACIEL, Maria Eunice de S. **A eugenia no Brasil. Anos 90**. Porto Alegre, n. 11, julho 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A escravidão no Brasil: ensaios histórico-jurídico-social**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. 1ª parte. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174437>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. **A escravidão no Brasil: ensaios histórico-jurídico-social**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. 2ª parte. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174437>> Acesso em: 01 ago. 2016.

_____. **A escravidão no Brasil: ensaios histórico-jurídico-social**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1867. 3ª parte. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/174437>> Acesso em: 01 ago. 2016.

MARINHO, Marcelo (Org.). **Musas na Encruzilhada: ensaios de Literatura Comparada**. São Paulo: Hucitec, 2011.

MARTINS, J. P. Oliveira. **História de Portugal**. (Tomos I e II). Lisboa: Bertrand, 1882. (Terceira edição aumentada). Disponível em: <http://purl.pt/217/4/hg-32225-p/hg-32225-p_item5/hg-32225-p_PDF/hg-32225-p_PDF_24-C-R0072/hg-32225-p_0000_anterosto-309_t24-C-R0072.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

MARTINS, J. R. **Pequeno dicionário de termos e expressões maranhenses**. Brasília: [s.n.], 2008.

MATTOS, Carlos Alberto. **Walter Lima Jr.: viver cinema**. Rio de Janeiro: ---, 2001.

MEDEIROS, Antonio Carlos. **Gonçalves Dias – Coelho Neto: O maior poeta lírico da língua portuguesa (suas origens), O Príncipe dos Prosadores Brasileiros e outros...** Teresina: Gráfica e Editora Uruçuí, 2013.

MEIRELES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977. Disponível em:

<[http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/Cec%3%83%C2%ADlia%20Meireles%20-%20Romanceiro%20da%20Inconfid%C3%83%C2%AAncia%20\[Rev\]\[1\].pdf](http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5628/material/Cec%3%83%C2%ADlia%20Meireles%20-%20Romanceiro%20da%20Inconfid%C3%83%C2%AAncia%20[Rev][1].pdf)>.

Acesso em: 16 ago. 2016.

MENEZES, C. V. Bezerra de. **Gilberto Freyre: e o mito se faz história. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 177-184, jul./dez. 2000. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/wrevojs246/index.php/mediacoes/article/download/9187/776>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MORAES, Antonio Marcos de. **Coelho Netto entre Modernistas. Literatura e Sociedade**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ls/article/view/25415>>. Acesso em: 23 maio 2015.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. São Paulo: Autêntica, 2004.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1078/667747.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

NETTO, Coelho. **Rei negro**. Porto: Lello e Irmãos, 1914.

NETO, Manoel dos Santos. **Abdias Nascimento e os horrores da escravidão no Maranhão. Jornal Pequeno**. São Luis, 29 jul. 2013. Geral, p. 10. Disponível em:

- <http://www.premioabdiasnascimento.org.br/w/images/pdfs_participantes/Pagina_10%20copia5.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2015.
- NETTO, Paulo Coelho. **Imagem de uma vida**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1957.
- _____. **Coelho Netto**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1942.
- _____; KUHN, Neuza do Nascimento. **Bibliografia de Coelho Netto**. Brasília: INL/MEC, 1972.
- NISKIER, Arnaldo. **Futebol na Academia**. Rio de Janeiro: [s.n], 2015. Membro da Academia Brasileira de Letras.
- PEIXOTO, Afrânio. **História do Brasil**. [s.l]: Cia Editora Nacional, 2008. Fonte Digital. Disponível em: <<http://www.elivros-gratis.net/livros-gratis-historia.asp>>. Acesso em: 30 jul. 2016.
- PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- PROENÇA, M. Cavalcante. **Estudos Literários**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988. Disponível em: <<http://www.eduardoguerreirolosso.com/Dicionario-de-Teoria-Da-Narrativa.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, mar. 2010. n. 54, ano 5.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/ribeiro_darcy_povo_brasileiro_formacao_e_o_sentido_do_brasil.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Poeteiro Ed. Digital, 2016. Disponível em: <<http://projetolivrolivre.com/Os%20Africanos%20no%20Brasil%20-%20Raimundo%20Nina%20Rodrigues%20-%20Iba%20Mendes.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira: fatores da literatura brasileira**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000117.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- SABBAGH, A. Nagib. et al. **Islamismo e negritude: da África ao Brasil, da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1982.
- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família negra no Brasil**. *História*, São Paulo, 120, p. 27-44, jan./jul.1988. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18590>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- SANTOS, Theotônio dos. **Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da "Nova República"**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SECCO, Carmem Lúcia Tindó. **A magia das letras africanas: ensaios sobre as literaturas de Angola e Moçambique e outros diálogos**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SILVA, Mauricélia Medeiros. **Cartas de alforria, a luz da liberdade**: “Concedo a liberdade com a condição de me servir...”. **História e Diversidade**, Cáceres, v. 2, n. 1, 2013. Disponível

em: <http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/docs/edicao2013/mauricelia_medeiros_silva,_cartas_de_alforria,_a_luz_da_liberdade.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2016.

SILVA, Maurício. **Literatura academicista e Formalismo estético na passagem do século: a prosa parnasiana. Linha d'Água**, São Paulo, n. 24 (1), p. 95-109, 2011. Disponível em

<<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/37348/40068>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. **Lima Barreto e Coelho Neto: divergências literárias na literatura brasileira da passagem do século. Matraga**, n. 12, 1999. Disponível em:

<<http://www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca12/matraca12mauricio.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. São Paulo: Ática, 1997.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravoty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

TANAKA, Béatrice. **A história de Chico Rei**. Disponível em:

<http://www.edicoessm.com.br/download/?p=/sm_resources_center/cms/88bc539904225a5ed36bdfc7b687f9a6.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

VASCONCELOS, Juliana de. **Congado: uma celebração do hibridismo brasileiro**.

Três Corações: UninCor, 2007, 74 p. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado de Letras, Universidade Vale do Rio Verde, 2007.

VERÍSSIMO, Érico. **Breve história da literatura brasileira**. São Paulo: Globo, 1996.

VIANA FILHO, Luiz. **O negro na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92306/O%20negro%20na%20Bahia.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

VIEIRA, Padre António. **Sermão Nossa Senhora do Rosário com o Santíssimo Sacramento**. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000033pdf.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

WALTER, Roland. **Afro-américa: diálogos literários na diáspora negra das Américas**. Recife: Bagaço, 2009.

Sites

http://www.portalvaledocafe.com.br/fazendas_vassouras.asp.

<http://www.costadamina.ufba.br/>

<http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br/walter-lima-jr/>
http://teatropedia.com/wiki/Walter_Lima_Jr.
<http://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2016/01/25/noticias-cinema,176430/atraves-da-sombra-de-walter-lima-jr-revela-outra-faceta-da-obra-d.shtml>
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2004200219.htm>
<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/dia-da-consciencia-negra-poucas-producoes-contam-a-historia-da-escravidao-baazewa8r9pu3lrz23dh7s85q>
<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/bruno-astuto/noticia/2015/10/walter-lima-jr-lanca-seu-novo-filme-no-festival-do-rio.html>
<http://www.filmeb.com.br/quem-e-quem/diretor-documentarista-roteirista/walter-lima-junior>
<https://cinemahistoriaeducacao.wordpress.com/cinema-e-historia/brasil-colonia/chico-rei/>
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/as-pistas-do-monarca-do-congo>
http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23
http://www.dezenovevinte.net/artistas/debret_02.htm
www.apcefal.org.br/portal/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId...
<https://laboratoriodepensamentosocial.wordpress.com/2012/01/26/o-que-foi-o-movimento-eugenico-o-que-pregava-que-condicoes-sociais-propiciaram-seu-aparecimento-e-propagacao-no-brasil-quais-seus-portadores/>
<http://www.academia.org.br/academicos/joao-neves-da-fontoura/discurso-de-posse>
http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/darwin_no_brasil_-_encanto_com_a_natureza_e_choque_com_a_escravidao.html
<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=765>
<http://www.jornaldacidade.net/noticia-leitura/118/59956/pirao-e-um-prato-marcante-e-muito-consumido-pelos-sergipanos.html#.WGPpUBsrLcc>
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/ao-som-dos-tambores>
Um jantar brasileiro, 1827. Aquarelas do Brasil: a obra de Jean Baptiste Debret
[http:// WWW.dezenovevinte.net/artistas/debret_02htm](http://WWW.dezenovevinte.net/artistas/debret_02htm)
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>